

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)

Florianópolis

2014

Fernando Bartholomay Filho

**A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações
(1889-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof^a Dr^a Beatriz Gallotti Mamigonian.

Florianópolis

2014

Agradecimentos

O impulso inicial para que depois de terminada a graduação eu continuasse por mais tempo nas trilhas acadêmicas partiu de meus amigos Juliana Brocca e Alfredo Lopes. Por dever e por justiça, meus sinceros e primeiros agradecimentos vão para ambos.

Pelo apoio e carinho de sempre, agradeço aos meus pais Maristela e Fernando, e meus irmãos Pedro e Francisca.

Agradeço à Professora Eunice Nodari, que como coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, e como a ajuda de outros profissionais da mesma Universidade, pôde proporcionar a mim e meus colegas as bolsas de estudo que financiaram esta e tantas outras pesquisas.

Agradeço também aos colegas, professores e professoras da linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Cultura, pelas ideias e encontros inspiradores.

Aos professores Adriano Duarte e Andréa Delgado, que contribuíram para alinhar os rumos do trabalho durante a qualificação. E aos professores Henrique Espada e Amy Chazkel pela leitura atenciosa e contribuições durante a defesa.

Em especial, à minha orientadora, Professora Beatriz, pelas confiança no trabalho e pela paciência infinita. Devo alertar que sua influência foi decisiva somente nos acertos deste texto. Os deslizes ficam todos por minha conta.

O processo de pesquisar e escrever um trabalho acadêmico, intimidante e frequentemente angustiante, se tornou um pouco menos difícil com a companhia da Soraia. Desde 2011, tenho o privilégio de estar junto de uma pessoa que me ajuda não somente nos meandros angustiantes da vida profissional e acadêmica, mas também me faz muito feliz. É pensando no seu sorriso que me sinto encorajado a seguir em frente.

RESUMO

Este trabalho realiza uma leitura da memória da abolição da escravidão conforme esse processo histórico foi apresentado pela imprensa de Santa Catarina durante o período da Primeira República. Através de uma análise da produção discursiva que anualmente era veiculada nas páginas dos periódicos catarinenses por ocasião da data da abolição, o objetivo foi identificar a formação de determinadas narrativas a respeito de temas centrais do processo histórico que culminou no fim da escravidão no Brasil, tais como: as lideranças políticas e intelectuais que influenciaram o movimento, a participação dos escravizados e libertos nas lutas pela liberdade, o papel da monarquia, a ideia da abolição como bênção, a imagem da Princesa Isabel como "redentora", a apropriação republicana do 13 de Maio e sua ressignificação como prelúdio para o novo regime político, entre outras. Para tanto, contrapõe-se os textos publicados nos jornais do estado com algumas obras que, direta ou indiretamente, abordaram a temática da abolição a partir de uma perspectiva histórica: textos de Franklin Dória e Alfredo Taunay produzidos a partir de suas atuações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os livros de memórias dos republicanos Cristiano Ottoni e Alberto Marques de Carvalho, e livros de grande circulação que tratavam da história pátria, publicados por Afonso Celso, João Ribeiro, Osório Duque-Estrada e, no caso de Santa Catarina, Henrique Fontes. Por último, reúne-se os relatos publicados pela mesma imprensa que dão conta de comemorações cívicas, sessões e espetáculos realizados em homenagem ao 13 de Maio, procurando delinear de que maneiras a população festejava nos espaços urbanos o dia da Abolição.

Palavras-chave: pós-abolição; memória; Santa Catarina; 13 de Maio; imprensa; comemorações; abolicionismo.

ABSTRACT

The purpose of this study is to read the memory of the abolition of slavery as it was presented by the press of Santa Catarina during the period of the early republic regime in Brazil (1889-1930). Through an analysis of the discursive production that was yearly conveyed in the pages of newspapers from Santa Catarina regarding the date of abolition, the objective is to identify the formation of certain narratives about central themes of the historical process which culminated in the end of slavery in Brazil, such as the political and intellectual leaders who influenced the movement, the participation of enslaved and freed people in the struggle for freedom, the role of the monarchy, the idea of abolition as a blessing, the image of Princess Isabel as the "redeemer", the Republican appropriation of May 13th and its redefinition as a prelude to the new political regime, among others. For this purpose, the texts published in the newspapers of the state are contrasted with some works that directly or indirectly addressed the issue of abolition from a historical perspective: texts from Franklin Doria and Alfredo Taunay produced within the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, the memoirs of republicans Cristiano Ottoni and Alberto Marques de Carvalho, and books of wide circulation dealing with national history, published by Afonso Celso, João Ribeiro, Osório Duque-Estrada and, in the case of Santa Catarina, Henrique Fontes. Finally, it brings together a series of reports published by the same press that recounts civic celebrations, sessions and presentations performed in honor of the May 13th, in an attempt to delineate the ways in which the general public celebrated the holiday of Abolition.

Keywords: post-abolition; memory; Santa Catarina; May 13th; press; celebrations; abolitionism.

ÍNDICE DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Temas sobre escravidão na <i>Série Fontes</i>	55
Figura 1: Gabinete 10 de Março.....	72
Figura 2: Alegoria da Abolição.....	74
Figura 3: Alegoria da assinatura da Lei Áurea.....	76
Figura 4: Capa do Sul-Americano de 1900.....	90
Figura 5: Mensagem aos <i>escravos da opilação</i>	130

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Capítulo 1: A primeira década republicana.....	18
1.1 A abolição no fim da monarquia.....	19
1.2 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	22
1.3 A Abolição durante a República.....	27
1.4 Interpretações: Cristiano Benedito Ottoni e Alberto Marques de Carvalho.....	30
1.5 O povo na abolição.....	40
Capítulo 2: História e memória da abolição no século XX (1900-1930).....	48
2.1 O novo século em Santa Catarina.....	49
2.3 A história da escravidão na Série Fontes.....	54
2.3 Manuais, esboços e memórias da abolição nas primeiras décadas do século XX.....	58
2.4 Narrativas da abolição no século XX: a imprensa de Santa Catarina.....	68
2.4.1 Os esboços históricos.....	69
2.4.2 Os editoriais.....	77
2.4.3 Uma abolição catarinense.....	83
2.4.4 A lírica da Abolição.....	89
Capítulo 3: As comemorações do 13 de Maio na Primeira República (1888-1930).....	94
3.1 O 13 de Maio da Monarquia.....	97
3.2 As comemorações na década de 1890.....	102
3.3 Os festejos pelo interior de Santa Catarina.....	108
3.4 Novas comemorações (1915-1930).....	112
Epílogo.....	123
Referências.....	135

Introdução

No dia 13 de Maio de 1920, circulou em Florianópolis uma vistosa edição comemorativa do jornal *O Estado*. Surgido pela primeira vez na capital em 1892 como órgão ligado ao Partido Republicano Federalista, o periódico havia experimentado uma jornada de publicações bastante irregular ao longo das últimas três décadas, fruto das diversas crises que marcaram a formação do governo oligárquico republicano em Santa Catarina. Sua mais recente refundação datava de 1915, chegando em 1920 ao seu sexto ano ininterrupto de funcionamento – algo inédito e certamente digno de ser comemorado.

A data de 13 de Maio, escolhida para recolocar o jornal em circulação depois de um hiato de mais de dez anos pouco teve a ver com quaisquer simpatias históricas à causa abolicionista. O dia provavelmente foi escolhido por coincidir com o decreto de criação da Imprensa Régia, assinado pelo Príncipe Regente Dom João VI no dia 13 de Maio de 1808, fato que marcou o surgimento efetivo da imprensa no território do Brasil.¹ Por escolha ou acaso, o fato é que a partir de sua quarta encarnação, *O Estado* viu-se anualmente na contingência de dividir a data de sua refundação com uma efeméride de popularidade muito maior – a data em que foi abolida a escravidão no Brasil.

A edição de 13 de Maio de 1920 trouxe tamanho número de textos, editoriais e ilustrações que se torna difícil compará-la com qualquer outro número publicado em Florianópolis na época. Embora na capa e nas primeiras páginas o tema tenha sido o aniversário de seis anos do jornal, as páginas subsequentes viram-se apinhadas de textos, editoriais e notícias a respeito da data da abolição. As colunas de texto eram intercaladas por fotos de personagens ilustres do abolicionismo catarinense como Manoel Bittencourt e Eliseu Guilherme. Uma poesia de Cruz e Sousa emoldurada por um desenho do poeta desterrense falava sobre liberdade. Até mesmo uma conhecida alegoria encimava uma das páginas da publicação: um velho empunhando uma foice – o tempo – mostra a um menino negro o busto da Princesa Isabel, enquanto aos seus pés, uma figura togada escrevia nas páginas de um tomo aberto a data da abolição – "13 de Maio, 1888".

Entre os textos que compõem a edição, figuram por exemplo um excerto do livro *Notas para história catarinense* do "ilustrado e erudito" Capitão Lucas Boiteux, tratando dos abolicionistas catarinenses. Um texto do jornalista Lídio Barbosa fazia um esboço histórico dos principais momentos do abolicionismo brasileiro. Constava ainda uma cópia do *Manifesto*

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

sobre a abolição do elemento servil na província de Santa Catarina, assinado em 1887 por um grupo de simpatizantes influentes da sociedade desterrense, pleiteando aos poderes legislativos da província a elaboração de leis que apressassem a alforria da "exígua parte da população" que ainda vivia no cativeiro.

Uma coluna, no entanto, se sobressai entre as loas entoadas ao longo do jornal. Ocupando uma posição central na oitava página da publicação, com um título em letras ornamentadas, há um texto específico sobre *Os abolicionistas em nossa terra*. Leem-se palavras que seguem um tom aclamatório, comum em se tratando de discursos escritos no começo do século que tratavam a respeito do abolicionismo brasileiro:

Tão brilhantes, tão positivos e tão seguros foram os magníficos frutos da campanha abolicionista em nossa terra que já muito antes de 13 de maio a então Desterro, com que orgulho recordamos hoje, era publicamente declarada cidade livre, isto é, cidade em que não se praticava mais a ação aviltante de se conservar cativo o negro e em que todos, todos sem exceção, tinham igual aos bens magníficos da liberdade.[...]
[...] Abençoemos pois, os nomes dos que assim tão alto nos elevaram, dando esse belo exemplo de generosidade e de grandeza d'alma que há de perdurar, através dos anos e dos séculos sempre coberto de bênçãos e de beijos.²

O que se segue abaixo das palavras calorosas a respeito das atitudes dos abolicionistas catarinenses é uma curiosa (e longa) lista de 54 nomes – 53 homens e uma mulher – considerados os mais "impávidos e decididos" batalhadores pela causa abolicionista. São nomes que em maior ou menor medida povoam as páginas dos livros sobre a história de Santa Catarina, ou no mínimo contribuem para a toponímia da capital do estado: Germano Wendhausen, Raulino Horn, Virgílio Várzea, Cruz e Sousa, Manoel Bittencourt. Todos, na avaliação da autoridade encarregada de compilar a lista, merecem o prestígio da posteridade pelo trabalho feito em prol da abolição.

O que torna a lista ainda mais intrigante é a edição do dia seguinte, 14 de maio de 1920. Nela, uma pequena nota de canto situada na última página do jornal tenta retificar um erro involuntário de redação

Um lamentável engano de paginação fez que não fosse publicado em nossa edição de ontem um "paquetê" inteiro de catarinense dos mais abnegados abolicionistas em nossa terra.

Remediando hoje essa falta involuntária, aqui citamos esses nomes:

Club 12 de Agosto, S. C. Bons Arcanjos, João Pereira Vidal, Pedro Caetano Martins da Costa, João Narciso Machado, Francisco José da Silva Dutra, José Gonçalves da Silva, Padre José F. Pereira Serpa, Antonio Albino Guedes do Nascimento, Cel. Gustavo Ricardo, Arthur Izetti, Pedro Rodolpho de Oliveira, Joaquim Caetano da Silva, Antonio Carlos Ferreira, Marcelino

² OS ABOLICIONISTAS NOSSA TERRA. **O ESTADO**. Florianópolis, 13 de mai. de 1920. Ano VI, nº 1507. p. 8.

G. Dutra, Ignacio Antonio da Silva, Capitão Antonio José Antunes, José Rodrigues da Silva, João Climaco de Oliveira e Silva, Damazio Rezende, Christóvão Nunes Pires, Francisco de Assis Costa, José de Araujo Coutinho, João C. Dias Formiga, Francisco Vieira da Natividade, Serafim Luis Nunes, Miguel da Silva Cascaes, Manoel Roque da Silva, Romão Rigueira, Ernesto Anastacio da Natividade e outros cujos nomes não podemos prontamente recordar.³

É necessário não perder a conta: são 29 nomes adicionados aos 54 que figuraram na edição do dia anterior, além de um clube social (12 de Agosto) e de uma associação carnavalesca (Bons Arcanjos) que tiveram uma atuação destacada em Desterro na década de 1880. A justificativa dada pelo editor é que um trecho composto e não paginado (chamado na linguagem tipográfica de *paquê*) foi acidentalmente esquecido, deixando de fora da lista de abolicionistas mais de duas dúzias de nomes. Mas o final da nota é mais revelador: admite-se a existência de outros personagens que não puderam ser prontamente recordados.

A obscuridade de muitos nomes da segunda lista e as desculpas dadas pela não publicação, aliadas à distância que o tempo intercala entre o presente e os inícios do século passado permitem ao leitor fazer uma série de conjecturas a respeito das duas listas de 1920. Pode-se levantar a hipótese de que talvez os nomes tenham sido compilados levando em consideração não suas contribuições efetivas para a campanha abolicionista em Desterro, mas tendo em vista um critério político, de lustrar o ego de algumas famílias influentes da cidade. Permite-se imaginar o redator-chefe descuidado, passando os olhos pela primeira lista, lembrando-se de aliados políticos cujos pais ou avós alforriaram um ou outro escravo e correndo para reparar o erro. Ou ainda a redação do jornal sendo contatada por esses mesmos filhos e netos, exigindo a inclusão de seus parentes no rol dos batalhadores da causa.

São todas especulações, mas há algo de concreto que transpira do texto do jornal *O Estado*: o desejo de recordar, de inscrever, de marcar nomes num acontecimento tido àquela época – mais de trinta anos depois do acontecido – como decisivo para a história pátria. Anualmente, desde 1889, os jornais publicavam resumos históricos, fotos, poesias, editoriais e opiniões a fim de recordar em todos os dias 13 de Maio o fim da escravidão no Brasil.

A memória da abolição revivida a cada ano em Santa Catarina pelos intelectuais de sua imprensa e comemorada nas ruas das cidades pela população significava mais do que a simples observância rigorosa de uma data festiva no calendário nacional. Na virada do século XIX para o século XX, o tremendo impacto da extinção de todo um sistema econômico e de relações sociais ainda era sentido e recordado, mesmo que a própria economia e sociedade

³ OS ABOLICIONISTAS EM NOSSA TERRA. *O Estado*. Florianópolis, 14 de mai. de 1920. Ano VI, nº 1508. p. 5.

escravista já fossem na década de 1880 uma sombra do que haviam sido em tempos anteriores.

Imediatamente às tremendas mudanças acarretadas com o fim da escravidão, seguiu-se a extinção do sistema político que lhe havia servido de esteio, orquestrada por militares insatisfeitos com a monarquia e apoiada por muitos dos ex-senhores desiludidos com o esboroamento de sua autoridade sobre toda uma classe social. Assim, nascia pouco depois uma República que viu-se na dupla contingência de elaborar um Brasil novo ao mesmo tempo que lidava com a popularidade tanto da Abolição quanto daqueles que, no imaginário popular, tinham sido seus paladinos e defensores.⁴

Ao procurar entender o movimento de construção de uma memória histórica feita no calor dos acontecimentos, as reflexões do historiador Carlos Alberto Vesentini podem servir de auxílio. Em seu trabalho a respeito da memória da Revolução de 1930, Vesentini demonstra de que forma o estado instaurado a partir de então alcança o notável feito de, através da apropriação e manipulação da memória histórica, transformar a Revolução em um momento fundador. Apesar das inúmeras alternativas de atuação e transformação políticas que foram possíveis ao longo dos anos que convergiram para os acontecimentos de 1930, a memória construída pelos vencedores alcançou transformar o movimento liderado por Getúlio Vargas em ponto final do Brasil arcaico e ponto de partida do Brasil moderno, mesmo na memória e na avaliação dos críticos e opositores do próprio regime.⁵

Algo de similar ocorreu com a dupla transformação ocorrida no final da década de 1880 no Brasil. É certo que a república brasileira não foi feita por "perdedores", mas a classe social que presenciou a erosão de sua autoridade ao longo de quase duas décadas teve papel importante nos acontecimentos que levaram ao 15 de Novembro. Os perdedores de 1888 transformaram-se nos vencedores de 1889, mas a vitória trouxe consigo um incômodo: como poderia uma mera proclamação militar competir com a conquista de apelo inigualável que foi a Abolição, forjada pela atuação de negros e brancos, escravizados e libertos e como o apoio da grande maioria da população?

Embora uma resposta para esse dilema tenha sido buscada de forma explícita apenas nos primeiros anos do regime republicano, através de um concentrado trabalho de ressignificação histórica feita pelos vencedores, não foi somente essa busca por uma releitura

⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁵ VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: HUCITEC, 1997.

do passado que influenciou a forma com que o abolicionismo brasileiro e a própria escravidão seriam percebidos nas décadas posteriores. O patrocínio dado pelas elites intelectuais da jovem república às teorias raciais que, importadas da Europa, foram adaptadas através de mediadores brasileiros que buscavam explicar as razões para o "atraso" social e econômico do Brasil também desempenhou papel importante na construção de preconceitos que se arraigaram profundamente no imaginário brasileiro.

Dessa forma, os primeiros anos de história republicana do Brasil representam um momento singular, em que a herança da escravidão se fazia sentir de maneira muito palpável através de um processo de racialização que, embora dissimulado, foi fundamental para estabelecer critérios diferenciados de cidadania dentro no país.⁶ A República brasileira, nascida sob a égide da modernidade e do liberalismo, foi cúmplice na formação de uma cultura histórica que buscou retirar o significado da lutas que engendraram a dissolução do regime escravista, no intuito de preservar as hierarquias sociais que os três séculos de escravidão imprimiram na sociedade brasileira.⁷

Este trabalho procura entender o movimento de formação de uma parte importante desta cultura histórica, o desfecho do abolicionismo brasileiro em 13 de Maio de 1888, adotando como perspectiva fontes da imprensa do estado de Santa Catarina. Através de uma leitura das opiniões, ideias e avaliações a respeito do abolicionismo brasileiro, conforme foram veiculadas entre os anos de 1889 e 1930 nos periódicos do estado na forma de esboços históricos, editoriais, poesias artigos e imagens, objetiva-se identificar transformações e permanências na maneira com que a história da abolição (e também da escravidão) foi contada no período da Primeira República.

Tanto o recorte geográfico quanto o recorte temporal apresentam desafios, pois se trata de um período em que a identidade cultural catarinense se encontrava em processo de formação. É somente a partir da passagem do século XIX para o século XX que suas elites intelectuais dão os primeiros passos no sentido de elaborar a ideia de que o estado possuía uma série de características que o diferenciavam do restante do Brasil, desde o clima até a

⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 242.

⁷ Aqui, se toma como cultura histórica uma definição próxima aquela elaborada por Elio Chaves Flores: "[...] os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico.[...] da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de uma saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais[...]". FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. **Saeculum** – Revista de História, ano 13, nº. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós Graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 83-102.

composição racial, resultando na concepção – bastante difundida até os dias atuais – de que Santa Catarina seria uma espécie de "Europa dentro do Brasil". De acordo com essa perspectiva, a mão de obra escrava teria tido papel marginal no desenvolvimento econômico da província, uma tese que teve origem em trabalhos de historiadores locais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina na primeira metade do século XX, foi expandida em meados da década de 1950 pelas pesquisas sociológicas de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, e reproduzidas sem muita crítica até a década de 1980.⁸

Não é necessário aprofundar-se na historiografia contemporânea para desmentir esta ideia. Uma simples consulta às contagens populacionais do século XIX demonstram que a presença de escravos sempre foi significativa em solo catarinense, oscilando na casa dos 20% da população total pelo menos até meados da década de 1850, quando o fim do tráfico de africanos tornou a província uma exportadora para o tráfico interno, diminuindo sua população cativa para cerca de 9% no censo de 1872.⁹ Um número pequeno apenas se comparado às regiões de monocultura exportadora do sudeste e nordeste, onde a população escrava costumava ser duas ou três vezes maior do que se observava em Santa Catarina.

O ostracismo ao qual foi por muito tempo condenada a história da escravidão em território catarinense não foi fruto de uma suposta marginalidade da presença africana e escrava no território do estado. O imenso fluxo de imigração europeia que a partir de meados do século XIX transformou a composição social da região - aliada à uma disposição para o apagamento dos traços culturais africanos que marcaram a ocupação territorial de Santa Catarina tiveram um impacto muito maior. Pois se os censos realizados a partir da instalação do regime republicano demonstram que uma população que já era maioria no início da República (85% em 1890) cresceu ainda mais durante as décadas seguintes, atingindo quase 95% em 1940.¹⁰ Mesmo se admitindo a falibilidade dos métodos estatísticos de inícios do século passado, é forçoso admitir que o percentual da população de origem africana de Santa Catarina sofreu um considerável decréscimo nas primeiras décadas da República.

Sem dúvida o elemento europeu não entrou nessa sociedade como fator capaz de “embranquecer” e “diluir” a população negra e mestiça como queriam os eugenistas republicanos. Mas o fato de brancos de origem europeia terem representado a grande maioria

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000. pp. 15-22.

⁹ PEDRO, Joana Maria *et al.* **Negro em terra de branco**: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 19.

¹⁰ IBGE. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série nacional, volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 1. & IBGE. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p.1.

da população durante a primeira metade do século XX teve um impacto esmagador sobre a população afrodescendente do estado, que além de enfrentar as peias do preconceito e das desigualdades sociais, ainda viu a sua voz e a sua história esquecidas ou mesmo negadas quando da construção de uma identidade local. A historiografia oficial do estado, representada durante muitos anos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, se não obliterou, pelo menos minimizou ostensivamente a importância do elemento afrodescendente na história da região.¹¹ Dessa forma, analisar as representações e narrativas veiculadas pela imprensa catarinense a respeito da abolição entre 1889 e 1930 significa buscar compreender de que maneira esse silêncio foi tomando forma e se instituindo como norma no trato da história local.

A escolha da imprensa justifica-se por ser um espaço privilegiado para que, num contexto histórico em que uma elite letrada ainda estava em processo de consolidação, se possa perceber as produções discursivas que ajudaram a construir uma cultura histórica a respeito do 13 de Maio. Ao menos na passagem do século XIX para o século XX, as páginas da imprensa constituíam-se no único espaço para difusão, circulação e defesa das ideias da elite republicana a respeito de temas como política e história, pois trata-se de um período formativo deste mesmo grupo, em que as principais instituições culturais capazes de agregar intelectuais influentes estavam na sua infância, caso do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado em 1896, ou ainda não haviam sido criadas, caso da Academia Catarinense de Letras, surgida em 1920. Os "homens de letras" do início do século, intelectuais polivalentes cujo sustento residia em cargos públicos ou profissões liberais mas que, em busca da satisfação pessoal ou prestígio, envolviam-se também com as artes, a literatura, a história e a política, tinham nos jornais o único meio de comunicação barato e de grande penetração, através do qual podiam expor suas ideias.¹²

Dentro desta perspectiva, o primeiro capítulo dedica-se à leitura dos primeiros anos de narrativas a respeito da abolição, abarcando o período compreendido entre o primeiro aniversário do 13 de Maio, em 1889, até a virada do século. Além de um exame das opiniões expressadas a respeito da abolição no único aniversário da data celebrado sob os auspícios do regime monárquico, o objetivo desta parte recai sobre a identificação de alguns julgamentos

¹¹ FREITAS, Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número**: o negro na historiografia de Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

¹² CORRÊA, Carlos Humberto P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 151.

históricos que, nascendo no ocaso da Monarquia e na transição para a República, iriam se tornar comuns nas décadas seguintes.

Como auxílio para compreender o nascimento de uma memória histórica a respeito do 13 de Maio, utiliza-se como ferramenta para o entendimento dos discursos da imprensa catarinense uma parte da produção historiográfica brasileira composta na virada da década de 1880 para 1890. De um lado, os monarquistas Franklin Dória e Alfredo Taunay, que no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro procuraram celebrar a data da abolição como um triunfo do Império. Do outro, os republicanos Cristiano Benedito Ottoni e Alberto Marques de Carvalho, que em suas memórias a respeito da transição de um regime político para outro buscaram realizar uma crítica categórica não somente da instituição monárquica mas também da própria condução da "questão servil". Assim, busca-se medir o alcance que as ideias defendidas por essas duas correntes de interpretação a respeito do desfecho da campanha abolicionista no Brasil tiveram na produção textual dos jornais de Santa Catarina.

O mesmo caminho é seguido no segundo capítulo, que trata do período compreendido entre 1900 e 1930. Também nessa parte, o objetivo é seguir o percurso da memória histórica estabelecida na década de 1890, atentando quer para as suas modificações (tendo como exemplo a reabilitação das figuras da monarquia), quer para suas permanências (caso da imagem da abolição como dádiva).

Em virtude de se tratar de um espaço de tempo mais extenso, que comporta um número maior de fontes primárias, os textos selecionados foram divididos em quatro modalidades de acordo com suas características: esboços históricos, editoriais, textos sobre a abolição com foco específico em Santa Catarina e poesias.

Os esboços históricos caracterizam-se pelo seu caráter informativo, pois têm o objetivo de apresentar ao leitor aquilo que se assume serem informações básicas a respeito da escravidão e do processo abolicionista. Também é característica destes textos a sua extensão maior e o fato de geralmente não possuírem uma autoria especificada. Já os editoriais são textos mais livres, onde autores conhecidos do cenário político e intelectual de Santa Catarina (ou por vezes anônimos, representando o próprio jornal) enxergavam um espaço para dissertar e opinar a respeito do fato histórico lembrado no dia treze. Os textos sobre a abolição com foco específico em Santa Catarina, embora sejam poucos, comportam tanto editoriais quanto esboços históricos, e servem basicamente para louvar o protagonismo de determinadas figuras do estado na campanha pela liberdade. Por último, as poesias compõem uma parte

importante desses discursos, em virtude da liberdade ainda maior de expressão oferecida pela forma lírica.

Da mesma forma que no capítulo anterior, como comparação e contraposição aos discursos analisados na imprensa serão utilizadas obras históricas caracterizadas pela autoridade de seus autores e pela sua difusão. Neste caso, entram em questão os livros *Abolição – esboço histórico*, de Osório Duque-Estrada e *Por quê me ufano de meu país*, de Afonso Celso, juntamente com as memórias de sua atuação parlamentar. Além destes, recorre-se também a manuais de história do início do século: *História do Brasil* de João Ribeiro e os livros da *Série Fontes*, adotados pelas escolas catarinenses a partir de 1920.

No trato múltiplo das fontes da imprensa e de obras históricas de grande circulação, o objetivo é atentar para os mesmos problemas levantados por Ângela de Castro Gomes em sua análise a respeito da produção e da divulgação do conhecimento histórico por parte de um intelectual da Primeira República, Viriato Corrêa. Neste, a autora destaca o quanto a imprensa do século XX era importante para a divulgação de uma cultura histórica e busca compreender as estratégias adotadas pelos intelectuais do período no sentido de produzir um conhecimento histórico e transportá-lo para o grande público, pois

[...] atentar para a dinâmica de produção e divulgação de um passado histórico significa procurar entender "como" uma interpretação/narrativa da história do Brasil foi elaborada, divulgada e consolidada, integrando-se a uma cultura histórica e a uma cultura política, constituindo tanto o que chamamos de conhecimento histórico, quanto o que entendemos ser uma memória política nacional.¹³

A inclusão de obras históricas do período, tanto de alcance nacional no caso da *História do Brasil* de João Ribeiro quanto regionais no caso da *Série Fontes* busca realizar essa mesma operação historiográfica no caso específico do estado de Santa Catarina: elaboração, divulgação e consolidação de uma cultura histórica a respeito do 13 de Maio de 1888.

O terceiro e último capítulo tem como propósito realizar um levantamento das festividades, sessões cívicas, bailes, desfiles e outras formas de comemoração utilizadas pela população de Desterro/Florianópolis (e também de algumas cidades do interior de Santa Catarina) para marcar a passagem da abolição, no intuito de comparar o discurso oficial dos jornais com os festejos programados – muitas vezes de forma independente – por pessoas, grupos ou instituições.

¹³ GOMES, Ângela de Castro. Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. pp. 34-35.

Nesta parte, dividem-se as comemorações em espaços geográficos e temporais. A primeira parte trata dos festejos realizados em 13 de Maio de 1889, os únicos que foram observados sobre a égide da monarquia, seguidos pela primeira década de comemorações durante o recém instaurado regime republicano. A terceira parte comporta o período entre 1900 e 1915, quando se observa um recuo nas referências da imprensa à comemorações do 13 de Maio realizadas na capital do estado, ao mesmo tempo que, em algumas cidades do interior de Santa Catarina, essas comemorações continuam sendo realizadas e reportadas com frequência. Finalmente, a quarta e última parte corresponde ao período entre 1915 e 1930, quando os festejos realizados em Florianópolis alcançam novo ímpeto, sob a organização de algumas associações cívicas de grande importância na sociedade da época.

Em conclusão, é necessário salientar que no trato das produções discursivas a respeito da escravidão e do abolicionismo veiculada pela imprensa catarinense, nos discursos e nas demonstrações cívicas realizadas em homenagem ao dia 13 de Maio, é possível se deparar com uma miríade de narrativas, cada qual com enfoques e características próprias. Algumas são precisas, outras incorretas e outras francamente fantasiosas. O objetivo deste trabalho não é a crítica a estas narrativas em si, descartando-as como inúteis para a compreensão dos fatos históricos às quais aludem. Tampouco se pretende utilizá-las para descartar a possibilidade de conhecimento do próprio passado, correndo o risco de ceder ao radicalismo de não mais se fazer a distinção entre história e ficção.

O caminho a ser seguido é aquele sugerido por Michel Pollak, quando este pondera que no estudo de memórias coletivas fortemente constituídas como a memória nacional, o problema fundamental reside na análise de sua própria função.¹⁴ Desta forma, este trabalho objetiva operar neste mesmo sentido, de compreender para além da formação de uma cultura histórica a respeito do 13 de Maio, que função teve essa mesma cultura na sociedade catarinense de inícios da República.

¹⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. pp. 3-15. p. 9.

Capítulo 1: A primeira década republicana

No ocaso da monarquia, escrever sobre a escravidão e a abolição significava reportar-se não somente a um passado muito próximo, mas também a um presente conturbado. Às vésperas do dia 13 de maio de 1889, o gabinete conservador formado em 10 de Março do ano anterior estava em crise, e balançava sob pesadas críticas ao seu líder João Alfredo, atacado diariamente nas páginas da imprensa liberal e republicana. Rui Barbosa, nesse particular, desempenhava um importante e ativo papel: no dia 12, às vésperas do primeiro aniversário da Lei Áurea, o redator-chefe do *Diário de Notícias* resumia no título de seu editorial a situação do gabinete (“De Joelhos”), criticava a sua “política de compadrios palacianos” e salpicava-lhe o desagradável predicado de “governo mais desautorizado, que jamais amesquinhou este país”.¹⁵ Em pouco mais de três semanas, o gabinete de 10 de Março seria dissolvido, e Afonso Celso de Assis Figueiredo, então Visconde de Ouro Preto assumiria como último Presidente do Conselho de Ministros da monarquia.

Era um contexto em que o já delicado ambiente político do fim do segundo reinado vivia uma de suas últimas crises, resultado de uma assomada polarização entre os dois partidos políticos do Império. Nessa disputa, pesavam ressentimentos de ambos os lados: dos conservadores por ter sido resolvida a questão servil de forma tão abrupta, e dos liberais por não ter sido sob seus próprios auspícios que a mais importante legislação do Império foi aprovada. Em virtude desse fato, a história escrita e lembrada nas páginas dos periódicos da capital da província catarinense seguiu essa polarização, conforme os interesses que eram defendidos explicitamente nos seus respectivos cabeçalhos.

Neste primeiro capítulo objetiva-se realizar uma leitura da formação de um determinado tipo de narrativa a respeito do processo abolicionista brasileiro que teve lugar na primeira década do regime republicano. As referências utilizadas serão as publicações da imprensa de Santa Catarina juntamente com obras históricas de referência que, quer pela notoriedade de seus autores, quer pela sua grande circulação, estariam informando os “homens de letras” que escreviam nos jornais e auxiliando na construção de uma memória histórica sobre o abolicionismo.

¹⁵ BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Vol. XVI, 1889. Tomo II: Queda do Império, *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. pp. 333-334.

1.1 A abolição no fim da monarquia

Na capital da província de Santa Catarina, a oposição entre liberais e conservadores durante o último ano do regime monárquico podia ser claramente observada nos periódicos: enquanto o *Conservador* do dia 14 de maio de 1889 dedicava sua primeira página inteira a dois editoriais sobre o primeiro aniversário da Lei Áurea, a *Regeneração*, “Órgão do Partido Liberal”, publicava apenas no dia 16 uma coluna breve sobre a data. Já o *Jornal do Commercio*, pretensamente imparcial, mas historicamente ligado aos interesses liberais, abordou o tema somente uma vez, num editorial breve no dia 7 de maio, embora assim como os outros dois periódicos, tenha dado publicidade considerável aos festejos na cidade.¹⁶

Neste primeiro aniversário do dia 13 de Maio, o único celebrado durante o Império, alguns dos principais temas relativos ao processo que culminou na ruína da escravidão no Brasil começam a aparecer, independente dos interesses políticos defendidos por um ou outro. São temas que serão, com maior ou menor intensidade, repetidos ao longo dos anos seguintes.

O ano de 1889 será o único daquele final de século em que o nome do Imperador será lembrado, e ainda assim pelo jornal ligado ao partido político que ainda resistia debilmente na chefia do governo, o *Conservador*. No editorial “13 de Maio”, este periódico exalta “Bem haja o Senhor D. Pedro II que pôde prestar ainda à Sua Pátria este assinalado serviço!”.¹⁷ É de se notar o uso de “Senhor”, ao invés do protocolar “S. Majestade”, sinal de que além de estar em franco desprestígio junto à intelectualidade liberal do império, o estado de saúde frágil experimentado por D. Pedro II desde o ano anterior já não inspirava nem respeito nem uma sensação de continuidade para um eventual terceiro reinado.

O *Conservador* presta homenagem também à continuidade e à autoridade constituída, louvando os principais predecessores, Euzébio e Rio Branco, o Gabinete de 10 de Março, João Alfredo e a “Sereníssima Princesa Isabel”. Este periódico é realmente o único a nomear protagonistas deste processo, já que a *Regeneração* e o *Jornal do Commercio* apontam para uma espécie de revolução de consciência alcançada por brasileiros e brasileiras. Mesmo o *Conservador* corrobora essa interpretação ao observar em sua edição do dia 12 que, mesmo tendo as legislações de 1850 e 1871 apontado o fim da “malfadada instituição” para o final do século, em 1898, algo fora do comum contribui para um desfecho mais rápido:

¹⁶ Sobre o *Jornal do Commercio* e sua história, cf. PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro, 1831-1889. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. pp. 72-74.

¹⁷ 13 DE MAIO. **Conservador**. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, nº 108. p. 1.

Caminhara a Nação; com ela desenvolveram-se os espíritos; o problema foi então formulado: por que não se fará o hoje o que foi destinado para amanhã?

Os povos têm repentes destes. Às vezes em meio da marcha que leva o seu progresso, eles param, volve-se, apanham num lance de olhos o caminho percorrido e, como si se envergonhassem do pequeno trecho que venceram ou haurissem no passado forças para se atirarem ao futuro, arremessam-se a ele com mais entusiasmo do que os animara até aí.

Então agitam-se, as ideias recebem novos impulsos e as soluções precipitam-se como acontecimentos fatais, inevitáveis.¹⁸

Também para o *Jornal do Commercio* foram ideias que deram o grande impulso em direção ao fim do cativeiro, definido como

Origem de tantos males, causa de uma luta tão prolongada, de tantos dissabores, entre os interessados em mantê-la e os que por dever de humanidade e em nome da civilização propunham-se extingui-la, a escravidão, essa instituição infernal, veio a sucumbir completamente naquele memorável dia, enfraquecida pelos golpes que sem cessar recebia da Razão e do Progresso.¹⁹

Já o *Regeneração* assinala a importância da data nos seguintes termos:

A abolição não é um fato de somenos importância, um acontecimento que logo se esquece, porque ela custou sacrifícios sem conta dando lugar a uma luta encarniçada entre a razão e a ignorância; e, portanto, tudo quanto se fizer para comemorar o seu primeiro aniversário, não será demais.²⁰

“Nação” e “espíritos”, “humanidade” e “civilização”, “razão” e “progresso”. Observa-se uma notável concorrência de discursos tributários das ideias que animavam o final do século XIX. A escravidão teria sido durante muitos anos o principal obstáculo para que o país pudesse professar com autoridade o seu credo no liberalismo, e o dia 13 de Maio assomou como principal símbolo dessa nova era.

Não por acaso, a terminologia usada para definir o período que se encerrou em 1888 carrega tons de vergonha e atraso: “máximo problema social”, “abutre que estava corroendo as esperanças d’essa grandiosa nação” para o *Conservador*.²¹ A *Regeneração* segue essa eloquência definindo a escravidão brasileira como “humilhante bastilha da sua degradação moral” e “hediondo crime [...], que por três séculos afrontou a humanidade”, no que era seguido pelo *Jornal do Commercio*, para o qual a escravidão era “indigna e criminosa instituição”.²²

¹⁸ 13 DE MAIO. **Conservador**. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, nº 108. p. 1.

¹⁹ 13 DE MAIO. **Jornal do Commercio**. Desterro, 7 de mai. de 1889. Ano X, nº 61. p.1.

²⁰ 13 DE MAIO. **Regeneração**. Desterro, 12 de mai. de 1889. Ano XXI, nº 23. p. 1.

²¹ O DIA 13 de Maio. **Conservador**; Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, nº 108. p. 1.

²² 13 DE MAIO. **Regeneração**. Desterro, 12 de mai. de 1889. Ano XXI, nº 23. p. 1; 13 DE MAIO. **Jornal do Commercio**. Desterro, 7 de mai. de 1889. Ano X, nº 61. p.1.

Percebe-se como a escravidão era lembrada como um crime moral, mais do que o crime *de facto* que havia sido e conforme apontaram os abolicionistas radicais da década de 1880 tal como Luiz Gama e Antônio Bento. Num país que ansiava profundamente pela modernidade, o crime que se perpetrou contra o progresso era ainda pior que o crime eventualmente perpetrado contra uma raça ou classe social, porque manchava a reputação do país frente ao concerto das nações. A abolição vinha para limpar essa mancha, e aumentar o prestígio do Brasil, anunciado um futuro de igualdade e fortuna. Dá-se tremendo crédito ao poder transformador do trabalho livre, conforme afirma o *Conservador*:

Este fato legislativo não tem somente a vantagem de elevar-nos aos olhos das nações civilizadas, – mais que isso inaugurou o regime do trabalho livre no país, e o trabalho livre é a prosperidade, a riqueza, o engrandecimento, a fim de podermos desempenhar nesta parte da América a missão que Deus dos deu.

Livre o negro do torpor que o acometeu ao sair da escravidão, gozada essa lua de mel que a nova condição criou-lhe, vai ele entrar na luta pela vida – o que o tornará trabalhador sincero e dedicado; a concorrência fará o resto e a massa inconsciente, sem vontade, obedecendo apenas ao aceno do feitor tornar-se-á amanhã um instrumento inteligente do nosso progresso refletido.²³

Cumprir observar a extensão do estigma que recaía sobre uma economia baseada na violência e na arbitrariedade do poder senhorial, mesmo que tal economia houvesse se desagregado há tão pouco tempo. E a Lei Áurea aparece como força quase divina que, combinada com o trabalho livre e a “concorrência”, apresentava-se como a grande solução para acelerar a então vagarosa marcha do Brasil em direção ao progresso.

Além disso, quer seja apenas a força da argumentação dos que escreveram sobre a história daquele tempo, quer seja em decorrência do sucesso atingido pela campanha abolicionista no sentido de convencer a opinião pública de que a escravidão era uma instituição desnecessária e ilegítima, é notável que não se mencione o quanto e por quanto tempo o regime escravista fora defendido nas tribunas do parlamento e mesmo na imprensa. Ao contrário, o que se sobressai é uma versão da história que, embora dê crédito ao ímpeto popular que resultou na lei de 13 de Maio, se preocupa mais em destacar o quanto a marcha dos acontecimentos deu-se numa atmosfera de aparente consenso, em que o único obstáculo foi a morosidade do poder legislativo em fazer concretas as aspirações da população. Também o fato de que a emancipação cumpriu-se sem as terríveis convulsões sociais e derramamento de sangue tal como se deu no Haiti ou nos Estados Unidos tendia a ser lembrado. É novamente o *Conservador*, pelo seu dever de exaltar o governo constituído, que dá o tom:

²³ 13 DE MAIO. *Conservador*. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, nº 108. p. 1.

Essa aureolada data – que hoje congrega a nação para festivos hinos – lembrará que, no Brasil a escravidão morreu pela vontade tenaz e decidida de um povo, – que sem a revolução, sem abalo às instituições constituídas, – conseguiu, somente pela imprensa livre e pela tribuna pública, persuadir ao parlamento que não se devia prolongar, um só momento, a nefasta existência do escravismo [...]²⁴

Além de ecoar um temor bastante fundado de que uma revolução pudesse abalar as instituições constituídas, o *Conservador* atribui o protagonismo exclusivo da abolição a duas entidades que doravante serão sempre lembradas como as principais realizadoras da emancipação: a política e a imprensa. A associação talvez fosse fácil em virtude do fato de que dois dos grandes políticos que se bateram pelo fim da escravidão ao longo da década de 1880 – Rui Barbosa e Joaquim Nabuco – eram também prolixos escritores de editoriais e artigos na imprensa da corte. Mas enquadrar a força do movimento abolicionista dentro dos discursos eruditos e normatizados tais quais eram produzidos e reproduzidos nas páginas da imprensa e nas tribunas do parlamento era também tirar desse movimento muito de sua revolta e indignação, que nascia e se espalhava nas ruas das cidades e no campo, como resultado das ações daqueles que conviviam de uma maneira ou outra com o cativo – os escravizados e libertos.

É notável que os contemporâneos que viveram e escreveram sobre o abolicionismo no Brasil tenham se esforçado sobremaneira para deixar bem estabelecidos uma série de marcos temporais que, ao invés de serem vistos como conquistas decorrentes da pressão popular ou mesmo uma necessidade frente a pressões externas, deveriam representar passos bem calculados na marcha rumo à razão e ao esclarecimento. Os homens de letras e os homens das tribunas observaram seu ambiente, refletiram, planejaram e decidiram cada um desses passos: liquidar com a expansão do tráfico em 1850, atacar a sua continuidade em 1871 e liquidá-la de vez em 1888. Euzébio de Queiroz, Rio Branco e Isabel são os nomes que a partir de então sempre serão lembrados.

1.2 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Uma marcha rumo ao progresso regida pela consciência, um movimento nacional liderado por grandes figuras da política e da imprensa, parte final de um longo processo em que a ideia da liberdade paulatinamente amadureceu. São estes os temas estabelecidos em

²⁴ O DIA 13 de Maio. *Conservador*. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, nº 108. p. 1.

1889, e que serão sempre repetidos, com maior ou menor intensidade desde o final do século XIX até a década de 1930 pelos discursos da imprensa de Desterro/Florianópolis. Mas quais foram os fundamentos desses discursos em 1889? Que voz ou vozes concorriam para influenciar na elaboração de uma memória sobre a escravidão e o abolicionismo num contexto histórico em que a escravidão era algo ainda tão palpável?

Se a partir da década de 1890 serão muitos os contemporâneos do movimento abolicionista que refletirão sobre a história da abolição, tal como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, em 1889 é mais difícil encontrar falas que em tão curto espaço de tempo tenham se debruçado sobre o assunto ainda candente. Mas mesmo após o calor dos acontecimentos de 1887/1888 é possível encontrar narrativas que procuraram de alguma forma sistematizar os eventos. Neste ponto, é importante se reportar ao círculo de nobres e/ou intelectuais que gravitavam em torno da monarquia, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Não se deve assumir com certo o fato de os autores da imprensa da capital de Santa Catarina liam e tinham contato com esses textos, mesmo porque sua circulação não era muito ampla. Mas o fato de representarem pontos de vista endossados pela instituição responsável pela sistematização e elaboração da história nacional, seu teor pode servir de baliza para o entendimento das narrativas periféricas como as de Desterro/Florianópolis.

No tocante aos acontecimentos de 1888, o IHGB publicou em sua revista de 1889 uma interessante lista de nomes de indivíduos e de associações que receberam uma medalha comemorativa, mandada cunhar em comemoração ao dia 13 de Maio de 1888. Foram 553 medalhas de ouro, prata e bronze, cuja distribuição foi feita conforme a importância dos personagens:

No dia 13 de Maio de 1889, aniversário da lei, o Instituto Histórico mandou, por uma comissão de seu seio, entregar um exemplar da dita medalha de ouro à Sua Majestade o Imperador, e outro à sereníssima princesa, que receberam a oferta com significativas demonstrações de apreço.

O Instituto resolveu também oferecer uma medalha ao Santíssimo Padre, e outra ao cardeal secretário.

Os demais exemplares foram mandados distribuir pela forma que adiante se vê, conservando-se alguns exemplares de bronze para subsequente distribuição.²⁵

Por ordem de importância (primeiro prata, depois bronze), seguem-se sete páginas com os nomes de 491 sócios nacionais e estrangeiros do Instituto, sociedades, corporações e estabelecimentos nacionais e estrangeiros. A distribuição foi curiosa: receberam uma das 441

²⁵ MEDALHA COMEMORATIVA da Lei de 13 de Maio de 1888. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1889. pp. 551.

medalhas de bronze personalidades importantes como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, João Clapp, e Sousa Dantas, além de dezessete periódicos da corte. Mas também o Bispo de Olinda e a *Entomological Commission*, em Washington.²⁶ Já a distribuição das medalhas de prata refletem as características de “sociedade da corte” do Instituto.²⁷ Receberam-na os integrantes do ministério 10 de Março, o corpo diplomático consular da capital, diversas corporações e sociedades patrocinadas pelo governo e a mesa diretora da Instituição e seus sócios honorários, a maioria deles nobres como o Visconde de Mauá e o Barão de Capanema. Também mereceram medalhas de prata o Conde d’Eu e os dois filhos mais velhos da imperatriz Leopoldina, Pedro Augusto e Augusto Leopoldo.

Tendo sido criado “debaixo da imediata proteção de S. M. I.” conforme denunciava o frontispício de sua revista, o IHGB não deixou de utilizar o espaço proporcionado por suas publicações para atrelar os grandes nomes da monarquia à causa da abolição. Isabel figurava na efígie das medalhas cunhadas pelo Instituto. Seu marido era também agraciado com uma medalha de prata, fruto provavelmente de sua atuação na fase final da campanha do Paraguai quando, segundo se propalou com alguma insistência nos apanhados históricos do final do século, fez sua contribuição à causa abolicionista libertando os escravos do país derrotado. Os sócios do Instituto escolheram homenagear mesmo os sobrinhos da princesa, talvez por sua posição intermediária na linha de sucessão da monarquia.

É digno notar que apesar de o interesse dos membros do Instituto em relação à temática da escravidão ter sido raro desde a sua fundação, quando a Lei de 13 de Maio foi promulgada, seus membros acorreram a saudar tanto sua significação quanto a importância que nela teve a coroa. Em 1900, a revista do IHGB publicou um texto de Franklin Dória, o Barão de Loreto, datado de 1888.²⁸ Nas suas breves seis páginas, o autor oferecia uma esquematização para a cronologia do abolicionismo, dividindo este em quatro fases ou “períodos”. O primeiro, de 1822 a 1850, é marcado pela pressão inglesa pelo fim do tráfico e pela inoperância do Brasil em fazer cumprir as disposições da lei de 1831. A segunda, de 1850 até 1871, corresponde a um lento processo no qual, simultaneamente, a liberdade foi

²⁶ MEDALHA COMEMORATIVA da Lei de 13 de Maio de 1888. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia, Lithographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1889. p. 554-556. O IHGB também concedeu medalhas de prata à Confederação Abolicionista e à câmara municipal de Acarape, Ceará, “1º município livre no Brasil”.

²⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 102-108; GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. **Revista Estudos Históricos**. Nº.1, 1988, pp. 3-27.

²⁸ LORETO, Barão de. A abolição no Brasil. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXIII, Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. pp. 187-192.

sendo conquistada pelos escravos através das alforrias e a ideia de uma solução para a questão servil foi amadurecendo, até culminar com a lei de 1871. O terceiro período iniciar-se-ia no início da década de 1880, quando a ideia da abolição ganhou novo ímpeto, culminando com a libertação das províncias do Ceará e do Amazonas em 1884 e a aprovação da lei Saraiva – Cotegipe em 1885. O quarto período seria de 1885 até 1888, quando o abolicionismo conquistou definitivamente a opinião pública, ganhando cada vez mais momento até sua vitória completa.

Mesmo com sua brevidade, o Barão de Loreto realiza um esforço razoável de interpretação histórica sobre a abolição no Brasil. No entanto, é uma visão áulica dos acontecimentos, posto que o autor raramente deixa passar uma oportunidade para ressaltar a mão decidida da coroa. Afirma sobre a lei que extinguiu o comércio ilegal de africanos, que Euzébio de Queiroz a propôs “acorçoado” pelo Imperador que, “refere um escritor notável, uma vez chegou a declarar em Conselho de Ministros preferia perder a coroa a consentir por mais tempo no abominável tráfico”.²⁹ Sobre a princesa diz que esta, ao assinar como regente a lei de 1871,

[...] interpretou fielmente a vontade paterna, e ao mesmo tempo obedeceu aos sentimentos do seu grande coração, também acordes com os do seu Esposo, que, pouco tempo antes, quando ele, conduzindo à vitória o exército brasileiro, acabava de arrancar ao jugo da tirania o Paraguai, solicitara e conseguiu do governo provisório daquele país a liberdade dos escravos ali existentes.³⁰

E por fim, novamente como regente em 1888, “revocou à liberdade centenas de milhares de cativos, e completou a obra da abolição na sua pátria, a qual, reconhecida, lhe deu o título glorioso de ‘Isabel a Redentora’”.³¹

O título de “redentora” pode não ter sido cunhando dentro do Instituto, mas a insistência na ideia de que a liberdade dos escravos foi um objetivo constantemente perseguido pela monarquia foi mais que comum nessa instituição ao longo da virada do século. O ato de generosidade praticado pela princesa era defendido como digno de reverência porque, ao que parecia em 1888, o fim da escravidão poderia servir como instrumento de amálgama da monarquia com a sociedade, conquistando a confiança da segunda na continuidade da primeira.³²

²⁹ LORETO, 1900. p. 188.

³⁰ LORETO, 1900. p. 189.

³¹ LORETO, 1900. p. 192

³² DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos Escravos**: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988). Bauru, SP: Edusc, 2004. pp. 135-160.

Em concorrência com estes objetivos, talvez nenhum integrante do Instituto tenha feito uso tão ostensivo da abolição como instrumento político para alavancar a monarquia titubeante como o Senador e sócio honorário Alfredo d'Escragnonle Taunay. Discursando pela ocasião do Jubileu do IHGB em 21 de outubro de 1888, o Visconde de Taunay aproveitou a ocasião para criticar o ambiente de ressentimento político dentro do qual o país mergulhara após a promulgação da Lei Áurea. Ao falar da abolição e de suas conseqüências, Taunay parecia pressentir o perigo que o republicanismo crescente (e alimentado pelo rancor da classe de ex-senhores de escravos) representava à instituição monárquica, ao mesmo tempo em que procurava dissuadir os espíritos mais inquietos da ideia de uma mudança de regime:

E porque tantos agravos, separações radicais, odientas retaliações, ante um fato que a civilização nos impunha imperiosa, para deixarmos de ser lamentabilíssima exceção e nos libertarmos do deprimente paralelismo com as instituições caducas da corrupta e decrépita Ásia ou com o barbarismo inconsciente da boçal e tenebrosa África?

Para que esse alarde em despedaçar sólidos e respeitáveis laços políticos, quando do nosso travamento de cousas, já consagrado pelo tempo, só proveio para o Brasil ordem, paz e dignidade?

Para que romper com um passado honroso e nobre, que é a segurança de porvir prospero e glorioso? Porque o isolamento, a fúria, a violência, quando o mal sofrido com paciência e na comunhão de impulsos justos e simpáticos, depressa minora, diminui e se extingue, surgindo do alívio e, afinal, da cessação da dor, benefícios inesperados e compensações não previstas, que de certo substituirão as maldições por bênçãos e o letal desânimo por inopinável confiança em radiante futuro.

Na efusão das nossas esperanças, senhores, rodeemos compactos o trono no Brasil. Ele não assenta no obscurantismo, nem em ferrenhas tradições. Eis porque é único em todo o mundo; eis porque é possível, e vive, e perdurará nesta América, em que as auras da liberdade perpassam pujantes de norte a sul, sem encontrarem obstáculos, nem anteparo.³³

Novamente, são temáticas que se repetem. A alteridade em que vivia o Brasil em relação ao estrangeiro deixa de existir, e um futuro de glórias e prosperidade se abre. Valoriza-se a tradição da monarquia que honrada, nobre, sólida e segura manteve-se altaneira em meio às alterações políticas do século, buscando o bom governo e as causas justas, indiferente à política comezinha – esta sim, constantemente colocando entraves ao desenvolvimento da nação. E em porções anteriores de seu discurso, Taunay destaca uma particularidade: naqueles primeiros dias de maio, a princesa Isabel vinha recebendo notícias da Europa de que seu pai havia caído gravemente enfermo em Milão, estando à beira da morte às vésperas do dia 13. E não obstante a angústia que tais relatos incutiram em seu coração de

³³ TAUNAY, Alfredo D'Escragnonle. **Discurso proferido na sessão do jubileu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 21 de Outubro de 1888**. Rio de Janeiro: Typ. de LEUZINGER & FILHOS, 1888. pp. 7-8.

filha, Isabel conduziu-se nos assuntos públicos com assomada dedicação, ressaltando o quanto estava de fato preparada para assumir as responsabilidades do governo imperial.

Taunay rogou para que os nobres e intelectuais presentes naquela reunião rodeassem o trono de Pedro II, dando-lhe apoio e professando sua confiança na continuidade de sua forma de governo. Mas pouco mais de um ano depois, o golpe de estado desferido contra a monarquia encontrou pouca resistência entre os seus supostos defensores. E a partir de 15 de Novembro de 1889, uma nova fase no contar-se a história da abolição e da escravidão no Brasil se inicia, com ênfases diferenciadas, novas versões e algumas permanências.

1.3 A Abolição durante a República

De fato, os republicanos não deixaram de prestar atenção ao 13 de Maio, dedicando particular atenção ao significado do dia: pouco menos de dois meses passados da instalação do regime provisório, um dos muitos decretos assinado pelo Marechal Deodoro e os membros do seu ministério trazia o seguinte texto:

O Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

que o regime republicano baseia-se no profundo sentimento da fraternidade universal;

que esse sentimento não se pode desenvolver convenientemente sem um sistema de festas publicas destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas;

que cada pátria deve instituir tais festas, segundo os laços especiais que prendem os seus destinos aos destinos de todos os povos;

Decreta:

São considerados dias de festa nacional:

1 de janeiro, consagrado á comemoração da fraternidade universal;

21 de abril, consagrada á comemoração dos precusores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes;

3 de maio, consagrado á comemoração da descoberta do Brasil;

13 de maio, consagrado á comemoração da fraternidade dos Brasileiros;

14 de julho, consagrado á comemoração da Republica, da Liberdade e da Independência dos povos americanos;

7 de setembro, consagrado á comemoração da Independência do Brasil;

12 de outubro, consagrado á comemoração da descoberta da America;

2 de novembro, consagrado á comemoração geral dos mortos;

15 de novembro, consagrado á comemoração da Pátria Brasileira.

Sala das sessões do Governo Provisório, 14 de janeiro de 1890, 2º da Republica. – Manoel Deodoro da Fonseca. – Rui Barbosa. – Q. Bocaiúva. – Benjamin Constant Botelho de Magalhães. – Eduardo Wanderkolk. –

Nota-se que o governo republicano estabeleceu diversos feriados, além do fato de ter eliminado quase todas as festividades ligadas ao poder imperial. Liquidaram-se o Dia do Fico (9 de Janeiro), o juramento à constituição (25 de Março), a aclamação de Pedro II (23 de Julho) e o aniversário do imperador (2 de Dezembro).³⁵ O 3 de Maio e o 12 de Outubro, outrora consagrados à abertura do ano legislativo e à aclamação de Pedro I respectivamente, transformaram-se na festa do descobrimento (conforme se supunha na época) e na descoberta da América. Introduziu-se o culto ao novo herói nacional (Tiradentes) e às datas mais caras ao positivismo republicano (Revolução Francesa e 15 de Novembro) e manteve-se somente o inescapável 7 de Setembro.

O 13 de Maio, no entanto tornou-se uma data peculiar: era uma festa nacional estabelecida pelo novo regime, mas profundamente ligada ao antigo. Ministro da Fazenda à época da assinatura do decreto de 1890, Rui Barbosa jamais deixou de atentar para sua importância. Em 1889, no primeiro aniversário da Lei Áurea, Barbosa a definiu como “O Dia Máximo”, dizendo que

A data de hoje é, presentemente, a maior de nossa pátria, por várias razões, qual a qual de per si bastante para lhe conferir esta supremacia gloriosa. Ela recorda a mais insigne homenagem preiteada, entre nós, ao bem, à humanidade e ao direito. Ela exprime a mais esplêndida conquista da consciência popular contra a reação dos grandes interesses oficiais. Ela rasga ao nosso futuro o pórtico gigantesco, por onde hão de passar a liberdade política e a democracia americana.³⁶

Era, portanto, uma data especial, à qual se atrelavam juízos nobres como “humanidade”, “direito” e “conquista”, todos caros ao imaginário republicano. Mas a força da associação entre a liberdade do dia 13 e os desígnios da monarquia era de fato muito forte, criando um problema para o governo da jovem república. A solução encontrada ecoa a de outros dilemas enfrentados pelos “fabricadores de mitos” da República, conforme definiu José Murilo de Carvalho: “Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo”.³⁷ Tal conciliação foi alcançada mantendo-se importância da data,

³⁴ SENADO FEDERAL. Decreto nº 155 B – de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=48423&norma=64198>. Acesso em jul/2012.

³⁵ Sobre feriados da monarquia, cf. KRAAY, Hendrik. A invenção do sete de setembro, 1822-1831. In: **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº 11, pp. 52-61, mai. 2010. pp. 56-59.

³⁶ BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Vol. XVI, 1889. Tomo II: Queda do Império, Diário de Notícias. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. p. 337.

³⁷ CARVALHO, 1990. pp. 69-70.

transformando-a em dia de festa nacional, mas trocando a sua significância, deixando de ser um feriado de liberdade e igualdade para se tornar um símbolo da *fraternidade*. Um termo bem menos explosivo, mais abrangente e mais domesticável.

A partir de então, e até o feriado do dia 13 de Maio ser revogado por outro governo provisório, o de Getúlio Vargas no final de 1930, à esta data serão mais comumente atribuídos epítomes que comportam esse significado. Nos editoriais, notas e esboços históricos consultados nos jornais de Desterro/Florianópolis, a utilização dos termos “fraternidade” e “liberdade” é muitíssimo mais comum do que “igualdade”, em concorrência com as preocupações prementes às elites políticas e intelectuais da primeira república, das quais a capital do estado/província de forma alguma se distanciou. Além disso, os temas referentes à abolição e os discursos que os envolvem careceram todos, salvo raras exceções, de uma “cor local”, na forma de reflexões a respeito da escravidão na província de Santa Catarina, ou mesmo no universo mais restrito de sua capital.

Talvez concorresse para essa ausência a já propalada versão histórica da presença da escravidão em escala relativamente menor em comparação com outras regiões e o pouco interesse despertado por essa temática num momento em que o sul do Brasil (e a capital de Santa Catarina não era exceção) começava a receber um grande influxo de imigrantes de origem europeia, trazendo consigo a promessa de apagar a “negra mancha”. Ou mesmo a situação incipiente das instituições culturais e de ensino (a primeira escola normal do estado seria fundada em 1892). Já a instituição responsável por sistematizar a história catarinense – o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – aparece em 1896, e a sua revista, responsável por dar publicidade a essa história, iniciaria sua circulação somente a partir de 1902, e o primeiro estabelecimento de ensino superior, o Instituto Politécnico de Santa Catarina iniciaria suas atividades em 1917.

Não obstante, a instalação do regime republicano e as diversas contendas que envolveram a sua consolidação não fizeram desaparecer das páginas dos jornais da capital do agora estado de Santa Catarina as costumeiras notícias e editoriais que vinham atreladas ao agora feriado de 13 de Maio. Na agitada última década do século XIX, a pequena cidade litorânea experimentaria com particular intensidade a agitação política que marcou a transição da monarquia para a república, tendo sido sede de um governo antagônico ao do presidente Floriano Peixoto, cuja violenta repressão aos revoltosos da Armada e aos federalistas seria lembrada pelos anos seguintes.

O republicanismo catarinense ao longo da década de 1880 foi acanhado, a despeito da fundação de diversos clubes e publicação de jornais.³⁸ Salvo um motim de praças do 25º Batalhão de Infantaria inconformados com a passividade com que seus superiores haviam reagido à posse de uma junta governativa no dia 17 de novembro, a mudança de regime processou-se com notável tranquilidade em Desterro.³⁹ Antes, porém, que o governo florianista concluísse o empreendimento de aniquilar as correntes políticas contrárias ao modelo republicano instituído (empreendimento comemorado com a mudança de nome da capital do estado), a ilha de Santa Catarina viveria momentos de incerteza e apreensão no final daquela década.

1.4 Interpretações: Cristiano Benedito Ottoni e Alberto Marques de Carvalho

A imprensa é um espaço privilegiado para compreender estes momentos. Os jornais ligados aos antigos partidos da monarquia desapareceram. O jornal *Regeneração* cessa as suas atividades e das oficinas do *Conservador* passa a ser publicado o *Republica*, empenhado defensor do novo regime e, a partir de 1900, o “órgão oficial do Partido Republicano Catarinense”.⁴⁰ É este jornal que no dia 13 de Maio de 1891 aponta para um dos caminhos que serão partir de então percorridos pela história da abolição, agora durante a República: uma constante diligência em esvaziar a sua associação com a monarquia apeada do poder:

Quisesse, embora, o aulicismo repugnante galvanizar a coroa com os sentimentos de um altruísmo que ela não possuía, e fazer do trono o convergente dos aplausos e das bençãos populares, a crítica refletida, escapado ao roldão das zumbaias que as perspectivas do terceiro reinado souberam criar, apurou do caso justamente o caráter que deve ser mantido ileso e sobranceiro.

Por isso mesmo, a História é justa referindo na abolição dos escravos, no Brasil, um produto da consciência nacional em esforçados serviços pela Liberdade.⁴¹

Essa aversão republicana à ideia de que os integrantes da monarquia pudessem capitalizar a responsabilidade pela solução da questão servil em favor de um possível terceiro reinado não era de toda infundada em se levando em conta as opiniões de alguns contemporâneos. Um daqueles que se debruçaram sobre os acontecimentos de 1888/1889 foi

³⁸ MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina de 1889 a 1900**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1982. pp. 19-26.

³⁹ NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. pp. 9-14.

⁴⁰ PEDRO, 1995. pp. 79-80.

⁴¹ TREZE DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1891. Ano II, Nº 428. p.1.

o senador Cristiano Benedito Ottoni: republicano, notório polemista, inimigo político do imperador e opositor às reformas de 1871 e 1885, Ottoni fez publicar em 1891 um apanhado de suas impressões e memórias acerca dos últimos vinte anos da história do Império, intitulada *O advento da República no Brasil*.⁴²

Na primeira metade desta obra, dedicada a uma exposição das causas que levaram à República, a “questão servil” tem lugar proeminente. Ottoni reedita todos os seus antigos argumentos (expostos em pareceres publicados em 1871 e 1883) que criticavam a legislação de 1871, para a qual, repete insistentemente, o país não estava preparado. Mais que da legislação em si, o autor é um incansável crítico daquilo que chama de “política imperial”. Para este autor, o ponto de partida para a dissolução da escravidão foi a própria iniciativa pessoal do Imperador a partir de 1866. Tal iniciativa teria culminado com a imposição da Lei do Ventre Livre em 1871, lei aprovada por um parlamento refém das vontades de soberano que pouco se preocupava com os apuros que esta legislação traria para a lavoura, sustentáculo econômico do país. Ottoni faz ver a seus leitores que para Pedro II, a necessidade de decretar um fim à escravidão era mais veleidade do que fruto de uma preocupação genuína com o futuro do país. O imperador, conhecido na Europa por sua erudição, buscava colher para si elogios e louvores à custa da classe produtiva do país.

Mas o autor vai mais além. Ao final da primeira parte de sua obra, julga que a história da abolição no Brasil pudesse ser resumida em alguns pontos cruciais:

Iniciativa do Imperador em 1866.
Imposição da lei de 1871 à Nação, para ela não preparada.
Começo desde então da evolução nos espíritos e formação de uma opinião pública em favor da libertação.
Projeto Dantas, que presta bom serviço, mas em que o Poder já não acompanha a opinião do país.
Lei de 1885, atrasada, impopular, inexecutável.
Abolição feita pelo povo, forçando o Poder a homologá-la.⁴³

Portanto, a abolição para Ottoni teria começado com um desejo do imperador e terminado com a destruição da instituição pelas mãos do povo. É curioso o fato de que o nome da Princesa Isabel apareça apenas uma vez em seu texto. Menciona o autor que em fins de 1887 a regente recebera uma petição do Clube Militar para que a tropa de linha não fosse utilizada para a captura de escravos que vinham fugindo das lavouras, um fenômeno que tomou proporções cataclísmicas naquele ano. Cristiano Ottoni não considerou Isabel uma

⁴² OTTONI, Cristiano Benedito. **O Advento da República no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890.

⁴³ OTTONI, 1890. p. 66.

protagonista. Seu gesto em assinar a Lei Áurea seria vazio, uma mera formalidade que veio a confirmar uma desagregação anárquica cuja origem remontava às “más leis” de 1871 e 1885. E o responsável por elas seria D. Pedro II.

Seguindo o exemplo de Ottoni (intencionalmente ou não), os jornais da capital de Santa Catarina revelaram-se bons republicanos. A partir de 1890, a figura do imperador como protagonista do abolicionismo deixou de constar nas páginas dos periódicos consultados, e não seria retomada sequer quando da sua morte em fins de 1891. Neste ano, em Joinville, a *Gazeta de Joinville* aponta os nomes festejados pelos “homens de cor da cidade”: “Visconde do Rio Branco, Sousa Dantas e João Alfredo e outros”.⁴⁴ Em 1892, cinco meses após o falecimento do ex-monarca em Paris, o *Jornal do Commercio* de Desterro lista em homenagem todos os integrantes do ministério 10 de Março.⁴⁵ E, além destes políticos, destaca também os nomes de Pedro Pereira da Silva Guimarães, José Maria Paranhos e Joaquim Nabuco – o primeiro destes, um pouco conhecido deputado cearense que no início da década de 1850 apresentou propostas de liberdade para os nascituros ao parlamento. Menções a José do Patrocínio aparecem nas páginas de *O Estado* em 1899, e até mesmo a Luiz Gama, “o maior dos abolicionistas” segundo o mesmo jornal, em 1896.⁴⁶

O mesmo silêncio se constata em relação a Isabel. O nome da princesa que assinou as duas legislações mais lembradas do Império – 1871 e 1888 – deixa de constar nas loas anuais publicadas a cada 13 de Maio. No mesmo artigo em que enumera os ministros do gabinete João Alfredo, Silva Guimarães e Joaquim Nabuco, o *Jornal do Commercio* menciona também o nome da princesa, mas o destitui de sua realeza, chamando-a apenas “Isabel Cristina”.⁴⁷

Em outra ocasião, um grande periódico republicano deter-se-ia sobre a personalidade da princesa exilada, mas por outros motivos. Em 21 de maio de 1891, uma nota sem autoria aparece no *Republica*, aplaudindo a iniciativa levada ao governador do estado para que fosse mudado o nome do teatro municipal, esclarecendo em pontos a sua importância:

Primeiro, porque, ao que nos conste, Santa Isabel nunca foi artista dramática nem protetora de gente que representasse;
Segundo, porque, com a separação da Igreja do Estado, não há razão de ser para andarmos a crisma ou conservar nomes de santos em casas de teatro.
Terceiro, porque todos os sabem, *Santa Isabel* no nosso teatro, não representa senão a curvatura de cortesãos em frente ao trono que se

⁴⁴ TREZE DE MAIO. *Gazeta de Joinville*. Joinville, 13 de mai. de 1891. Ano I, Nº 14. p. 3.

⁴⁵ 13 DE MAIO. *Jornal do Commercio*. Desterro, 13 de mai. de 1892. Ano XIII, Nº 69. p. 1.

⁴⁶ SALVE! *O Estado*. Florianópolis, 13 de mai. de 1899. Ano II, Nº 345. p. 1; 13 DE MAIO. *O Estado*, 13 de mai. de 1896. Ano I, Nº 17. p. 1.

⁴⁷ 13 DE MAIO. *Jornal do Commercio*. Desterro, 13 de mai. de 1892. Ano XIII, Nº 69. p. 1.

esborou, porque a ex-herdeira presuntiva chamava-se (e cremos que ainda se chama) Isabel.⁴⁸

A troca do nome do teatro efetivou-se, no entanto, somente três anos depois, em julho de 1894, mesmo ano em que a capital do estado passou homenagear o nome do pacificador da República. De fato, a primeira metade da década de 1890 encontrou a cidade numa busca por redefinir a toponímia de seus lugares públicos marcados pela monarquia. Passou-se de Teatro Santa Isabel para Teatro Álvaro de Carvalho; de Rua Bragança para Rua 7 de Setembro; de Rua do Imperador para Rua Tenente Silveira, e muitos outros exemplos.⁴⁹ Parece claro que o novo regime procurava mesmo diminuir o espaço para que eventuais cortesãos renitentes se curvassem “em frente ao trono que se esborou”.

A busca em reavaliar o papel desempenhado pelas figuras reais durante a abolição teve no jurista, poeta e ensaísta carioca Alberto Marques de Carvalho um importante expoente. Em 1891, este autor faria publicar uma série de “esboços descritivos e de estudos críticos a respeito dos homens, dos assuntos e dos acontecimentos mais importantes da nossa política contemporânea”.⁵⁰ Intitulada *Império e República ditatorial*, a obra de Carvalho – segundo as próprias palavras do autor – fora escrita “fora do influxo das paixões políticas, e com o espírito estreme de preconceitos e de ódios”.⁵¹ Seu tom é, portanto, de uma busca pela imparcialidade, que também norteou a obra de Cristiano Ottoni.⁵²

No entanto, ao contrário de *O advento na República no Brasil*, a obra de Carvalho é mais profusa, e sua divisão em capítulos pequenos, contendo o resumo de fatos ou a breve biografia de alguns personagens considerados importantes, não segue necessariamente uma ordem cronológica. Os acontecimentos tendem a ser contados mais de uma vez, adotando-se ora o ponto de vista mais amplo, ora a ótica dos indivíduos que neles se viram envolvidos. Dedicou-se metade do livro ao ocaso do segundo reinado, recapitulando-se a “decadência e a extinção da escravidão”, as festas realizadas no Rio de Janeiro nas semanas seguintes à assinatura da Lei Áurea, o declínio de popularidade do ministério João Alfredo e a ascensão do último gabinete, chefiado pelo Visconde de Ouro Preto.

⁴⁸ TEATRO SANTA ISABEL. **Republica**. Desterro, 21 de mai. de 1892

⁴⁹ VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008. pp. 401-408

⁵⁰ CARVALHO, Alberto Marques de. **Império e República ditatorial**. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, 1891. p. I.

⁵¹ CARVALHO, 1891. p. 10

⁵² OTTONI, 1890. pp. 3-5. Na sua introdução, Ottoni afirma procurar escrever “com a possível parcialidade”, diz que estas são suas “memórias íntimas” e se apresenta não como historiador, mas como “testemunha dos acontecimentos”.

O autor também traça interessantes perfis de Pedro II (“misto de grandeza de alma, e de pequenez de espírito”), sua filha Isabel (“esposa meiga e branda, dominada pelo marido”) e do Conde d’Eu (“destituído de perspicácia”), além de observações a respeito dos atores que presenciaram o fim da escravidão e o advento da República, tais como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e os dois últimos presidentes do conselho de ministros.⁵³

Sobre os esforços para liquidar a escravidão no país, Carvalho oferece uma visão bem peculiar. Este autor chama atenção, por exemplo, para a influência da guerra civil dos Estados Unidos nos debates sobre a reforma do elemento servil que culminariam na lei de 1871, que representa um contraponto tanto ao entendimento de Ottoni, que via o imperador como grande responsável pelo encaminhamento dessa lei quanto aos periódicos que, em seus discursos laudatórios, enxergavam nos estadistas do segundo reinado a força motriz por trás da libertação dos ventres:

Muito embora queiram uns atribuir a lei do ventre-livre à espontaneidade do ex-imperador, outros ao coração da Condessa d’Eu, e à influencia do Visconde do Rio-Branco, ninguém será capaz de, histórica e politicamente, querer isolá-la do grande exemplo da América do Norte e expungi-la desse reflexo glorioso que ela trouxe em si, porque, se os lábios imortais dessa lei brasileira deixavam alegremente expandirem-se os vagidos dos recém-nascidos à vida e à liberdade, a lei americana, dos seus lábios sanguinolentos que haviam bramido em muitas batalhas, proclamara a uma vez, a liberdade do berço e a liberdade do tumulto para o qual já se encaminhava então a coeva geração de escravos, e não é permitido desconhecer o eco profundo que despertara na consciência do mundo, o grito vitorioso da lei americana. De fato a solidariedade de defesa e de mutua conservação entre a dinastia de D. Pedro II, e as classes prosperas e poderosas do Brasil, ficou abalada.⁵⁴

Evidencia-se, portanto, uma tentativa por parte do autor de inserir as reformas que deram impulso ao abolicionismo brasileiro num contexto histórico mais amplo, ao mesmo tempo em que este procura sopesar a influência da “política imperial” da forma com que foi exposta por Ottoni. Apesar disso, Carvalho não deixa de se contaminar pelo apelo dramático das semanas que precederam a assinatura da Lei Áurea, repetindo o enredo já apresentado pelo Visconde de Taunay sobre a enfermidade de Pedro II em Milão, milagrosamente curada quando este recebeu a notícia de que na sua pátria já não havia mais escravos:

Aquilo que não haviam conseguido, nem a política nem os partidos, nem o esforço do ultimo ministério abolicionista formado pelo Sr. Dantas, nem a propaganda tenaz, lenta, valorosa, ardente, eloquente e quase que genial, fê-lo em menos de alguns dias a vontade da Regente, inspirada desta vez pelos nobilíssimos sentimentos que acabavam de despertar em seu coração.

⁵³ CARVALHO, 1891. pp. 20-41.

⁵⁴ CARVALHO, 1891. pp. 5-6.

E recebendo em Milão notícia de que em sua Pátria não havia mais escravos, o agonizante imperador alegrou-se e acenou como para saudar seu país antes de morrer, e nessa ânsia suprema em que devia ter-se agitado nele até o mais íntimo e recôndito princípio de vida que ainda o alentava, ele conseguiu reviver para tornar a ver libertada a terra natal.⁵⁵

A descrição feita pelo autor, no entanto, não é a de um ato inspirado pela ilustração política, mas o gesto impulsivo de uma filha piedosa e aflita: angustiada com a enfermidade do pai e com a distância que os separava, a liberdade “irrompeu” do seu coração, e a levou a praticar um grande e simbólico ato de grandeza em nome do seu pai. A percepção de Isabel como a grande “mãe” dos escravos, capaz de levar a cabo um grande ato de generosidade a despeito das peias impostas pela política retrógada do segundo império encontra um curioso defensor em Alberto Marques de Carvalho. A despeito de suas posições críticas, raramente deixando passar oportunidades para ressaltar a ausência de habilidades políticas que fariam de Isabel uma boa governante quando da morte de seu pai, o autor deixa-se seduzir mais de uma vez pelo mito da redentora ao longo de suas reflexões sobre o começo da República no Brasil, o que torna difícil delimitar a extensão de seu apreço pela figura da princesa. Ao que parece, em virtude de seus escrúpulos religiosos, Carvalho identifica na princesa uma espécie de *deus ex machina* para o desfecho da questão servil – improvável pela sua falta de largueza política, mas adequada em virtude da sua devoção católica.

Em Santa Catarina, nos jornais consultados referentes ao período republicano, as considerações a respeito da abolição e do abolicionismo entram em compasso com o ambiente de consolidação da República, tanto em relação à pouca estima que foi dedicada às figuras da realeza (como no caso de Alberto de Carvalho) quanto com a necessidade de se salientar a importância que a abolição teve na evolução dos acontecimentos que culminariam na proclamação do dia 15 de Novembro, tal como destacava insistentemente Ottoni. Nos primeiros anos da República, conforme já foi apontado, o protagonismo da abolição deixa de recair sobre as figuras da casa real, e passam a entrar em cena outros personagens não áulicos.

Em 1893, o *Jornal do Commercio* dedica uma coluna de primeira página para ressaltar a importância da data, “memorável na história política do país”. Apagou-se neste dia “a mancha vergonhosa que humilhava o nosso glorioso pendão”, “a nuvem negra que toldava o nosso céu azul foi espancada pelos raios fulgurantes do sol da liberdade”. Sem princesa, nem imperador, nem tribunos, o único nome constante é o do Visconde do Rio Branco cujo papel

⁵⁵ CARVALHO, 1891. p. 13.

em 1871 parece ser, de maneira intrigante, o de uma espécie de complementar da obra da independência.

A conquista da nossa liberdade e independência começada em 1821, mas suspensa pouco depois, e continuada em 1871 com a lei humanitária com que dotou-se no imortal visconde do Rio Branco, foi brilhantemente terminada com a realização de tão notável acontecimento, por qual todos aspirávamos.⁵⁶

É importante observar o quanto a lei de 1871 permanece, mesmo depois de muitos anos, envolta em aura de grande importância, por vezes se sobrepondo ao próprio dia 13. Cristiano Ottoni delimita essa proeminência no primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *O advento da República no Brasil*, ao dizer que “o início, a primeira origem da evolução abolicionista, que mais tarde conquistou a opinião pública, foi a lei de 28 de Setembro de 1871”.⁵⁷ Algo irônico em se tratando de um processo de reforma legislativa que foi intensamente combatido pelos parlamentares que representavam os interesses escravocratas.

Na imprensa de Desterro/Florianópolis, o *Ventre Livre* passará a representar uma espécie de meio do caminho de uma sucessão de conquistas através das quais o país alcançou a verdadeira independência. Menciona-se corriqueiramente o marco inicial com a emancipação política em 1822. A partir daí, o progresso e a iluminação levam à lei de proibição ao tráfico em 1831, finalmente cumprida a partir de 1850. Após, vem lei 1871, responsável por decretar o fim da escravidão, ainda que num horizonte longínquo. Daí, segue a lei dos sexagenários em 1885 e a liberdade completa em 1888. Não por acaso, os presidentes do Conselho de Ministros responsáveis à época pela aprovação dessas leis eram continuamente recordados: Euzébio de Queiroz, José Maria da Silva Paranhos e João Alfredo.

Nessa sucessão de marcos temporais, produto da vontade e da iluminação política típicas da retórica liberal do século XIX, o 13 de Maio passa a receber uma nova carga de significação, sendo doravante considerado como um prelúdio do 15 de Novembro. Apresenta-se como consequência natural da erradicação da escravidão humana o fim da escravidão política representada pela coroa decadente. E o arrefecimento de menções ao nome da princesa Isabel como participante ativa deste evento é consequência direta deste discurso republicano, conforme é apontado por Robert Daibert Jr:

Ao tentar cumprir este objetivo, usavam inicialmente a estratégia de silenciar o nome da Princesa no processo de aprovação do projeto convertido em lei sancionada pela Regente. Em seu lugar, apresentavam como protagonistas ora o nome de republicanos abolicionistas, ora a ação corajosa do Exército

⁵⁶ SALVE! *Jornal do Commercio*. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano XIV, Nº 70. p.1.

⁵⁷ OTTONI, 1890. p. 7.

na recusa em capturar os escravos fugidos, ora o próprio povo que, por meio da opinião pública, teria pressionado a aprovação da lei. Por todas estas formas o regime republicano empenhava-se em associar-se à abolição, apresentando o 13 de maio e o 15 de novembro como momentos complementares de um processo que teria aberto as portas do Brasil ao progresso e à civilização.⁵⁸

Tal é o caráter do dia 13 de Maio apresentado, por exemplo, pelo jornal *Republica*, em 1894. Já mencionado pela sua devoção aos ideais do novo regime, no feriado do dia 13 daquele ano publicava um longo editorial a respeito da Lei Áurea. O autor anônimo inicia ponderando a respeito dos bons auspícios que representaram para o país a promulgação de 13 de Maio de 1888:

Diante da maior abnegação e entusiasmo das duas casas do parlamento e das alegrias do povo em verdadeiro delírio, foi recebida a promulgação da áurea lei que, aniquilando a escravidão no Brasil, estabelecia os mais sólidos elementos para a completa liberdade dos seus habitantes. De fato, essa lei não era senão a prodigiosa luz que esparcaria para sempre os privilégios de uma casta que imperava no Brasil, indicando com seguridade a realização desse outro advento que viria garantir aos brasileiros o governo do povo pelo povo.⁵⁹

Teleologicamente, o 13 de Maio é ligado ao 15 de Novembro. Torna-se um passo adiante dado apesar da coroa, e não por causa desta. A partir daí, o restante do texto passa a acusar um matiz cada vez mais crescente de ressentimento e ojeriza à instituição monárquica, tornando abolição e republicanismo duas correntes de pensamento que teriam andado juntas no final da década de 1890

Depois da completa abolição da escravidão, o Brasil não mais podia consentir da permanência de um rei e de uma família privilegiada dirigindo os seus altos destinos.

Aquele fato glorioso prendia-se intimamente este outro que tornou em brilhante realidade a ideia republicana, essa ideia que levara mais de um século a atravessar a noite tormentosa do nosso atraso, até que o heroico e patriótico grito de Tiradentes pudesse ser ouvido pelo povo brasileiro e repetido saudosa e respeitosamente como o mais altivo e sublime hino da nossa liberdade.

A áurea lei assinala para a grande nação brasileira não só um dos mais altos cometimentos dos povos em prol da humanidade e da civilização, como o início do grande advento da Republica que veio assegurar a nossa liberdade e autonomia e a prosperidade do grande colosso sul americano que hoje, cheio de glórias, festeja o sexto aniversário de tão assinalada quão benéfica data.⁶⁰

⁵⁸ DAIBERT JR., 2004. pp. 199-200.

⁵⁹ 13 DE MAIO. **Republica**. Desterro, 13 de mai. de 1894. Ano V, Nº 18. p. 1.

⁶⁰ 13 DE MAIO. **Republica**. Desterro, 13 de mai. de 1894. Ano V, Nº 18. p. 1.

Além do apelo à necessidade de se fazer tabula rasa da monarquia, nota-se que o texto do *Republica* busca também ressaltar as já conhecidas e prodigiosas capacidades restauradoras atribuídas à Lei Áurea. Para seus contemporâneos, republicanos ou não, o fim da escravidão teria representado o fim da desigualdade, do atraso e da ignorância. O início do progresso real e refletivo, talvez o maior passo dado em direção à tão almejada civilização.

As relações entre o republicanismo e o abolicionismo, no entanto, nunca chegaram a ser claras, tendo em vista a amplitude e as diferenças internas dentro dos próprios movimentos. Maria Fernandes, ao analisar as cisões do movimento republicano em virtude das discordâncias a respeito da condução do projeto abolicionista (como foi caso de Silva Jardim e José do Patrocínio) aponta para o fato de que, no contexto destes movimentos políticos no final da década de 1880, a Lei Áurea

[...] torna-se um divisor de águas no movimento republicano, com a inserção de elementos alheios à história do movimento – aqueles a quem Patrocínio denominou “republicanos do 14 de maio”, muitos deles membros egressos das fileiras do Partido Conservador. A ação da Coroa em empreender a abolição destruiu seus alicerces e provocou rupturas definitivas no próprio movimento republicano.

[...] Até então, predominava uma linha “neutra”, buscando separar os dois problemas: a República seria o regime do futuro do país e a escravidão era o regime de trabalho do passado, instituído pela Monarquia. Não era responsabilidade dos republicanos, mas, por outro lado, reconhecia-se a importância da escravidão para o funcionamento da economia do país.⁶¹

No entendimento desta autora, a condução do processo abolicionista pelos gabinetes da monarquia, e a lei sancionada pela Princesa Regente fez com os republicanos herdassem um país em que a grande “questão social” que permeou boa parte da história independente do país já tivesse sido resolvida. Inflado pelas hostes de ex-proprietários de escravos escandalizados com uma emancipação sem cláusulas de indenização de qualquer tipo, o projeto de república implantado em 1889, além de não se preocupar com a inserção dos libertos na nova sociedade, buscou acima de tudo preservar a ordem econômica e social excludente da última década do império, já sinalizada pela reforma eleitoral de 1881.⁶²

A forma como essa história passou a ser reescrita durante os primeiros anos do período republicano pode ser identificada nas páginas do jornal *O Estado*, defensor dos interesses do federalismo cuja primeira fase de circulação na capital de Santa Catarina deu-se a partir de 1893.⁶³ No 13 de Maio daquele ano, publicava um editorial sobre a Lei Áurea, onde se

⁶¹ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 27, Nov. 2006. pp. 181-195. pp. 185-187.

⁶² FERNANDES, 2006. p. 193.

⁶³ PEDRO, 1995. p. 80.

procurava pesar a real influência da coroa tanto na efeméride de 1888 quanto em outros passos importantes, como a as leis de 1871:

Há cinco anos que o poder legislativo, votando a áurea lei da abolição imediata e incondicional da escravidão, e o executivo, sancionando-a, homologaram a primeira grandiosa reforma liberal até então selada triunfalmente pela vontade comum da nação unânime, por assim dizer.

Embora o caráter essencialmente conservador que distingue a forma governativa de então na resistência à solução de todos os problemas que significam a opinião pública e consagram a soberania dessa opinião, pudesse ter sido um obstáculo à libertação dos escravos, adiando-a ou, mesmo, decretando-a condicionalmente de sorte que a escravidão, para desaparecer, fosse deixada à ação do tempo, visto que já estava restrita à lei de 1871 – não resulta daí que o *Treze de maio* exprima unicamente um feito da generosidade e do altruísmo com que vemos recomendar-se à gratidão dos brasileiros e à história o nome da princesa que a esse tempo ocupava a regência do império, e referendou a áurea reforma.

A escravidão desapareceu ao impulso de uma propaganda que conquistou os espírito nacional, agitando-se em associações que levantaram-se para distende-la nos meetings e na imprensa, preocupando os poderes públicos e, depois, impondo-lhes a sanção do seu objetivo.

A força que os abolicionistas encontravam na justiça da sua causa, a abnegação com que eles lutavam, adquirindo sempre novos adeptos, congregando sob a bandeira de liberdade que desfraldavam às auras deste abençoado mundo americano, a geração que despertava trazendo o batismo das ideias que a evolução social vem espalhando – foram o que produziu o grande fato cujo aniversário marcamos hoje.⁶⁴

É necessário ressaltar a terminologia usada pelo articulista no sentido de ressaltar pontos considerados importantes a respeito do abolicionismo. A abolição foi “a primeira grandiosa reforma liberal”, além de ser “imediata e incondicional”, salientando-se, portanto, seu inequívoco caráter transformador, existindo em complementaridade com outra mudança, esta de regime político. Isto porque, conforme o texto pontua, a forma de governo “conservadora” que imperou durante a vigência da escravidão legal apresentou-se como obstáculo a tal reforma, aplicando sua vontade a soluções paliativas como a lei de 1871, que deixou o desaparecimento da instituição à ação do tempo. Por isso, exige-se cautela ao depositar a gratidão pelo 13 de Maio aos pés da coroa caída, pois apesar de ter sido referendado pela princesa que ocupava a regência do Império, foi a propaganda abolicionista com sua confiança na “justiça da sua causa” que conquistou o “espírito nacional” e impôs aos poderes públicos “a sanção do seu objetivo”.

Observa-se também a maneira sutil com que o movimento abolicionista é apresentado como uma espécie de propagador das ideias do novo tempo. A geração que “despertava” isto é, os ex-cativos abençoados pela Lei Áurea, recebiam daqueles congregados “sob a bandeira

⁶⁴ TREZE DE MAIO. *O Estado*. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano I, Nº 146. p. 1.

da liberdade” o “batismo das ideias que a evolução social vem espalhando”. É um tratamento dado à República que a considera não como uma consequência da Abolição, mas como “o próximo passo”, teleologicamente natural. Assim, este antimonarquismo, a confiança na irreversibilidade da marcha em direção ao progresso, e a república como uma evolução natural serão também constantes nas décadas seguintes.

1.5 O povo na abolição

Também a partir da segunda metade desta década figura a preocupação por parte da imprensa em apontar a agência popular no processo de desfecho da abolição. O objetivo mais imediato certamente está relacionado com a o medo do ressurgimento da popularidade das figuras da monarquia numa época em que, apesar de consolidada, a República ainda era contestada. Mas há também a preocupação em destacar a amplitude da “razão nacional”, argumento que imperava na década de 1880 e continuaria sendo apresentado nos anos subsequentes como uma das grandes forças motrizes – senão a maior – por trás do ímpeto abolicionista. Sobre este argumento, afirma José Murilo de Carvalho que

A razão nacional foi usada por José Bonifácio, que dizia ser a escravidão obstáculo à formação de uma verdadeira nação, pois mantinha parcela da população subjugada a outra parcela, como inimigas entre si. Para ele, a escravidão impedia a integração social e política do país e a formação de forças armadas poderosas. Dizia, como também o fez Joaquim Nabuco, que a escravidão bloqueava o desenvolvimento das classes sociais e do mercado de trabalho, causava o crescimento exagerado do Estado e do número de funcionários públicos, falseava o governo representativo.⁶⁵

Em 1896, o jornal *O Estado* ecoava ainda um discurso muito semelhante para relembrar os acontecimentos da década passada. Tão semelhante, de fato, que mesmo o nome do patriarca da independência que se posicionou contra a escravidão é invocado:

Nos fastos da história pátria a data de hoje relembra uma das mais brilhantes epopeias com que o civismo brasileiro engrinaldou a fronte abatida de uma raça de fortes.

13 de Maio é uma conquista da civilização. É a queda dessa bastilha moral em que, em profunda noite escura, achavam-se mergulhados centenas de brasileiros que não gozavam, por uma irritante irrisão das leis civis, dessa liberdade que é inata ao homem.

Felizmente para glória da nacionalidade que José Bonifácio fundou, o templo derruiu por terra, justamente quando os primeiros cânticos da

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 50-51.

liberdade civil soavam ao longe, encaminhando a Pátria para o altar [ilegível] da República.⁶⁶

A certeza de que a população de forma quase unânime entendia a necessidade de se liquidar com uma instituição que mergulhava o Brasil numa “profunda noite escura” passa, portanto, a ser salientada. Define-se então a abolição como uma conquista que, conforme já havia apontado Cristiano Ottoni, havia sido “feita pelo povo, forçando o Poder a homologá-la”.⁶⁷ Com a devida cautela, o “povo” que aparece nas páginas dos jornais de Santa Catarina não possui cor, gênero ou classe social. Nele não figuram os escravizados, libertos e a população livre de origem africana. O mesmo jornal *O Estado* que em 1893 ressaltava as posições conservadoras do regime político sob cujos auspícios a Abolição foi cumprida, também afirma mais adiante que “o Treze de maio nasceu das ruas e praças públicas e cresceu até o governo. Foi uma conquista do povo”.⁶⁸ Enquanto que em 1897, a *Republica* pontua que

Essa assinalada vitória deve-se exclusivamente ao povo, que obrigou o poder imperial de então, servido pelo partido em que figuravam os mais aferrados partidários da escravatura, a firmar decreto que considerava redimida uma raça infeliz que durante séculos arrastara os grilhões de uma inferioridade inexplicável mas tolerada pelos governos da colônia e do império.⁶⁹

É possível também creditar essas interpretações, que abrem uma brecha para considerar a abolição como uma conquista popular, aos momentos em que foram elaboradas, de instabilidade política e em que a autoridade da incipiente república era posta em questão direta ou indiretamente (como no caso da Revolta Federalista em 1893, ou a Guerra de Canudos em 1897 – esta com todo seu apelo à divindade da monarquia). De qualquer forma, os discursos veiculados nos jornais de Desterro/Florianópolis se parecem mais como produto de uma retórica republicana vazia do que uma interpretação histórica de lutas que pudessem ser eventualmente reeditadas. Rosângela Cherem aponta para os descaminhos entre os discursos de ordem e normalidade constantemente veiculados nas páginas da imprensa da capital e a instabilidade política do regime recém-instaurado, afirmando que, no desempenho de funções cerimoniais relacionadas ao novo regime

[...] protagonistas e figurantes, atores e expectadores, ajudavam através do desempenho de seus papéis, na construção das hierarquias sociais e políticas, delineando as fronteiras entre Estado e Sociedade e estruturando as relações entre ambos.

⁶⁶ 13 DE MAIO. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1896. Ano I [2ª Época], Nº 17. p. 1.

⁶⁷ OTTONI, 1890. p. 66.

⁶⁸ TREZE DE MAIO. **O Estado**. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano I, Nº 146. p.1.

⁶⁹ 13 DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1897. Ano VIII, Nº 98. p. 1.

[...], porém, sempre com o objetivo de demonstrar a confluência das forças, a inevitabilidade do processo político e a superioridade do novo regime.⁷⁰

A imprensa, sem dúvida, também buscava cumprir a sua parte destes cerimoniais, e a cada 13 de Maio, o espaço dedicado à memória da abolição também servia como veículo para alavancar o prestígio do *establishment* republicano. Uma das formas de fazê-lo era efetuar o contraste entre o contexto do presente e a realidade da época da escravidão, obviamente apresentando a República como o regime do progresso e da iluminação em contraste com as trevas que imperavam durante a monarquia.

A análise da terminologia utilizada pelos periódicos para definir o cativo é, nesse sentido, extremamente reveladora. Retomando alguns dos artigos já mencionados, é possível observar o quanto as denominações que recaíam sobre o tempo do cativo tendem a se tornar cada vez mais eloquentes ao longo dos primeiros anos da República, retratando a escravidão não somente como um empecilho ao desenvolvimento econômico do Brasil, mas também ao seu desenvolvimento moral. *O Estado* de 1893 a chama de “negra mancha de um passado egoísta e sem intuição da liberdade”.⁷¹ Em 1896, alude de ser a escravidão um “crime de lesa-humanidade” e uma “bastilha moral”.⁷² E na virada do século, em 1899, a define tão somente como um “aviltamento da condição humana”.⁷³ A imagem da “mancha negra” na virada da década de 1880 para 1890 era também muito usada, talvez conjurando a esperança de que o ato legislativo pudesse limpá-la e tornar todos livres de sua influência. Neste sentido, *O Estado* de 1899 apela ao dramático quando observa que

A nossa mocidade viu carnes retalhadas pelo látigo do feitor bárbaro e do senhor desumano; a nossa mocidade viu a escravidão infamar a sagrada missão da mulher, na civilização e na espécie, transformando a maternidade em casa de moeda; a nossa mocidade sabe o que foi a lubricidade dos senhores malvados na virgindade das adolescentes cativas.

A história, porém, há de confessar que fomos nós mesmos os reparadores dessa vergonha secular, que chegou a marcar a nossa época.

Por isso mesmo, levantada alto, na civilização – a obra de liberdade que recordamos agora, coloca-nos entre o passado e o futuro, de sorte que, reabilitados também pelo abolicionismo e pela abolição, os nossos maiores não terão o anátema dos nossos descendentes.

Homenagem, pois, a áurea data, e que se complete a Fraternidade Brasileira, em nome da qual salva hoje a artilharia nacional.⁷⁴

⁷⁰ CHEREM, Rosângela Miranda. A capital catarinense e os labirintos do início republicano. In: SANTOS, Maurício Aurélio dos (Org.). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. pp. 83-125. p. 96.

⁷¹ TREZE DE MAIO. **O Estado**. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano I, Nº 146. p. 1.

⁷² 13 DE MAIO. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1896. Ano I [2ª Época], Nº 17. p. 1.

⁷³ TREZE DE MAIO. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1899. Ano II, Nº 345. p. 1.

⁷⁴ TREZE DE MAIO. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1899. Ano II, Nº 345. p. 1.

A fraternidade invocada se dirigia àquela parcela da população que havia sofrido o jugo pesado da escravização. E os egressos dessa condição recebiam descrições também cada vez mais austeras. Em 1889 o *Conservador* os define como uma “massa inconsciente, sem vontade” um “punhado de seres inditosos”, “a raça oprimida”, e “raça infeliz”.⁷⁵ Quase uma década mais tarde o *Republica* repete a descrição, falando da “raça infeliz” e “raça oprimida”.⁷⁶ O *Jornal do Commercio* de 1893 descreve a abolição dizendo que esta teria levado “a consolação ao seio de milhares de infelizes, que nos seguiam como a sombra ao corpo, e cuja desgraçada condição era um cravo constantemente posto à roda do carro do progresso”.⁷⁷ O *Estado* de 1896 faria até publicar em sua edição um poema lúgubre do byroniano Fagundes Varela cujas primeiras estrofes relatam um encontro amedrontador:

Passava muda e cauta,
Prestando atento ouvido,
Pela azinhaga estreita,
Ao mínimo arruído;
Farrapos asquerosos
Só tinha por vestido.

Serena, vagarosa
A lua caminhava,
E a luz das mais estrelas
Esplendida ofuscada...
- Phebe! clareia o rosto
Dessa infeliz escrava!⁷⁸

Infelicidade, aviltamento, vergonha, ignomínia, humilhação, são as palavras para descrever a condição escrava, uma condição que ainda provocava desconforto às classes dominantes. E a insistência na utilização da palavra “raça”, quase sempre acompanhada pela caracterização da escravidão como uma instituição que manchou a reputação nacional ecoa os dois dos estigmas que Lilia Schwarcz observou também nos jornais de São Paulo no final do século XIX: “o do cativo e a marca da origem. Marcas pesadas, marcas totais, que pareciam corresponder por sua vez, à própria forma de inserção dessa população, agora formalmente livre, na sociedade branca”.⁷⁹

Ao longo de toda década de 1890, a memória da abolição nas páginas dos jornais de Desterro/Florianópolis esteve sempre eivada de um espírito de triunfo e unanimidade. Relembrar a abolição no final do século XIX era também uma ocasião para pensar no futuro

⁷⁵ O 13 DE MAIO. **Conservador**. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, Nº 108. p. 1.

⁷⁶ 13 DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1897. Ano VIII, Nº 98. p. 1.

⁷⁷ SALVE! **Jornal do Commercio**. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano XIV, Nº 70. p.1.

⁷⁸ VARELA, Fagundes. **A escrava**. O Estado: Florianópolis, 13 de mai. de 1896. Ano I [2ª Época], Nº 17. p. 1.

⁷⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em negro e branco**: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 245.

do país, um futuro de progresso material e civilizatório que havia se tornado mais palpável quando a retrógrada instituição foi liquidada em 1888. Lembrava-se corriqueiramente que a Lei Áurea representou a redenção não apenas dos escravizados, mas principalmente de toda a nação, que se livrou de um pesado fardo, algo que a impedia de ser vista como igual frente ao concerto das nações. No aspecto discursivo, o júbilo era tão unânime quanto teria sido unânime a vontade nacional de acabar com a escravidão.

A esse respeito, no entanto, uma nota publicada no jornal *O Estado*, de 1896 difere em parte desse tom unânime. Trata-se de uma coluna de segunda página, denominada “Tiro ao Alvo” e assinada sob o pseudônimo de “Espadachim”. Naquele dia 13 o autor, em tom sardônico, apontava para uma característica aparentemente comum das comemorações do feriado

No dia de hoje só nos lembramos daqueles que com tantos sacrifícios, com tanta abnegação, trabalhavam para lavar da nossa Pátria a negra mancha da escravidão, e a todos esses, cujos nomes estão escritos nas páginas da história da abolição dos escravos, temos desejos de abraçar, esquecendo-nos das divergências políticas.

Ao mesmo tempo, temos desejos de atirar as faces daqueles que foram sustentáculos dessa infame instituição, já na propaganda baixa e vil, já na tribuna judiciária, advogando-a: todo o nosso desprezo, toda a nossa indignação.

[...]

Que importa hoje que os obstrucionistas da grande ideia, que os advogados dos srs. de escravos, gritem aos quatro ventos, tomem as costumadas asas de Ícaro de todos os tempos, atirem-se as rochas tarpéias dos seus interesses atuais, esforçam-se nas convulsões de um republicanismo moderno, e inconsciente: se o juízo da história está feito, se as lembranças do passado está presente em todos nós?

Saudamos destas colunas todos os abolicionistas catarinenses, e enviamos o nosso desprezo aos escravocratas, sentam-se eles, embora, no parlamento da nossa Pátria Livre.⁸⁰

Observa-se que, segundo este autor, por sob a superfície dos vivas e das congratulações que perpassaram não somente os instantes seguintes à Lei Áurea, mas também os anos subsequentes, mascaravam-se uma boa dose de oportunismo político, oportunismo também lembrado por Alberto Marques de Carvalho em 1890 em uma apreciação a respeito da onda de entusiasmo que contagiou a população brasileira nos últimos anos – senão, os últimos meses – do cativo. Um entusiasmo por certo genuíno em grande parte da sua extensão, mas cujas zonas cinzentas abrigavam muito do oportunismo de uma classe que buscava preservar seu *status quo* e as relações sociais engendradas ao longo da história da

⁸⁰ TIRO AO ALVO. *O Estado*. Florianópolis, 13 de mai. de 1896. Ano I [2ª Época], Nº 17. p. 2.

escravidão. Marques de Carvalho descreve em certo momento o ambiente na capital do Império quando das festas em comemoração à assinatura da lei:

A unanimidade era absoluta, nos versos dos poetas, nos artigos da imprensa, nos mútuos cumprimentos com que amistosamente muitas pessoas saudavam-se entre si em homenagem á lei da abolição, nos abraços em que a todo momento via-se os amigos e parentes estreitarem-se mutuamente como em ingênuas e sinceras manifestações de verdadeira alegria nacional.⁸¹

Mas adverte, mais adiante que, “no entanto”,

[...] todos esses que se alegravam tão ruidosamente pela libertação dos escravos feita por uma lei do estado, não haviam feito essa abolição por si próprios, formando nas manumissões essa inteira unanimidade que manifestavam no entusiasmo.

Haviam esperado para serem freneticamente abolicionistas, que o estado, o governo, o ministério e as câmaras tivessem decidido sê-lo

Sinceros nesse entusiasmo – contudo não brotara ele espontâneo, potente e livre; só o despertara o reflexo da lei libertadora batendo naqueles corações.

O observador e o psicólogo não podem desprezar esse sintoma que os há de instruir e preparar para compreender outros fenômenos da história contemporânea.⁸²

O autor aponta, portanto, o peculiar descompasso entre o entusiasmo popular pela causa da abolição e entusiasmo demonstrado pelos senhores de escravos nos meses ou anos anteriores. E de como a imensa pressão popular em prol do abolicionismo não encontrou eco nas classes dominantes capazes de encetar essa realização. Do contrário, empecilhos foram postos até os momentos finais, e quando tudo se demonstrou inevitável – e aí pesando a certeza de que nenhuma indenização viria – formou-se o coro de unanimidade que seria repetido pelas décadas seguintes, com seus mantras característicos: que a abolição foi como um “imenso presente” distribuído às vítimas infelizes. Que ocorreu sem perturbações à ordem. E que para o bom funcionamento da sociedade futura, a gratidão e o não questionamento à ordem social que permaneceu inalterada, era apenas natural.⁸³

A memória da abolição nas páginas da imprensa de Desterro/Florianópolis no final daquele século XIX, no tocante às interpretações difundidas pelos editoriais que escreviam e reescreviam a história recente do país estiveram quase todas eivadas de certo espírito abrangente e oficial. Recontar a história da abolição, ao que parece, significava reportar-se ao âmbito nacional. Salvo no ano de 1889, quando os nomes de líderes políticos regionais que se empenharam em buscar a alforria dos últimos escravizados da ilha são mencionados nas

⁸¹ CARVALHO, 1891. pp. 16-17.

⁸² CARVALHO, 1891, p. 18.

⁸³ SCHWARCZ, Lília Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 47-52.

listas de convidados aos banquetes realizados e nos discursos feitos nas comemorações da cidade, tudo parece indicar que a partir de 1888, a capacidade restauradora da Lei Áurea obrou apagar todos os vestígios da nefanda instituição na capital do Estado.

Embora a partir do século XX o quadro seja outro, na década de 1890 parece nunca ter havido escravidão em Santa Catarina. Contar a sua história e a história do seu declínio significava apelar para o drama vivido na distância da capital do Brasil. E o que cumpria lembrar e valorizar eram os grandes estadistas, políticos e intelectuais que de uma forma ou de outra se engajaram na questão.

Não há negros, ex-escravizados ou libertos nas páginas destes jornais. Estão todos inscritos na categoria ampla de “povo” que o republicanismo lançava a todos aqueles cuja agência resultou tanto da derrubada da escravidão quanto na mudança de regime. A questão do protagonismo dos africanos e seus descendentes, que com suas lutas e sua rebeldia explícita ou dissimulada, contribuíram para destruir a escravidão não aparece nessas páginas, pois não é considerado relevante.

Esse protagonismo, como foi ao longo de toda a história da escravidão, tem de ser encontrado nas entrelinhas, no cotidiano das coisas miúdas. E é buscando as entrelinhas que se encontra um texto como o seguinte, o desabafo de um leitor do *Jornal do Commercio* em 1893.

Escrevem-nos:

“Se não fossem as dificuldades com que atualmente lutam as famílias para conter a maioria dessa classe de gente, nos respectivos aluguéis, sujeitando-se muitas vezes o chefe da família a aceitar certas imposições daqueles que não querem cumprir com os deveres a que se obrigam; se não fossem as reclamações constantes que nos chegam ao conhecimento, provenientes do abuso desses criados que, à falta de um corretivo enérgico, têm embaraçado sempre o serviço doméstico, caluniando constantemente seus amos quando lhes observam qualquer irregularidade; se não fossem estas e outras dificuldades que a cada momento muitos experimentam, com relação ao objeto dessa reclamação, por certo não viríamos ainda mais uma vez chamar a atenção do poder competente para que faça cessar semelhantes abusos, que avolumam-se ante a pouca atenção que às vezes se presta a justificadas reclamações, com esta.

Os benéficos resultados que adviriam de uma medida que se tomasse contra tais mandarins de cozinha, seriam grandes vantagens, porque a vagabundagem diminuiria, os cortiços não seriam mais o foco de miasmas pestíferos e a moralidade e salubridade públicas teriam um ponto de apoio na tomada de contas de tais indivíduos pela autoridade competente, estendendo-se fatalmente tal benefício às nossas cozinhas, hoje entregue a maioria de uma gente que não compreende ou não quer compreender seus deveres”.⁸⁴

⁸⁴ CRIADOS. *Jornal do Commercio*. Desterro, 16 de mai. de 1893. Ano XIV, Nº 72. p. 2.

Neste caso, é importante ater-se às minúcias e ao palavreado usado, bem como atentar para o contexto histórico. Está-se em maio de 1892, exatos quatro anos após a abolição, e o correspondente do jornal atenta para o fato de que os abusos dos “mandarins de cozinha” vêm escalonando ultimamente. Ora, mencionar de forma a irônica que a cozinha - “local tradicionalmente reservado aos negros” segundo a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana - estava sendo comandadas por “mandarins” cada vez mais caprichosos, carregava uma pesada conotação racial.⁸⁵

Fora do campo das conjecturas, no entanto, o discurso conflui para uma série de estereótipos clássicos do pós-Abolição. Fala-se dos escravos como “essa classe de gente”, “gente que não compreende ou não quer compreender os seus deveres”. Falta-lhes um “corretivo enérgico” (embora de que tipo ou em que intensidade não seja especificado) cujo resultado seria, obviamente, o arrefecimento de tudo o que a eles vem associado: a “vagabundagem”, “cortiços focos de miasmas pestíferos” e uma baixa “moralidade e salubridade públicas”.

É por fim um cenário típico do pós-Abolição. O mero e formal ato de extinção da cativeiro pode não ter alterado profundamente a estrutura social, mas certamente teve algum tipo de efeito na atitude daqueles que durante tanto tempo conviveram com a arbitrariedade senhorial. De fato, poder-se-ia trocar facilmente “seus deveres” por “seu lugar”, pois todo o tom do texto é de ressentimento contra uma determinada classe, cuja insolência e abuso vinham exasperando seus “amos” – esta mesmo, uma terminologia desnecessária em se tratando de uma sociedade republicana, moderna, almejando ao progresso e iluminação. Naquela primeira década republicana, a Abolição pode ter transformados servos em criados, mas não foi capaz de transformar amos em patrões.

⁸⁵ LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 213.

Capítulo 2: História e memória da abolição no século XX (1900-1930)

No Brasil, à semelhança do resto do mundo ocidental, a passagem do século XIX para o século XX foi celebrada como a inauguração de uma nova era, onde as inúmeras conquistas do espírito humano alcançadas nos cem anos anteriores serviriam de impulso para voos ainda mais altos, capazes de elevar as sociedades a patamares de cultura e civilização sem precedentes.

Analisando editoriais e imagens da imprensa carioca de fins da *Belle Époque*, Ana Maria Mauad encontra uma miríade de vozes, que pontuam desde a tradicional confusão entre o início correto do novo século (1900 ou 1901) até previsões para um futuro de brilhante desenvolvimento tecnológico e social para a capital da República.⁸⁶ Os cronistas do Rio de Janeiro, no entanto, não se furtaram de realizar um balanço dos anos anteriores, lembrando entre outras coisas que se no século recém passado realizou-se a “grande reforma da extinção do escravagismo, mais tarde foram ensopadas de sangue as ilhas verdejantes da Guanabara”.⁸⁷ A grande “reforma social” que foi a abolição ainda era vista e lembrada como o mais importante fato da vida nacional das últimas décadas, mas os anos recentes, marcados pelo trabalho penoso de “pacificação” da jovem república ainda eram lembrados com pesar e desconfiança pela intelectualidade da época.

Apesar disso a euforia com o novo regime político conforme foi constatada no capítulo anterior ainda é presente, pelo menos nos primeiros anos do século XX. Embora com uma política interna vacilante, fruto das inexoráveis desavenças ocorridas no jogo oligárquico republicano, o que se observa na consulta às fontes do período são constantes referências à *evolução social* em direção à igualdade desencadeada pela lei de 13 de Maio, que certamente não havia atingido o seu estágio pleno, mas seria paulatinamente aperfeiçoada ao longo do tempo.⁸⁸

Tal noção era característica tão somente da retórica pomposa dos editoriais das datas festivas, cujo estilo somente ficou mais empolado com o passar do tempo. Pois as reflexões sobre o que era igualdade, que lugar deveria tomar e que papel deveria desempenhar a população brasileira na sociedade do século XX eram muito diferentes, e francamente pessimistas.

⁸⁶ MAUAD, Ana Maria. Emblemas do tempo: imagens sobre a passagem do século XIX para o XX na imprensa carioca. *História ciências saúde* – Manguinhos. V. 4, nº 3. Rio de Janeiro, 1997. pp. 533-554.

⁸⁷ MAUAD, 1997. p. 540.

⁸⁸ COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: No tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 67.

No universo de autores que à época se debruçaram sobre esses temas, um conjunto de referências é constante: raça, mestiçagem, degeneração, nacionalidade... São todas preocupações intrínsecas deste período da história nacional, e todas diretamente ligadas ao legado do passado escravista, do qual as lutas que desembocaram na data da abolição representam o ponto culminante.

Além disso, vive-se o período em que a ânsia modernizadora da Primeira República atinge seu maior impulso, o que trará consequências devastadoras para as populações egressas do cativeiro em todo o território nacional.

Levando em consideração a complexidade do período, este capítulo terá como objetivo percorrer a história e a memória do abolicionismo contado pela imprensa de Santa Catarina nos trinta anos que separam o início do século XX, marcado pela consolidação do sistema político oligárquico, do seu fim no início da década de 1930 – sendo este não somente um marco de “revolução” (pelo menos no sistema político nacional), mas também, conforme já foi apontado, a data em que o dia 13 de Maio deixa de ser um feriado nacional.

Para tanto, os subsídios consultados foram a imprensa de todo o estado de Santa Catarina (com o foco recaindo sobre os escritos da capital Florianópolis), bem como a produção de pessoas ligadas às recém fundadas instituições “produtoras de conhecimento” do estado tais como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Academia Catarinense de Letras e o Centro Catarinense de Letras.

Além disso, como pontos de referência para as reflexões e esboços históricos contidos nas páginas dos jornais, novamente serão usadas como balizas algumas obras contemporâneas ao período cuja importância se reflete na influência que tiveram para a formação dos discursos veiculados pela imprensa estadual.

2.1 O novo século em Santa Catarina

Em Santa Catarina, assim como no restante do Brasil, o início do século XX se caracteriza pelo assentamento do sistema político oligárquico próprio ao período da Primeira República. Após os sobressaltos experimentados ao longo da década de 1890 – a instalação conturbada do governo provisório, a Revolta Federalista, as execuções sumárias de Anhatomirim – o novo século se inicia com a estabilização das lideranças políticas cujo protagonismo seria marcante no primeiro quartel do século XX, lideranças estas pertencentes

a um restrito grupo famílias influentes da capital, do Planalto Serrano e do Vale do Itajaí, cujas principais eram os Ramos, Luz, Schmidt e Müller.

Observa-se no início da década, em 1900, uma breve cisão no Partido Republicano Catarinense, que então praticamente dominava o panorama político do estado.⁸⁹ Três anos depois, coube a Lauro Müller costurar alianças que além de aplacarem as divergências entre as alas conflitantes da agremiação, ainda trouxeram ao seio do PRC até mesmo as lideranças federalistas desgarradas desde as contendas de 1893-1894, um fato considerado de grande importância na historiografia do estado. Na avaliação de Oswaldo Cabral, foi “um entendimento honroso e elevado, que permitiu voltasse a reinar a paz política de Santa Catarina”.⁹⁰ A paz durou quinze anos, de 1903 a 1918.

A quietude na política seria contraposta nos anos de 1910 ao acirramento das disputas territoriais na região do Contestado, cujos conflitos iniciados em 1912 só encontrariam desfecho mais de quatro anos depois, quando da assinatura do tratado de limites entre Paraná e Santa Catarina. A região era foco de debates e preocupação das autoridades governamentais não somente pelo assombro com a rebeldia e o “fanatismo” das comunidades camponesas, mas também com o fato de que o governo vinha falhando em integrar devidamente aquela porção do estado (e também o extremo oeste) à sua parte mais povoada e economicamente desenvolvida, próxima ao litoral. De fato, até 1916, com exceção do litoral, Vale do Itajaí, Planalto até o Rio do Peixe e Meio Oeste, o restante do território catarinense era de tal forma desconhecido que somente em 1929 a região passou a merecer a atenção das autoridades políticas, quando o então governador Adolfo Konder empreendeu uma extensa viagem até a fronteira com a Argentina, de modo a tomar conhecimento das diversas vilas e cidades que haviam se estabelecido nos anos anteriores.⁹¹

A porção “desenvolvida” e integrada de Santa Catarina – o seu litoral e as zonas com grande concentração de imigração europeia – vivia naquele início de século um tempo de grandes expectativas, mas o panorama econômico e social era praticamente o mesmo do final do século anterior. O estado contava com 320.289 habitantes, a maior parte destes vivendo no campo.⁹² A capital contava com cerca de 10% deste contingente, uma população presente de 32.229 pessoas segundo a contagem de 1900 – apenas 1.542 pessoas a mais do que havia sido

⁸⁹ A cisão dentro do PRC levou à criação de um jornal breve, mas de impacto relevante na cena editorial de Florianópolis, *O Dia*.

⁹⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970. pp. 282-283.

⁹¹ CORRÊA, 1997. pp. 179-183.

⁹² CABRAL, 1970. p. 290.

apurado dez anos antes durante o censo de 1890, que apontou 30.687 habitantes em Desterro.⁹³ O crescimento populacional pequeno, pouco mais de 5% em dez anos, fazia de Florianópolis uma das capitais com o menor crescimento no Brasil, fato que decerto fazia agravar a aflição de suas elites no que tocava à morosidade com que a cidade caminhava em direção ao desenvolvimento e à civilização.

Para atestar esse descompasso não era necessária comparação com o restante do país, pois mesmo em relação com outras cidades de Santa Catarina, a situação de Florianópolis era retardatária. Serviços como água encanada, rede de esgoto, corpo de bombeiros e iluminação pública já haviam sido instalados em Blumenau e Joinville entre meados da década de 1890 e o início do século.⁹⁴ As grandes mudanças da capital se concentravam na toponímia urbana, já que diversas ruas, bairros, avenidas, largos e prédios públicos tiveram seus nomes trocados de maneira a homenagear personalidades locais e grandes figuras do regime político recém-instalado.

As transformações, no entanto, não tardariam a chegar. Tendo sido rogada continuamente pela imprensa da década de 1890 e exigida ostensivamente pela intelectualidade florianopolitana no início da década de 1900, a tão sonhada modernização de capital do Estado finalmente começou a ser posta em prática a partir do segundo termo de Gustavo Richard como governador, de 1906 a 1910. Tendo priorizado a capital, a administração de Richard passou a implementar de forma extensiva os serviços públicos incipientes da cidade, tais como sistema de distribuição de energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto e serviço telefônico. No tocante ao restante do estado, ainda foi dada alguma atenção ao sistema de transportes, sendo feito o melhoramento das vias que ligavam as principais cidades do estado a Florianópolis, e dando-se ainda incentivos para que a iniciativa privada começasse a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, que partindo de Blumenau acabaria se espalhando pelo Vale do Itajaí.⁹⁵

As reformas urbanas na capital, no entanto, atingiram seu auge nos anos de 1910 e 1920. Nestas décadas, além da consolidação dos serviços públicos de água, esgoto e distribuição de energia elétrica, buscava-se também resolver o novo e premente problema (verificado por todo o país) da higiene e da ordenação do espaço público, tendo em vista os dados desabonadores recolhidos pela missão da Fundação Rockefeller, cujo trabalho de

⁹³ IBGE. População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais – 1872/2010. <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acesso em out/2013.

⁹⁴ LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina, quatro séculos de história**. Florianópolis: Insular, 2000. pp. 356-357.

⁹⁵ MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias: subsídios para a história catarinense 1889-1930**. Florianópolis: Insular, 1997. p. 132.

profilaxia contra as doenças tropicais mais comuns naquele início de século – malária e ancilostomíase – despertou a preocupação das autoridades do estado.

Ao ser verificada a endemia das principais moléstias tropicais na região do litoral, deu-se início a um período de profundas transformações na região central da cidade: calçamento de ruas, ajardinamento de praças, construção de edifícios públicos, demolição de cortiços e, o mais importante, o trabalho penoso de redefinição de condutas, especialmente das populações mais pobres da cidade, na intenção de remodelar não somente a arquitetura urbana, mas também os costumes. A urgência era deixar para trás a antiga Nossa Senhora do Desterro e estabelecer definitivamente a nova e moderna capital, Florianópolis.⁹⁶

O ponto alto dessas reformas pode ser compreendido entre os anos de 1919 e 1926. Em 1919, têm-se o início da construção da primeira grande obra de saneamento da cidade, a canalização do Rio da Bulha e sua transformação em uma avenida – prevista para chamar-se Avenida do Saneamento, depois levou o nome de Avenida Hercílio Luz. As margens do rio eram caracterizadas pela presença de moradias humildes, cortiços e casas miúdas “de porta e janela” cuja demolição obrigou seus antigos moradores a iniciarem a ocupação dos morros que circundam a região central da cidade. A avenida foi concluída em 1922, mesmo ano em que se iniciaram as obras de construção da ponte que ligaria a Ilha de Santa Catarina ao continente, de forma a consolidar sua posição como cidade mais importante do estado. No ano de sua conclusão, em 1926, o gigante de aço despontava como personificação do triunfo da modernidade, encerrado o primeiro grande ciclo de alterações urbanas de Florianópolis.

Ao mesmo tempo em que essas metamorfoses na conformação urbana e social da capital ocorreram, a vida intelectual de Santa Catarina também percorria seu caminho. O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, fundado à sombra da restauração republicana em 1894, vai conseguir em 1902 publicar os primeiros dois números de sua *Revista Trimensal*, conquanto a publicação cessou quase que imediatamente e ficou interrompida por doze anos, por falta de patrocínio do governo estadual. Apesar disso, o jornalista e político José Arthur Boiteux, continuaria como secretário da instituição até 1922, estendendo a sua influência de maneira destacada na intelectualidade catarinense nas primeiras décadas do século XX.⁹⁷

⁹⁶ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20. In: BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. pp. 105-108.

⁹⁷ CORRÊA, 1997. p. 88

Outro dos patronos do Instituto era Hercílio Luz, cuja influência na *intelligentsia* do estado de Santa Catarina é pesada por Carlos H. Corrêa, quando este afirma que

Até os primeiros anos da década de 20, a intelectualidade catarinense, representada por literatos que exerciam o magistério e o jornalismo, girava em torno do hercilismo político que representava o esteio do Partido Republicano, única e expressiva agremiação política no Estado.⁹⁸

Dessa forma, ainda que ocasionalmente cindido por divergências internas, o tipo de republicanism positivista e progressista que triunfou em 1894 e dominou a cena política de Santa Catarina até a morte de Hercílio Luz trinta anos depois, logrou estender sua influência para outros aspectos da sociedade catarinense, influenciando decisivamente a cultura e as ideias que eram debatidas na imprensa pelos homens de letras.

Estes homens de letras, conforme já afirmado por Corrêa, correspondiam a um tipo específico de intelectual, característico do início do século XX: bacharéis e profissionais liberais cuja paixão pela literatura e pela política lhes obrigava a praticar diversas modalidades simultaneamente, sendo comum a existência do advogado/jornalista/historiador ou do médico/político/escritor. Foram grupos formados por este tipo de literatos polivalentes os responsáveis pela fundação tanto do IHGSC quanto da Academia Catarinense de Letras, em 1921, sendo a data escolhida para o seu estabelecimento definitivo – 15 de Novembro, proclamação da República – outro indício da força exercida pelo PRC.⁹⁹

A década de 1920, na qual se observa a transformação da ACL em uma instituição de prestígio na cena estadual será também um tempo em que as transformações urbanas e econômicas de Florianópolis e de Santa Catarina serão acompanhadas por uma maior agitação cultural: em 1921, funda-se o Centro Cívico José Boiteux, idealizado por lideranças negras da cidade de Florianópolis. E em 1925, um grupo de “poetas menores” – muitos deles representantes do mesmo Centro – fundaram em oposição à Academia Catarinense de Letras o Centro Catarinense Letras, que embora tenha tido atuação breve, representou um importante contraponto à elite intelectual do estado.¹⁰⁰

Cumpra ainda constatar outro importante episódio da cultura de Santa Catarina no início do século XX, com ramificações que – embora indiretas – ajudam a entender o contexto de produção de versões e memórias a respeito do 13 de Maio na imprensa do Estado.

⁹⁸ CORRÊA, 1997. p. 159.

⁹⁹ CORRÊA, 1997. pp. 152-153.

¹⁰⁰ CORRÊA, 1997. pp. 176-177.

2.3 A história da escravidão na Série Fontes

Em 1910, a pedido do então governador Vidal Ramos, iniciou-se vultosa reforma no sistema de instrução pública de Santa Catarina, a partir da atuação do paulista Orestes Guimarães, contratado pelo governo do estado.¹⁰¹ A reforma foi extensa e atingiu diversos aspectos tais como regulamento e programa de admissão de professores, redistribuição de disciplinas, alterações no método de ensino, criação de grupos escolares, instituição da obrigatoriedade de ensino, entre outros. Carlos H. Corrêa aponta que o triunfo da reforma residiu em grande parte no trabalho assíduo dos inspetores escolares, “que gozavam de elevada posição nas comunidades e diante do professorado em geral”.¹⁰² Entre eles, destacam-se Altino Flores, Antônio Mâncio da Costa e Henrique da Silva Fontes, todos membros fundadores da Academia Catarinense de Letras.

Henrique Fontes constitui-se em caso notável em virtude de ter sido autor de uma série de *Livros de Leitura* que a partir de 1920 passariam a ser usados por alunos do sistema público de ensino de Santa Catarina. A chamada *Série Fontes* notabiliza-se pela abrangência de seus assuntos – moralidade, normas de conduta, honradez, religiosidade, patriotismo, entre muitos outros temas que, na visão do autor, eram indispensáveis na formação de um bom cidadão.¹⁰³

A Série Fontes torna-se particularmente relevante para o assunto tratado no presente capítulo por conter em seus livros de números 3 e 4 passagens aludindo aos temas caros ao repertório da imprensa de Santa Catarina nos diferentes 13 de Maio do século XX, a saber: escravidão, abolição e raça. Considerando que Fontes fazia parte da restrita classe de homens letrados e de múltiplos interesses, e que foi em certa medida responsável por transmitir a um público mais amplo uma série de interpretações a respeito do processo abolicionista brasileiro, é possível tomar a série de livros por ele elaborada como uma amostra representativa para compreender o que liam e pensavam os outros pensadores de Santa Catarina.

Conforme levantamento feito por Denise Prochnow, a autoria dos textos apresentados nos quatro *Livros de Leitura* é por vezes incerta. Fontes dividiu os livros em seções distintas que tratam de assuntos específicos – moralidade/atitudes corretas, preceitos higiênicos, patriotismo, religiosidade, ciência, trabalho, família, conselhos, heróis –, sendo

¹⁰¹ CABRAL, 1970. p. 290.

¹⁰² CORRÊA, 1997. pp. 108-110.

¹⁰³ SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes**: lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 1997. p. 6.

que cada uma dessas seções conta com diversos textos breves, com títulos alusivos aos diferentes assuntos considerados dignos de nota.

Os textos selecionados foram escritos em uma linguagem simples, adequada à crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos de idade (faixa etária à qual atendiam os grupos escolares de Santa Catarina). No levantamento feito por Prochnow, observa-se o seguinte conjunto de assuntos alusivos aos temas escravidão/abolicionismo/13 de Maio/raça:

Tabela 1: Temas sobre escravidão na *Série Fontes*.

Livro	Seção	Título	Autor	Mensagem
3º Livro	Patriotismo	O exército negro	Coelho Neto	A alma brasileira protestava contra o regime da escravidão.
3º Livro	Patriotismo	A proclamação	"Extr."	A data de 15 de novembro supera o 13 de maio e o 7 de setembro em importância.
4º Livro	Moralidade/ atitudes corretas	Joaquim Nabuco	Coelho Neto	O exemplo de grandeza de Joaquim Nabuco para o Brasil, pela sua luta contra a vergonha da escravidão.
4º Livro	Heróis	Os Negros	Afonso Celso	O valor e o heroísmo do negro deve ser reconhecido.

Fonte: PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. **As lições da série fontes**: no contexto da reforma Orestes Guimarães em Santa Catarina (1911-1935). Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em Educação, Florianópolis, 2009. pp. 77-89.

A julgar que a abreviação “Extr.” colocada ao final de vários textos signifique autoria do próprio Henrique Fontes, o que este autor tem a dizer a respeito do 13 de Maio é uma visão republicaníssima da história do Brasil, evidenciada no texto *A proclamação*, situada na seção de lições sobre patriotismo do Terceiro livro de leitura. Trata-se de um debate entre dois meninos sobre qual seria não somente a data mais importante do Brasil, mas também aquela que remete ao fato histórico “mais ruidoso, de maiores consequências”. Um dos meninos responde que a data “saudada com maior entusiasmo” é a de 13 de Maio, uma data que a todos alegra: “aos pretos, porque deixaram de ser escravos; aos brancos porque a abolição fez terminar a longa injustiça que vinham cometendo”. Outro menino, no entanto, assera de maneira definitiva que

[..] a data mais popular, a que mais concorreu para a realização dessas tantas coisas que tu admiras, foi, sem dúvida a de 15 de novembro de 1889. Na madrugada desse dia memorável, um punhado de patriotas, animados pela mais robusta fé, impelidos por um desejo ardente de liberdade de progresso,

agrupados em torno do brioso militar Marechal Deodoro da Fonseca, deu ao mundo um belo exemplo de civismo e amor da Pátria.¹⁰⁴

Nota-se, portanto, uma certa preocupação em situar o dia 13 de Meio no panteão das grandes datas do país, ainda que na visão do autor, sua importância seja ultrapassada pela proclamação da República. Curiosamente, numa lista de datas que consta no Segundo Livro de Leitura – um dos mais recentes, publicado em sequência ao primeiro, no início da década de 1920 – o 13 de Maio não é elencado como feriado nacional.¹⁰⁵

Em relação aos outros textos, a preocupação de Fontes no que coube à escolha dos autores parece ter recaído sobre os critérios de popularidade (no caso de Coelho Neto) e autoridade (no caso de Afonso Celso). Eram ambos contemporâneos, republicanos, militantes ativos durante a campanha abolicionista e fundadores da Academia Brasileira de Letras. Na época, Afonso Celso era presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cargo que ocupou até morrer em 1938, e Coelho Neto era um escritor de grande destaque.¹⁰⁶

Os temas abordados nos textos destes dois autores não divergem significativamente daqueles que vinham sendo pensados desde a proclamação da República, mas são apresentados num formato muito diferente daquele abordado nos editoriais da imprensa, posto que tinham o duplo objetivo de transmitir informações para os alunos e despertar um sentimento elevado a partir do exemplo de vida ou de uma passagem histórica.

O exército negro, cuja autoria é atribuída por Henrique Fontes a Coelho Neto, é na verdade um excerto de outro manual escolar escrito conjuntamente por este autor e Olavo Bilac e publicado em 1909 – *A pátria brasileira*.¹⁰⁷ É uma narrativa que conta a trajetória de um exército de negros que às vésperas da abolição atravessa os campos e montanhas em direção ao quilombo de Jabaquara, notório refúgio de cativos fugidos na cidade de Santos:

Cada passo dado trazia um novo contingente à leva do desespero, ao levante da dor, ao êxodo terrível do sofrimento. Vinham quase nus, famintos, com os pés chagados pela estrada pedregosa.

E caminhavam... caminhavam... caminhavam, de dia e de noite, à luz do Sol ou à luz das estrelas. E cantavam. Aquela melopeia tristíssima, repassada da

¹⁰⁴ FONTES, Henrique da Silva. **Terceiro livro de leitura**. Florianópolis: Tipografia Livraria Central, 1939. pp. 119-120

¹⁰⁵ FONTES, Henrique da Silva. **Segundo livro de leitura**. Florianópolis: Tipografia Livraria Central, 1945.

¹⁰⁶ Embora tenha sido praticamente esquecido pela crítica contemporânea, Coelho Neto foi autor de obra extensa e variada, tendo sido no início do século XX um dos autores mais lidos no Brasil, conforma atesta seu perfil no site da ABL. Cf. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=417&sid=94>. Acesso em out/2013.

¹⁰⁷ NETTO, Henrique Coelho; BILAC, Olavo. **A Pátria Brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940. (27ª edição)

indizível melancolia das músicas africanas, ecoava como um coro de gemidos no vasto seio impassível da natureza.¹⁰⁸

Os tópicos caros a Coelho Neto e Bilac são os mesmos que serão observados nas páginas dos jornais de Santa Catarina entre 1900 e 1930: o sofrimento resignado dos escravos, sua rudeza (e a rudeza de sua música monótona), as “almas justas e piedosas que acolheram os escravos”, o caráter criminoso da instituição, a tomada de consciência que produziu a lei de 1888 e as expectativas utópicas para o novo período de liberdade, quando “a raça negra ia ser incorporada, no Brasil, à comunhão social” e “ia-se apagar da face da América a mancha de lodo e sangue que a desonrava”.¹⁰⁹

A grandiloquência de Coelho Neto assume proporções ainda maiores quando se trata de exaltar o exemplo moral de um dos principais nomes do abolicionismo brasileiro. No texto *Joaquim Nabuco*, presente na seção de moralidades do quarto livro da Série Fontes, se percebe um tom de descabida bajulação:

Altivo com os grandes, com os poderosos, lhano, afabilíssimo com os humildes, com os obscuros, não lhe conheceram outras fraquezas senão, e exclusivamente, as da tolerância e da complacência. Puro de sentimentos, nada o desviou do santo caminho da virtude e do bem. Nenhuma parcela de maldade lhe enfeava o caráter – modelo de soberba perfeição moral. [...] Afeiçoado às crianças, apreciador da música, da pintura e das outras artes, gostando de flores, imune do vício do fumo ou do jogo, sóbrio nas refeições, corajoso, destemido, impecável nos preceitos da urbanidade, mesmo tratando com estranhos de inferior condição social, respeitoso, insinuante na casa dos ricos tanto quanto na morada dos pobres, levava para toda a parte onde se apresentasse o jugo e a fascinação da simpatia.¹¹⁰

Tamanhas qualidades apensadas à Nabuco vão além de uma extrapolação intencional do autor no sentido de despertar a admiração do leitor juvenil. Elas também condizem com a enorme reverência que a figura do mais aristocrático dos abolicionistas despertava nos autores que escreviam sobre o abolicionismo durante as três primeiras décadas do século XX.

No que diz respeito ao prestígio de figuras históricas, cabe a Afonso Celso na seção de heróis, também no quarto livro da série, elencar um panteão de figuras consideradas dignas de louvor. Trata-se de *Os negros*, texto no qual este autor elabora um breve *panteão negro*, composto de personagens históricos que elevaram o nome no Brasil.

Novamente o texto apresentado é um excerto, mas desta vez de uma obra imensamente difundida: *Por que me ufano de meu país*, publicado pela primeira vez em 1901.

¹⁰⁸ NETO, Henrique Coelho. O exército negro. In: FONTES, Henrique da Silva. **Terceiro livro de leitura**. Florianópolis: Tipografia Livraria Central, 1939. p. 34

¹⁰⁹ FONTES, 1939. p. 34.

¹¹⁰ NETO, Henrique Coelho. Joaquim Nabuco. In: FONTES, Henrique da Silva. **Quarto livro de leitura**. Florianópolis: Tipografia Livraria Central, 1940. pp. 119-121.

Embora seja mais lembrado como corolário do ufanismo republicano, o livro do Conde de Afonso Celso pode também ser considerado como uma obra de história, pois além do capítulo extraído por Henrique Fontes, há outros como *O mestiço brasileiro* e *A escravidão no Brasil*, este último contendo também a sua própria versão da do abolicionismo brasileiro.

No intuito de concluir um panorama de obras notórias que tratem da história/memória do abolicionismo, escritas ou publicadas no início do século XX, e que contemple tanto trabalhos reconhecidos pelo domínio do autor a respeito do tema quanto trabalhos caracterizados por sua grande difusão, é possível agrupar *Por que me ufano de meu país* à outras duas obras que tratam, ainda que de passagem, da história da abolição.

2.3 Manuais, esboços e memórias da abolição nas primeiras décadas do século XX

Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior já era escritor de obra considerável quando do aparecimento de *Por que me ufano de meu país*. Com 15 livros publicados desde sua primeira coletânea de poemas em 1876 e uma atuação política que atravessou mais de 20 anos e dois regimes políticos, foi um parlamentar de prática destacada durante a campanha abolicionista. Simpático às ideias republicanas durante a juventude, em 1889 viu-se na contingência de acompanhar o pai (Visconde de Ouro Preto, último presidente do Conselho de Ministros) ao exílio imposto pelo governo provisório. A idade madura atingida no início do século marca o começo de sua desilusão com a República, e os anos subsequentes verão um homem empenhado em defender e cultuar a memória do Império derrubado.

Por que me ufano de meu país transformou-se rapidamente num sucesso de vendas, chegando à décima primeira edição quando o escritor ainda era vivo. Embora muito criticado, o livro recebeu em 1926 uma publicação comemorativa com tiragem de 10.000 exemplares numerados, fazendo parte da “Coleção dos Autores Célebres da Literatura Brasileira”. Foi durante as décadas imediatas ao seu lançamento uma leitura praticamente obrigatória nos bancos das escolas secundárias do Brasil.¹¹¹

Há três capítulos no livro que tratam da história da escravidão. No primeiro, *Os negros*, seção extraída por Henrique Fontes para compor o quarto livro de sua série, Afonso Celso trata de ressaltar a importância do elemento africano na formação do Brasil, bem como

¹¹¹ BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra *Por que me ufano de meu país*, de Afonso Celso (1900). *Educar*, Curitiba, n. 20, p. 245-260. 2002. Editora UFPR.

destacar já de saída, a especificidade da escravidão brasileira. Os negros africanos, afirma o autor,

Foram os mais úteis e desinteressados colonizadores da nossa terra, que fecundaram com o seu trabalho. Animavam-nos instintos de independência, como prova a formação do Quilombo de Palmares. Sacrificaram-se, entretanto, aos seus senhores, nem sempre benévolos, mas, em todo caso, menos bárbaros que os de outros países, especialmente os dos Estados Unidos.¹¹²

Existe também o cuidado de ressaltar o bom fruto desta relação mais amena entre senhores e escravos através da exposição de leis do período colonial que permitiam o acesso de homens de cor à cargos da coroa portuguesa – fato inédito na história das relações escravistas. Afonso Celso é categórico ao afirmar que, em virtude da relação de proximidade e afeto entre os filhos dos senhores e as amas de leite negras, jamais houve preconceito racial no Brasil, ao contrário de outros lugares:

Nos Estados Unidos, mesmo agora, a desigualdade social entre pretos e brancos subsiste até depois da morte: em certos lugares há cemitérios diferentes para uns e outros! Durante o reinado de D. Pedro II vários descendentes de africanos mereceram condecorações e títulos nobiliárquicos.¹¹³

Por último, o autor elabora o seu breve panteão dos grandes negros do Brasil: José Maurício Nunes Garcia (gênio musical), Marcílio Dias (intrépido marinheiro), André Rebouças (fiel à monarquia, preferiu morrer miseravelmente no exílio a abandonar a família real banida), Luiz Gama (ex-escravo que se torna exímio advogado), Justiniano da Rocha e Ferreira de Menezes (inspirados jornalistas) e Henrique Dias (pela bravura em defender o território do Brasil).

Em outro capítulo, *O mestiço brasileiro*, que compõe juntamente com *Os negros e Os portugueses* o “Sexto motivo da superioridade do Brasil: excelência dos elementos que entram na formação do tipo nacional” há uma argumentação sucinta em favor da miscigenação brasileira. No entanto, as razões que levam o autor a defender os tipos humanos resultantes do cruzamento das três raças (mulatos, cafuzos, mamelucos) são puramente utilitárias, de tal forma que mesmo afirmando que “o mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma, física ou intelectual”, as convicções sociais da época acabam transbordando do texto:

¹¹² CELSO, Afonso. **Por que me ufano de meu país**. Rio de Janeiro: Garnier, 1901. p. 71.

¹¹³ CELSO, 1901. p. 72.

Por sua energia, coragem, espírito de iniciativa, força de resistência a trabalhos e privações, ganharam os mamelucos justa celebridade no período colonial.

Apresentam os cafuzos as qualidades dos mamelucos, a par de seus defeitos, entre os quais avulta o da imprevidência, total despreocupação com o futuro. Os mestiços brasileiros contribuíram e contribuem eficazmente para a formação da riqueza pública. Só eles exercem certas tarefas. Não se prestam a trabalhos sedentários, mas são exímios na exploração da indústria pastoril, importante num país como o Brasil, onde abundam os campos.¹¹⁴

No terceiro capítulo pertinente – *A escravidão no Brasil* – outros pontos cardeais sobre a escravidão e a abolição podem ser identificados. O texto é uma síntese conciliadora com o passado escravista nacional: para Afonso Celso, o Brasil nada tinha do que se envergonhar da “maldita instituição”, pois “quase todos os povos a praticaram”. O país jamais teve um “Código Negro” como França ou Estados Unidos, e seus senhores jamais cometeram crueldades das dimensões praticadas nesse último país. A preservação do regime escravista por tanto tempo foi uma decisão de ordem puramente econômica, pois

O Brasil não o amou ou defendeu; apenas o tolerava. Condenava-se universalmente entre nós a propriedade servil. Os denominados escravocratas jamais se opuseram radicalmente à libertação; queriam só que ela se efetuasse em prazo longo, e mediante uma indenização, destinada à reorganização do serviço agrícola. Nunca pegaram em armas para preservar o triste regime, herdado dos antepassados. Raros os senhores cruéis. No geral, tratavam os negros como cristãos, não lhes recusando os consolos da religião, permitindo que fundassem irmandades só deles: S. Bendito e Nossa Senhora do Rosário.¹¹⁵

Já na parte relativa ao abolicionismo, Afonso Celso se prende aos marcos tradicionalmente usados para definir o movimento, deixando de mencionar somente a Lei Eusébio de Queirós. Na sua exposição dos fatos, fica claro o cuidado em realçar a natureza ordeira e bem planejada da campanha, que se evidencia pela previdência do esforço político que desaguou no fim da escravidão:

Em 1831, a lei proibiu o tráfico de africanos; em 1871, proclamou livres os filhos de mulher escrava; em 1885, considerou também livre os cativos sexagenários; em 1888, declarou extinta a escravidão no Brasil. Procedeu com sabedoria o legislador, cerceando por todos os lados a instituição, melhorando a pouco e pouco a situação das vítimas, proibido o apartamento das famílias, promovendo e facilitando a iniciativa emancipadora, cogitando da educação dos ingênuos, evitando abalos e atritos nocivos ao bem público.¹¹⁶

¹¹⁴ CELSO, 1901. pp. 81-82.

¹¹⁵ CELSO, 1901. pp. 184-185.

¹¹⁶ CELSO, 1901. pp. 185-186.

“Todavia”, salienta o autor, “não se chegou sem luta, comoção e perigo à vitória final”. Mas a brevidade do texto impede uma narração a respeito do tipo de obstáculos que a campanha abolicionista enfrentou, sendo somente mencionada a “oposição violenta por parte dos interessados”. Ao lado da boa causa estava também a família real, mas no cálculo de Afonso Celso a monarquia não parece ter tido grande influência na progressão dos fatos, sendo mencionado somente o denodo da Princesa Isabel que arriscou o trono em prol da abolição.¹¹⁷

A avaliação final condiz com o ufanismo airado que marca toda a obra. O diagnóstico do Brasil no pós-Abolição feito por Afonso Celso é francamente otimista e, como não podia deixar de ser, completamente descolado da realidade histórica vivida pelo autor:

Ultimado o triunfo, incorporaram-se os ex-escravos à população, em perfeito pé de igualdade. A eles mesmos e a seus descendentes desvendaram-se os vastos horizontes abertos a todos os habitantes do Brasil. Muitos permaneceram nas antigas fazendas, continuando a trabalhar, sem ressentimentos recíprocos, ao lado dos seus ex-donos.¹¹⁸

Em última análise, torna-se difícil interpretar as palavras de Afonso Celso sob qualquer prisma que não seja o de uma propaganda ingênua. A declaração de abertura, que dedica a obra aos filhos Carlos e Afonso, deixa claro que as quase 200 páginas do livro são uma celebração do Brasil passado voltada para o Brasil futuro, para a juventude na qual se depositavam as esperanças de transformação do país.

Ora, ao se tratar do tema da escravidão na história do Brasil, nada existe para celebrar a não ser a sua destruição. Assim sendo, Afonso Celso se vê na mesma contingência que a grande maioria dos escritores, jornalistas, historiadores e demais literatos da época, todos enredados em lidar com um passado recente e carregado de significados negativos ao menos uma vez por ano, no aniversário da abolição. Em mais de um caso – aí incluindo-se o próprio Afonso Celso – a saída encontrada por esses autores foi de ressignificar o aspecto moroso da política imperial no tocante à “questão do elemento servil”. Dessa forma, a defesa obstinada dos privilégios da classe escravocrata que marcou todas as etapas do abolicionismo brasileiro de 1850 a 1888 deixa de ser um vício para se tornar uma virtude diferenciadora do Brasil em relação ao restante do mundo: “Em que ponto do globo, em que página da história”, pergunta Afonso Celso, “se registra uma revolução social, econômica e política desta magnitude e alcance executada de maneira tão nobre?”¹¹⁹

¹¹⁷ CELSO, 1901. p. 187

¹¹⁸ CELSO, 1901. pp. 187-188.

¹¹⁹ CELSO, 1901. p. 188.

Levando em consideração o protagonismo do autor de *Por que me ufano de meu país* durante a campanha abolicionista e a considerável extensão de sua obra, cabe ainda mencionar um outro livro, publicado três anos antes. *Oito anos no parlamento*, de 1898, consiste num apanhado das experiências do jovem deputado Afonso Celso, que entre 1881 e 1889 representou o 20º Distrito Eleitoral de Minas Gerais no parlamento imperial.

O fato de o autor, logo no início do livro, chamar a proclamação de Novembro de 1889 de “sedição militar constituidora da República” serve de indicativo para a inflexão do livro: são as memórias de um político desencantado perante a forma de governo com a qual simpatizava durante a juventude.¹²⁰ O ambiente parlamentar dos últimos anos da monarquia, da forma com que é descrito pelo autor, representa uma época em que o interesse público prevalecia sobre as paixões políticas que, exacerbadas a partir de 1889, levariam o Brasil aos amargos conflitos que marcaram o princípio da República.

Há nesta obra um capítulo breve mas minucioso a respeito da Abolição, escrito num estilo bem mais desassombrado do que o adotado em *Por que me ufano de meu país* e, por este motivo, pode ser considerado como um contraponto ao mesmo livro.

Destacam-se três pontos importantes sobre estas memórias de Afonso Celso. Primeiramente, que sua narrativa a respeito da abolição trata o movimento como um esforço parlamentar, centrado no desempenho de grandes oradores e políticos da década de 1880. Os nomes tradicionais de Sousa Dantas, José Antônio Saraiva, João Alfredo, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, entre outros tantos figuram como protagonistas do processo de destruição do regime escravocrata no Brasil.

Em segundo lugar, mesmo dentro desta história contada do ponto de vista dos luminares do jornalismo, da oratória e do ativismo político, a comoção popular que precipitou a dissolução da escravidão durante a década de 1880 ainda espreita as margens do texto do autor, de tal forma que se torna inegável o fato de que o abolicionismo naquela década vivia realmente uma fase insurrecional.¹²¹ Afonso Celso se refere aos “interessados” na abolição que “abandonavam em massa as fazendas” e da recusa das forças armadas em auxiliar a “policia impotente” na captura dos fugitivos.¹²² Um quadro vívido também é apresentado pelo autor quando este pondera a respeito da contingência de a grande reforma liberal ter sido aprovada por um gabinete conservador:

¹²⁰ CELSO, Afonso. **Oito anos de parlamento**. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 9.

¹²¹ COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

¹²² CELSO, 1998. p. 112.

Se os liberais tivessem adotado desde logo, como lhes competia, o programa abolicionista, muitos males se poupariam ao país. Cabia aos liberais realizarem a reforma, vindo depois os conservadores, como seria natural e justificável aplacar os ressentimentos que dali se originassem. Assim o entendia o lúcido espírito do Barão de Cotegipe. Assim devia ser.

Mas realizarem os conservadores a mais funda das nossas revoluções, uma revolução social, em 5 dias, foi a inversão de todas as normas, gerou a indisciplina, tudo abalou. As classes conservadoras, lesadas e despeitadas com a Abolição não tiveram mais para quem apelar. Atiraram-se à República. Consequência – o 15 de Novembro.¹²³

Parece haver no texto certa ambiguidade: seria a “inversão de todas as normas” uma consequência do desacordo político entre liberais e conservadores? Ou teria sido essa “revolução social” processada com tanta rapidez a responsável pela indisciplina e pelo abalo experimentados no dia seguinte ao 13 de Maio de 1888?

O certo é que no final do capítulo sobre a abolição Afonso Celso torna-se um crítico contumaz do jogo político entre liberais e conservadores que marcou os últimos anos da década de 1880, culpando os últimos pela ascensão da República. Aqui entra o terceiro e último ponto a se considerar a respeito desta obra, a saber, seu ufanismo em relação ao período monárquico. Neste caso, o autor não se furta em valorizar a figura da princesa Isabel, a ponto de considerá-la fator diretamente responsável pela abolição. Sua contribuição deu-se não apenas do ponto de vista de chefe do Poder Executivo (em virtude de ter colocado seu trono em risco em prol da causa) mas também como incentivadora pessoal, pois teria “libertado” Petrópolis.¹²⁴ E seu abolicionismo encontrou lugar até mesmo no âmbito doméstico, pois seus filhos Luís, Pedro e Gastão “redigiam um pequeno jornal abolicionista por eles próprios composto e impresso – *O Correio Imperial*”.¹²⁵

Na segunda obra a ser analisada constata-se um discurso bem diferente do sentimentalismo de Afonso Celso. Trata-se de um texto objetivo, pioneiro, voltado especificamente para a educação histórica dos jovens republicanos do início do século. Escrito pelo sergipano João Ribeiro, republicano convicto, professor de História Universal e do Brasil no Colégio Dom Pedro II, *História do Brasil – Curso Superior* foi um dos compêndios

¹²³ CELSO, 1998. p. 125.

¹²⁴ Isabel pode não ter libertado completamente a cidade de Petrópolis, mas a julgar pelo testemunho do abolicionista André Rebouças, a princesa tinha o costume de abrigar escravos fugidos até mesmo no Palácio Imperial. Cf. SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 28.

¹²⁵ CELSO, 1998. p. 120.

escolares mais difundidos do país, alcançado 19 edições desde sua primeira publicação em 1900 e sendo largamente utilizado nas escolas brasileiras até a década de 1960.¹²⁶

A longevidade da obra de João Ribeiro pode ser explicada a partir de suas inovações e da profundidade de sua pesquisa histórica. Tendo viajado à Europa em 1895, entrou em contato tanto com historicismo de Ranke quanto com a perspectiva cultural de Burckhardt, o que resultou num trabalho que se afastou da periodização linear que caracterizava os livros didáticos de ciências humanas do século XIX, voltando-se para uma história do “interior” do Brasil, que valorizava os aspectos característicos dos diferentes povos e culturas que contribuíram para a edificação do país – colonos portugueses, jesuítas, indígenas, africanos, etc.¹²⁷

À primeira vista o trabalho de João Ribeiro se parece pouco com um compêndio escolar, seja pela sua extensão (de quase 400 páginas nas primeiras edições), seja pela riqueza da pesquisa ou pela erudição da linguagem. Embora no corpo do texto não constem citações referenciando as obras consultadas pelo autor, este afirma que dispôs de “muitos materiais” na elaboração de seu “livrinho”, além de citar um breve rol de autores vivos e admitir que suas referências mais importantes foram números da *Revista Trimensal* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹²⁸

Aí reside um dado importante, pois ao escrever a respeito da escravidão no Brasil o autor se revela um seguidor fiel da tese para a interpretação da história pátria proposta por Phillip von Martius junto ao IHGB em 1844.¹²⁹ Assim como o pesquisador alemão, Ribeiro reconhece que qualquer tentativa de contar a história brasileira passa pela necessidade de correlacioná-la com o desenvolvimento (e aperfeiçoamento) das três raças que concorreram para sua formação, além de abraçar o pensamento dominante da virada do século que enxergava uma hierarquia racial bem definida: “[...] o branco inteligente mas ávido e atroz, o negro servil e o índio altivo mas indolente são os três elementos d'onde vai sair a nacionalidade futura [...]”.¹³⁰

Por consequência, João Ribeiro é também um crítico da miscigenação racial, apesar de confirmar o vigor físico da população mestiça do Brasil e sua aptidão para tipos específicos

¹²⁶ PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no livro didático de história**: três autores exemplares (1890-1930). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009. p. 189.

¹²⁷ CENTENO, Carla Villamaina. O compêndio História do Brasil – curso superior de João Ribeiro: análise sob a perspectiva da organização do trabalho didático. **Acta Scientiarum Education**: Maringá, v. 35, n. 2, jul. – dez. 2013. pp. 169-178. p. 174.

¹²⁸ RIBEIRO, João. **História do Brasil – Curso Superior**. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1901. pp. 389-390.

¹²⁹ SCHWARCZ, 1993. pp. 112-113.

¹³⁰ RIBEIRO, 1901. pp. 71-72

de trabalho, da mesma forma que Afonso Celso. Mas mesmo professando a força física e até mesmo econômica e social do mestiço, o desejo de Ribeiro é que o embranquecimento gradual da população acabe por desaguar no seu sonho republicano de nação branca, liberal e católica. Suas considerações a respeito da miscigenação não vão além dos lugares-comuns da época: “[...] o contato das raças inferiores com as que são mais cultas sempre desmoraliza e deprava a umas e outras [...]”¹³¹

Além disso, a interpretação histórica da escravidão e do abolicionismo feita pelo autor é marcada por uma visão extremamente detrativa da população de origem africana no Brasil – bem como por latentes contradições, conforme atesta Maria Cristina Dantas Pina.¹³² Ribeiro, por exemplo, condena os “crimes e atrocidades” cometidos no comércio negreiro, mas constrói uma argumentação que, passando pela especificidade dos costumes africanos, alega que o cativeiro na América portuguesa representava uma melhoria nas condições de vida dos africanos. O autor pontua que a escravização na própria África (isto é, a escravização de africanos por africanos) era mais frequente, banal e cruel do que no Brasil, onde os senhores eram animados pelo espírito cristão que harmonizava as relações entre escravizadores e escravizados.

Para João Ribeiro é somente a partir da compreensão das tremendas desigualdades raciais entre brancos e negros que a história da escravidão pode ser compreendida. E tamanha é a importância do papel da raça branca nestas relações que até mesmo a vontade de ser livre do escravo negro somente pôde emergir em consequência do seu contato com os brancos:

Se um dia se houver de escrever a história da escravidão, indispensáveis se afiguram as narrativas dessas rebeldias que, sem sentido aparente para o regime dos governos escravocratas, todavia expressam o sentimento de liberdade que é o apanágio da própria civilização em cujo meio viviam os escravos.¹³³

Como republicano convicto, João Ribeiro enxerga na campanha abolicionista o prelúdio do 15 de Novembro – a entrada definitiva do Brasil no rumo da civilização. E por esse motivo, lhe confere grande importância, mencionando os nomes de praxe: Dom Pedro II é o chefe de estado preocupado que pressiona seus ministros na direção de uma solução para a questão servil. Os legisladores da monarquia (Queirós, Dantas, Rio Branco, João Alfredo) aparecem com grande destaque, pela habilidade de terem conduzido um complexo processo de transformação social que – em comparação com a experiência próxima e catastrófica dos

¹³¹ RIBEIRO, 1901. p. 67

¹³² PINA, 2009. pp. 125-131.

¹³³ RIBEIRO, João. **História do Brasil – curso médio**. 17ª edição revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935. Apud. PINA, 2009. p. 129.

Estados Unidos – poderia ter tomado rumos sombrios. A dificuldade da tarefa de se extinguir uma instituição tão arraigada nos costumes nacionais é uma característica valorizada pelo autor: a emancipação lenta e gradual não teria sido uma simples opção, mas o único caminho possível.

Na avaliação de João Ribeiro, os marcos temporais mais importantes do abolicionismo no Brasil são as leis Eusébio de Queirós e Rio Branco, pois ambas possuem a característica de definir os rumos da questão servil. Sobre 1871, o autor chega a afirmar que

Com essa lei estava acabada a escravidão, mas alguns espíritos liberais e outros exaltados prosseguiram na campanha da abolição, que queriam o mais breve ou imediatamente. Formou-se então um partido abolicionista, a que se aliaram os homens da imprensa das cidades, literatos e políticos, oradores e escritores.¹³⁴

Nota-se, portanto, e mais uma vez, a presença entranhada de uma memória do abolicionismo branco e parlamentar. Pois se em 1871 Brasil já tinha uma resposta certa para o problema do cativo (a liberdade era inevitável, sendo somente uma questão de tempo) o que teria sido a campanha abolicionista da década de 1880 senão uma cruzada dos espíritos mais liberais e exaltados do parlamento, das tribunas e da imprensa, de forma a apressar um fim que já era inevitável?

Ainda que ajude a difundir alguns dos principais clichês presentes na memória do abolicionismo na primeira metade do século XX (tais como a harmonia das relações raciais no Brasil, a inferioridade e resignação do escravo, a abolição gradual e planejada), é necessário salientar que João Ribeiro dedica pouco espaço a essa parte da história nacional no seu manual. A escolha tem pouco a ver com sua trajetória pessoal, pois nasceu no mesmo ano que Afonso Celso, e no auge da campanha abolicionista atuava como jornalista e colaborava em periódicos simpáticos à causa.¹³⁵

O fato é que existe uma cautela comum entre os autores ao tratar do tema. João Ribeiro escolhe não se deter sobre ele por não crer na possibilidade dos contemporâneos escreverem com precisão sobre a história que vivenciaram. Já Afonso Celso, dedica apenas 15 das mais de 150 páginas de suas memórias políticas ao assunto, embora abra o capítulo afirmando que as sessões parlamentares mais importantes de seu tempo foram aquelas “consagradas à solução do problema do elemento servil”.¹³⁶

¹³⁴ RIBEIRO, 1901. pp. 383-384.

¹³⁵ PINA, 2009. p. 129.

¹³⁶ CELSO, 1998. p. 111.

Mesmo ao se tomar de exemplo uma obra de grande fôlego (e também de grande impacto) sobre a abolição escrita no início do século XX, perpassa a noção de que contar sua história é uma tarefa complexa. Tendo consultado um manancial diverso de fontes e escrito mais de 200 páginas dedicadas exclusivamente ao tema, Osório Duque-Estrada, homem da mesma geração de João Ribeiro e Afonso Celso, escolheu como subtítulo de seu famoso livro de 1918, *A abolição* a expressão *esboço histórico*. Ainda admitindo que àquela altura do período republicano (exatos 30 anos após o acontecido) a memória dos acontecimentos da década de 1880 havia sido lamentavelmente corrompida, Duque-Estrada confessa que seu intuito não é de apresentar uma versão definitiva dos fatos e sim de reunir no seu livro subsídios históricos para aqueles que porventura quisessem empreender a tarefa de escrever a respeito do tema.¹³⁷

Apesar de sua pretensa modéstia, Duque-Estrada de fato oferece uma interpretação coerente sobre a abolição no Brasil. Ao contrário do pessimismo de João Ribeiro, que enxerga nos acontecimento de Maio de 1888 o início de uma caminhada ainda mais penosa em direção à possibilidade de um futuro mais branco e civilizado, ou das glorificações do passado imperial feitas por Afonso Celso, o autor do livro de 1918 aponta para fatos largamente ignorados até então: que o abolicionismo foi um movimento de grande amplitude, que envolveu diversos setores da sociedade por um longo espaço de tempo, e que a assinatura da lei de 13 de Maio de 1888 pouco teve a ver com a bondade ou as boas intenções da classe parlamentar e senhorial, e sim com a pressão exercida pelas ruas. A questão central deste argumento do autor é exposta por Renata Moraes na análise da autora a respeito do livro *Abolição: esboço histórico*:

Esse evento [a abolição] não concorreu para o fim do Império, sendo a República um resultado de outras questões. O Império não possui ligações com a Abolição, e por isso não poderia ser afetado por ela. Essa interpretação retira qualquer possibilidade de ver na assinatura da Lei um misto de sacrifício e bondade, muito menos de redenção. E assim, os “heróis” serão os que contribuíram de alguma forma para o 13 de Maio, ou seja, através de discursos, mobilização e atuação política no Parlamento. O marco do 13 de Maio para esse autor é o fim da luta e não o início dela, ou seja, a Abolição foi construída a cada ano e não em Maio de 1888.¹³⁸

Ainda que na sua avaliação do abolicionismo como movimento amplo e popular não constem as lutas e atitudes dos escravos e libertos – o que não foge do padrão na historiografia da Primeira República – a interpretação de Duque-Estrada serve como um

¹³⁷ DUQUE-ESTRADA, Osório. **A abolição**: esboço histórico. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 18.

¹³⁸ MORAES, Renata Figueiredo. **Os maios de 1888**: História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2007.

ponto de apoio importante na análise da memória da abolição nos primeiros anos do século XX, pois ele serve de alerta aos desvios e falsificações sofridas pela memória histórica mesmo em período tão curto de tempo. Suas palavras do prefácio servem de alerta:

Eis por que se não quer que a crônica da Abolição venha a ser feita pelos contemporâneos, e sim pelos falsificadores da história, que se deixam facilmente suggestionar e inspirar nas lendas e nos romances urdidos pelo interesse dos usurpadores de glórias e adesistas de última hora. [...]
[...] Os fatos, os documentos e o testemunho dos arquivos hão de depor com mais eloquência e mais circunspectamente que as palavras, para reconduzir ao plano inferior de onde nunca deviam ter saído, as figuras apagadas, e, antes, reatoras, dos estadistas e dos príncipes, que a solidariedade congregou no momento da capitulação extorquida pelo povo, pretendendo metamorfoseá-los irrisoriamente em heróis e pioneiros daquela santa cruzada.¹³⁹

O tom denunciatório das palavras de Duque-Estrada, escritas numa época em que, pela sua avaliação, as falsificações históricas a respeito da abolição já haviam atingido um nível mais do que preocupante encontram eco nas fontes consultadas a respeito do estado de Santa Catarina entre os anos de 1900 e 1930. Neste período, as narrativas a respeito do 13 de Maio de 1888 se tornam aos poucos mais complexas, mas ao mesmo tempo, cada vez menos claras com o passar do tempo.

2.4 Narrativas da abolição no século XX: a imprensa de Santa Catarina

Ao analisar os movimentos que concorreram para a formação da Academia Catarinense de Letras, Carlos H. Corrêa aponta para uma realidade largamente discutida entre os próceres das letras do estado de Santa Catarina no início do século XX: a efetiva falta de escritores com obras publicadas. O panorama literário catarinense até o início da década de 1920 era considerado tão pouco auspicioso que, na opinião de vozes como a de Altino Flores, Florianópolis não tinha escritores em número suficiente para que fosse criada uma sociedade literária nos mesmos moldes observados no Rio de Janeiro ou São Paulo.¹⁴⁰

Não obstante esta escassez de livros publicados, tanto a cidade como o estado viveram um ambiente cultural de grande efervescência nas primeiras décadas do século XX, quando se fundou não apenas a ACL, mas também outros clubes e sociedades de repercussão.

Grande parte da riqueza deste ambiente está relacionada com a imprensa, palco por excelência para os debates entre os intelectuais engajados com as diversas questões que

¹³⁹ DUQUE-ESTRADA, 2005. pp. 21-22

¹⁴⁰ CORRÊA, 1997. p. 151.

permeavam a atmosfera política da Primeira República em Santa Catarina. É notável, por exemplo, que uma cidade como Florianópolis – largamente considerada como provinciana – contasse na virada do século com um número de jornais, folhetins, folhas literárias e de variedades bastante expressivo. Se em 1900, 7 desses periódicos circularam na capital, no ano seguinte o número passaria para 9, chegando-se em 1902 ao número de 12 – quase metade de todos os periódicos publicados naquele ano em todo o estado.¹⁴¹

É importante, no entanto, salientar os limites dessa profusão de fontes impressas. Os periódicos raramente passavam de 4 ou 6 páginas. Suas tiragens eram pequenas e, salvo poucas exceções, o ciclo de vida das publicações era breve, nascendo e desaparecendo conforme o tom das disputas políticas assumia proporções mais ou menos radicais. Mesmo os principais jornais da capital – *Republica*, *O Dia* e *O Estado* – jamais experimentaram um histórico de publicação ininterrupta no início do século XX, fruto de sua acentuada dependência tanto do financiamento de órgãos públicos ligados ao poderes constituídos quanto dos interesses de grupos políticos antagônicos. O mesmo se observa nas cidades do interior do estado, onde a frequência de publicação dos periódicos estava diretamente ligada ao apoio professado às oligarquias locais.

À falta de frequência na publicação dos periódicos, alia-se uma oscilação no próprio interesse na data do 13 de Maio, que raramente mereceu o mesmo nível de atenção de um ano para outro. O levantamento documental aponta para o fato de que, entre os anos de 1900 e 1930, raramente a data da abolição foi completamente esquecida, merecendo todos os anos, no mínimo a menção de que as repartições públicas não abririam em virtude do feriado, e no máximo (e por mais de uma vez) seções de uma ou duas páginas inteiras a respeito do assunto. Apesar do interesse inconstante dedicado às reflexões sobre o 13 de Maio, o manancial de discursos veiculados pela imprensa no período não é nada menos do que volumoso, motivo que demanda a adoção de critérios de avaliação como tamanho do texto, importância dentro da edição do jornal, conteúdo e autoria. Dessa forma, alguns textos se destacam, a começar por aqueles que propriamente buscam contar uma história da abolição.

2.4.1 Os esboços históricos

¹⁴¹ BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Catálogo de jornais catarinenses: 1850-1989*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1990. pp. 142-143.

No capítulo anterior, pôde-se observar o quanto a cada ano da década de 1890 a chegada do 13 de Maio ensejava a possibilidade de que os republicanos recém instaurados no poder utilizassem a data como veículo tanto de crítica ao atraso da instituição monárquica quanto de prelúdio para a aurora republicana. Passados mais de dez anos, no entanto, as oligarquias formadas a partir da instauração do novo regime já se achavam confortavelmente estabelecidas no poder, restando somente as suas ocasionais divergências internas.

Assim como na década de 1890, a monarquia – e especialmente as figuras de Isabel e Dom Pedro II – ainda despertava a afeição da população pobre, negra e mestiça do Brasil.¹⁴² Mas com o imperador falecido há quase dez anos e a herdeira presuntiva vivendo no exílio, havia pouco de real na ameaça de um possível terceiro reinado, de tal forma que a partir de 1906, começa-se a levantar a ideia (sem dúvida inconcebível dez anos antes) da realização do traslado dos restos mortais do imperador da França de volta para o Brasil.¹⁴³

Não obstante, a retórica republicana ainda era cautelosa ao tratar das relações entre monarquia e abolição. As associações que ligavam a instituição monárquica ao atraso e à falta de civilização características do regime escravista aos poucos vão esmaecendo no começo do século, mas o passo em direção à exaltação das figuras da monarquia como protagonistas diretas deste fato histórico não serão imediatas.

Uma das primeiras narrativas em jornais catarinense sobre o abolicionismo no século XX é feita com muita brevidade e nenhum enaltecimento pelo jornalista Mario de Magdala, para a edição de 13 de Maio de 1903 do jornal *O Dia*. O texto preza pela precisão das informações, e traz dados até então pouco correntes, como por exemplo, a proposta de abolição do tráfico de escravos até o ano de 1840, apresentada pelo político luso-brasileiro José Clemente Pereira em 1826.¹⁴⁴ Os três últimos parágrafos resumem o tom da publicação:

Por uma lei de 4 de setembro de 1851, ficou estabelecido que as embarcações encontradas em águas nacionais com escravos a bordo seriam apreendidas, assim com as que, não os tendo, se empregassem no tráfico, e vendidas, reexportados os escravos para os pontos de origem.

A 28 de setembro de 1871 pela lei n. 2040, Rio Branco, torna-se vencedora a ideia contida na proposta de 1837, preceituando-se que os filhos da mulher escrava que nascessem no país dessa data em diante seriam livres.

Os sexagenários, em 1885, pela lei de 28 de setembro, Saraiva-Cotegipe, são declarados livres, extinguindo-se, afinal, pela de n. 2353, de 13 de maio de 1888, João Alfredo, a escravidão no Brasil.¹⁴⁵

¹⁴² ALBUQUERQUE, 2009. pp. 142-183.

¹⁴³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Os funerais de D. Pedro II e o imaginário republicano. In: SOIHET, Rachel et al. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 69-82.

¹⁴⁴ SENADO FEDERAL. **A abolição no parlamento**: 65 anos de luta (1823-1888). Brasília: SEEP, 2012. p. 537

¹⁴⁵ MAGDALA, Mario de. **A libertação dos escravos**. O Dia, 13 de mai. de 1903. Ano III, Nº 705. p. 2.

Ou seja, além de fixar-se nos marcos temporais já bem conhecidos – Eusébio, Rio Branco, Saraiva-Cotegipe e Lei Áurea – o autor furta-se de mencionar o nome da princesa Isabel, limitando-se a referenciar o ponto culminante de todo processo legislativo que acabou de deslindar pelo seu número – incorreto – e pelo chefe de governo cujo gabinete presidiu a aprovação.

O início de uma relação mais amena com as figuras da realeza pode ser observado com maior clareza através da leitura dos editoriais e dos artigos de opinião publicados no dia 13, posto que nestes textos a data de abolição não servia apenas como ponto de partida para uma reflexão sobre o passado, mas também como mote para considerações a respeito de temas como a liberdade, fraternidade e civilidade, todos caros à retórica republicana. Nos esboços, que procuram esquematizar um processo histórico complexo para leitores e leitoras que não estão completamente familiarizados com o assunto, a possibilidade de a abolição ser mais do que simplesmente um prelúdio da República demora a se concretizar.

A *Gazeta de Joinville* de 1908 reconta uma abolição diferente, já de início demarcando uma curiosa ideia da escravidão como um fardo herdado do colonizador:

O consentimento tácito, desumano e anti-cristão do nosso país no infame comércio de escravos, legado por Portugal, assentou-se entre nós de um modo tão estranho e condenável, que muito custou a desraigar do espírito dos escravocratas esse sentimento imoral de comerciar com o corpo de seu semelhante, tanto assim que quando os demais países haviam já abolido o tráfico e a escravidão africana, conjuntamente com o país d'onde herdamos tão desumano comércio, o Brasil conservava-se, apesar das melhores disposições do liberal imperante do segundo reinado, com essa mancha impura destoando da perspectiva do quadro das elevadas aspirações liberais do mundo ocidental.¹⁴⁶

Observa-se aquilo que certamente é um elogio velado ao monarca deposto em 1889. Sem mencionar-lhe o nome, aplica-se ao *imperante do segundo reinado* o adjetivo de liberal, qualidade extremamente valorizada pelos republicanos brasileiros. Mas não foi a boa orientação política do imperador a responsável pelo empreendimento, e sim os "espíritos novos, embebidos em salutares princípios democráticos" que "encetaram de vez a grandiosa campanha abolicionista". Entre esses espíritos novos, menciona-se apenas José do Patrocínio: "homem do povo, mas inteligência feliz e pouco vulgar". O autor encerra com o desfecho da campanha abolicionista:

Apressou-se os acontecimentos. Cercado o inimigo tradicional por todos os lados travou-se a luta definitiva que traria os louros da vitória, ao seio da terra livre.

¹⁴⁶ 13 DE MAIO. *Gazeta de Joinville*. Joinville, 16 de mai. de 1908. Ano IV, Nº 161. p. 1.

Assim se deu. E a proposta imediata da abolição de 13 de Maio de 1888 aceita com aplausos unânime, quebrava os restos dos grilhões que nos trazia presos ao poste do despotismo.

Nesse dia, D. Isabel, na ausência de D. Pedro II, assinava o humanitário decreto da grande lei da liberdade da escravidão no Brasil, merecendo sua memória por esse fato como a de todos os que contribuíram para a grandiosa obra de civilização, a justa veneração de todos os brasileiro.¹⁴⁷

Assim, a princesa situa-se como apenas mais uma figura no panteão de todos aqueles que contribuíram para a obra de inscrever o nome do Brasil na agremiação das nações civilizadas. Isabel é protagonista, mas não a principal protagonista do abolicionismo.

No entanto, com o passar do tempo, a fachada de progresso e virtude que cobria o regime se desmanchava frente à realidade de um republicanismo pouco republicano. Quando traça uma história da abolição em 1915, o jornal *O Estado* usa o passado para caracterizar o presente:

Nessa época – gloriosa época em que havia amor aos princípios – à voz dos apóstolos do abolicionismo, Joaquim Nabuco com o seu talhe de Apolo, sereno e belo, José do Patrocínio, o Demóstenes negro, agressivo e tempestuoso, juntava-se a vibração guerreira dos hinos que à República e à Revolução entoavam Silva Jardim, Lopes Trovão e todos os cavaleiros andantes da ideia nova.¹⁴⁸

É novamente uma associação entre abolicionismo e república, mas dessa vez fazendo-se aquilo que parece uma evocação das origens do sistema político corrente – *época em que havia amor aos princípios* – ou seja, antes que os princípios republicanos fossem deturpados pela política de interesses que marcou o período.

Figura 1: Gabinete 10 de Março.



Fonte: O Estado, 13 de mai. de 1915.

¹⁴⁷ 13 DE MAIO. *Gazeta de Joinville*. Joinville, 16 de mai. de 1908. Ano IV, Nº 161. p. 1.

¹⁴⁸ 13 DE MAIO – É declarada extinta a escravidão no Brasil. *O Estado*. Florianópolis, 13 de mai. de 1915. Ano I, Nº 1. p. 1.

Nesta edição, a Princesa Isabel merece um lugar de destaque. O famoso clichê que representa o gabinete de João Alfredo em maio de 1888 – que tem a sua figura ao centro, rodeada pelos ministros – é reproduzido na primeira página do jornal. O texto dá força à concepção de que, no afã de colher as graças populares com a libertação incondicional dos cativos, a princesa acabou por condenar o próprio futuro da monarquia, conforme famoso vaticínio proferido por um dos últimos opositores à libertação completa, o *velho Cotegipe*. O "nobre servidor do Império e da Pátria",

[...] fez ao trono um aviso triste por entre o delírio das festas que pareciam irmanar definitivamente o povo e o próximo terceiro reinado: dentro em pouco a República seria proclamada. A abolição incondicional era a morte do regime. [...]

Em Novembro do ano seguinte cumpria-se a profecia. Isabel, a Redentora, o ídolo do povo n'aquela manhã gloriosa de Maio, tão suave e tão doce, dezoito meses depois, por uma noite triste, embarcava para o exílio, por entre filas de soldados em armas.

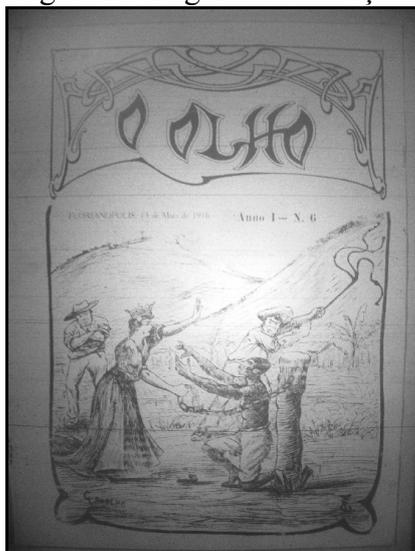
Mas o seu nome está ligado imperecivelmente à história do Brasil para onde hoje voarão da terra estranha e distante onde se encontra, os seus pensamentos, envoltos na melancolia da velhice, evocadores de lembranças de tempos idos, de glórias extintas nas sombras esbatidas de um passado longínquo.¹⁴⁹

Trata-se da metade da década de 1910, e mesmo ainda viva, embora na velhice e no exílio, a princesa Isabel já carregava há algum tempo o epíteto de redentora, contrariando a expectativa dos republicanos da década de 1890, cujas atitudes discursivas, conforme se atestou no capítulo anterior, tanto se concentraram na demolição da monarquia e de suas principais figuras.

A redentora dos escravos ainda mereceria posição de destaque na capa de uma edição comemorativa do semanário ilustrado *O Olho*, que fez-se publicar em alguns números na capital do estado entre abril e agosto de 1916. Num vale, aos pés de colinas desprovidas de vegetação e rodeadas por palmeiras e barracões com teto de sapê, um capataz impiedoso balança o açoite no ar, detido pela pose imperativa da princesa coroada: com uma mão, a palma em riste impede o golpe, e com outra, resgata um escravo dos grilhões que o prendiam ao tronco. Um segundo capataz, tão inclemente quanto o primeiro, assiste à cena de braços cruzados.

¹⁴⁹ 13 DE MAIO – É declarada extinta a escravidão no Brasil. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1915. Ano I, Nº 1. p. 1.

Figura 2: Alegoria da abolição.



Fonte: O Olho, 13 de mai. de 1916.

No texto que abre a edição, trata-se a abolição como "ato revolucionário do Gabinete João Alfredo que, com a assinatura da Princesa Imperial Regente, decretou a emancipação definitiva da raça negra no Brasil". O trajeto seguido, é o mesmo de sempre: planeja-se a abolição desde 1831, dá-se um passo importante em 1850 e, a partir das notícias horrendas da Guerra de Secessão, redobram-se os "esforços morais" até dar-se o golpe de morte em 1871. A partir daí, tudo é glória apenas aos espíritos infatigáveis dos espíritos liberais como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio (o grande negro).

São notáveis também as observações de cunho racial feitas pela publicação, que se remetem à avaliação feita por Afonso Celso. A abolição foi grande lei, "pois que, para sempre, libertou o homem negro cujo único crime era o de ser dócil, compassivo e bom, contribuindo pelo trabalho para manter farta a ociosidade do senhor!". E foi também uma dupla libertação, já que

Ao negro, pois, que foi o verdadeiro e quase único elemento criador do país, coube ainda, por uma rara felicidade, por um concurso feliz de circunstancias, como compensação coletiva ao seu secular aviltamento, libertar o branco e dignificar a pátria fazendo-a grande às vistas da humanidade e igual no concerto de suas irmãs americanas.¹⁵⁰

O tema do aviltamento a que eram submetidos os escravos durante a vigência do cativeiro é recorrente nos textos do período, mas menos acentuados quando se trata dos esboços históricos. As descrições grandiloquentes sobre o tratamento iníquo dispensado aos escravizados, que tinham como objetivo despertar a compaixão dos leitores eram mais comuns nos artigos de opinião. Em se tratando dos esboços históricos, a proposta dos textos

¹⁵⁰ DATA ÁUREA. **O Olho**. Florianópolis, 13 de mai. de 1916. Ano I, Nº 6. p. 2.

geralmente girava em torno de uma caracterização de perversidade da instituição em si, poucas vezes entrando-se em detalhes mais cruentos. O jornal *A Notícia*, de Joinville, em sua edição de 13 de Maio de 1926 traz essa ideia da escravidão como regime perversor de todas as camadas da sociedade:

Durante séculos o servilismo rabejante desmaculara e descorar o caráter dos jovens brasileiros, criados naquele meio em que os senhores paxalizavam e os escravos eram despojados de todas as regalias.

Em vinte anos, de 1830 a 1850, uma onda negra de mais de 600.000 africanos escurecera o território brasileiro.

E era preciso acabar com esta mancha.¹⁵¹

Eis aí o tremendo saldo negativo da escravidão: a convivência diária com um regime social e econômico pautado pelo domínio da violência havia "desmaculado" os jovens brasileiros. A mancha humana que escurecera o Brasil (ilegalmente, é forçoso salientar) entre 1830 e 1850 havia se transformado numa mancha moral – uma visão tributária da ideia de vítimas-algozes, proposta por Joaquim Manoel de Macedo em meados da década de 1860.¹⁵²

À menção de termos como *mancha* e *onda negra*, é importante marcar a presença inevitável do racismo científico. É pelas palavras do jornalista e político Lídio Barbosa, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, patrono da Academia Catarinense de Letras e contemporâneo da campanha abolicionista em Desterro. Na edição de 13 de Maio de 1920 d'*O Estado*, na parte final de um longo texto analítico que se debruça tanto sobre a escravidão quanto sobre o movimento abolicionista, o autor chama de "quase tolices" os receios dos conservadores que, nos momentos finais da campanha, profetizavam um futuro de desagregação das relações de trabalho e aumento da delinquência, pois

O escravo, bestializado pela submissão, sofredor passivo de todas as desditas revelava apenas, parodiando o dizer do épico português, o gesto e a forma humana: não era homem.

Os habitantes e instrumentos do engenho e da senzala desconheciam a virtude da resistência vingadora: não tinham os ímpetos da vontade incontida.

O eito e a senzala depressa lhe destruíram a fibra moral da raça, por si mesma congenitamente fraca.

Liberto o negro, a sociedade o incorporou às suas camadas inferiores e ele aí ficou, usufruindo um estado incomparavelmente melhor do que esse de que o foram tirar, embora a conquista do pão lhe fosse imposta como seu primeiro dever, não denunciando nunca o desejo sequer de se resgatar à influência do branco, na obediência do qual habituava-se a agir como autômato.

Talvez porque o espectro do açoite não se lhe apagasse da memória, o negro, liberto, permaneceu a mesma expressão moral nula.¹⁵³

¹⁵¹ 13 DE MAIO. *A Notícia*. Joinville, 13 de mai. de 1926. Ano IV, Nº 232.

¹⁵² CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 157-161

¹⁵³ BARBOSA, Lídio. **O treze de Maio**. O Estado: Florianópolis, 13 de mai. de 1920. Ano VI, Nº 1507. pp. 3-4.

O tom manifestamente racista das palavras de Barbosa não espanta em virtude da sua data de publicação, que não foi 1920 e sim anterior à 1913 – data de falecimento do jornalista. Pode-se especular que foi escolhido como representativo tanto da produção intelectual de Lídio Barbosa quanto das sensibilidades da intelectualidade florianopolitana a respeito das relações raciais de inícios da década de 1920. E certamente, tais concepções seguiram mais ou menos inalteradas: em 1938, o filho do mesmo jornalista, Renato Barbosa, também membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e membro da ACL, faria publicar no cinquentenário da abolição um livro sobre a geração abolicionista à qual seu pai pertenceu, que praticamente não menciona escravos.¹⁵⁴

Figura 3: Alegoria da assinatura da Lei Áurea.



Fonte: O Estado, 13 de mai. de 1920.

No final da mesma década, as interpretações sobre o processo histórico de extinção da escravidão no Brasil já estabelecem um padrão facilmente identificável, situando-se na celebração tradicional tanto de uma data voltada à fraternidade quanto de um momento refundador do caráter nacional, quando finalmente o Brasil pôde figurar no concerto das nações civilizadas. Em 1927, o jornal *Republica*, que em décadas anteriores se caracterizava por críticas ferozes contra a monarquia, fala dos "sentimentos nobilíssimos" que impulsionaram a princesa, "símbolo aurifulgente da Fraternidade Brasileira". A alcunha de Redentora já está indelevelmente ligada à sua personalidade, fruto sem dúvida do seu

¹⁵⁴ BARBOSA, Renato de Medeiros. **Geração abolicionista**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1940.

falecimento em 1921.¹⁵⁵ E o processo abolicionista se apresenta conforme as diretrizes do brado ufanista de Afonso Celso: ordeiro, planejado, pensado por grandes homens que tinham em vista o bem do país e das classes produtivas

Estadistas ponderados, extremamente patriotas, sabiam e avaliavam as conseqüências que adviriam ao trono e, o que era mais, à economia nacional, da execução violenta da medida ardentemente almejada por todos.

Depois, leis sábias votadas em 1832 [sic], em 1871 e 1885, proibindo o tráfico do africano, proclamando livre o filho da mulher escrava e considerando também libertos os cativos sexagenários, já haviam preparado progressivamente a emancipação desse povo infeliz que, por tantos motivos, se tornou um credor da gratidão nacional.

E, embora o nosso país tolerasse o cativo, mantendo-o por mais tempo que a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e outras nações, não teve nunca com estas a agravar-lhe a adoção da desumana usança, um código ferrenho para a escravidão.

Bem pelo contrário, a generosidade do senhor de escravos ia se acentuando, dia a dia, e que espontaneamente, quer pela compra de sua liberdade, a emancipação ia-se fazendo.¹⁵⁶

Generosidade e gratidão, conforme aponta Lilia Schwarcz, constituíam-se no binômio de virtudes que, na imaginação dos senhores de escravos, deveriam reger as relações durante e depois do cativo.¹⁵⁷ Embora a realidade fosse muitas vezes diferente, é notável registrar o quanto essa ideia persistiu para muito além do dia 13 de Maio de 1888, notando-se evocações persistentes da generosidade dos senhores, enquanto que ao negro deveria ser lembrado que, embora desumana, a escravidão brasileira poderia ter sido bem pior se comparada com outras partes do mundo.

2.4.2 Os editoriais

Mais adequados para elucubrações sobre temas tão complexos como gratidão, generosidade e liberdade eram os editoriais que muitas vezes complementavam – precedendo ou sucedendo – os textos cuja característica principal era enumerar os diversos fatos históricos que concorreram para o fim da escravidão. Embora ambos tipos de texto compartilhassem características semelhantes, mencionando datas e figuras relevantes da história da abolição, o traço que caracteriza os editoriais é seu estilo de escrita mais literário, com opiniões mais bem demarcadas e o tom de exaltação mais eufórico, quando presente.

¹⁵⁵ DAIBERT JR, 2004. p. 226.

¹⁵⁶ FRATERNIDADE BRASILEIRA. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1927. Ano I, Nº 85. p. 2.

¹⁵⁷ SCHWARCZ. In: CUNHA; GOMES, 2007. pp. 23-54.

Um exemplo claro é o tipo de linguagem adotada nesses editoriais, como exemplifica o caso da associação entre abolição e república. A exemplo dos esboços históricos, nos editoriais essa relação mantém a sua força no início do novo século, mas recua a partir da década de 1910: o *Republica* de 13 de Maio de 1900, chama a data de "germinal da República, o presépio cristão que lhe ouviu os primeiros vagidos".¹⁵⁸ No ano seguinte, à mesma data, o *Blondinista* de Laguna considera a Lei Áurea "a ponte levadiça lançada do regime esboroadado ao instituído a 15 de Novembro" e "pórtico sagrado sob o qual a pátria passou para a República".¹⁵⁹

Nessa primeira década, a aclamação ao regime republicano não vinha necessariamente em par com admoestações dirigidas à monarquia derrubada. Opróbrios ao regime imperial pela sua morosidade em realizar a abolição são raros, sendo as críticas mais de caráter teleológico. A *Gazeta de Joinville* de 1909 entra nesse tema em artigo de 15 de maio:

Tiranos do direito, da justiça e da razão, desenvolveram os exploradores o tráfico na pátria onde mais tarde devia ser o berço de um Tiradentes, um Pedro II, um Visconde do Rio Branco, um José do Patrocínio e outros, que soldados da liberdade, não se conformavam com o regime escravocrata dominante, e dando combate franco e decisivo aos retardatários egoístas, romperam as hostes inimigas declarando-se a vitória a 13 de Maio de 1888. Estava, pois, extinta a feia mancha que enodoava as terras cabralianas, onde um ano após, devia surgir o outro acontecimento não menos importante. a proclamação da República, derrubando o cetro, de pretensão direito divino, para ser substituído pelo direito legítimo do povo pelo povo.¹⁶⁰

Dessa forma, a liberdade estava destinada a suceder a escravidão assim como a república estava destinada a suceder a monarquia, e nessa sequência de fatos mesmo o nome de Dom Pedro II merece destaque ao lado de Rio Branco e Patrocínio. Além disso, o autor elabora uma peculiar discussão a respeito da incompatibilidade entre a escravidão e o caráter nacional, despejando sobre os ombros da colonização portuguesa a culpa pela escravidão.

Pode-se ligar esse artigo de 1909 com outro publicado no interior do estado, mais de quinze anos mais tarde. A *Gazeta Brusquense* de 1926 apresenta na semana anterior ao dia 13 daquele ano um texto bastante extenso, assinado pelas iniciais H.B., no qual faz-se uma interpretação parecida: a escravidão foi um regime de trabalho anormal porque veio acoplada a um regime político impróprio às plagas americanas:

O novo mundo, o extenso continente americano, surgiu para a velha civilização como ninho das liberdades cívicas. O instinto da liberdade levou os povos americanos a quebrar de vez as grillhetas que os ligavam à velha

¹⁵⁸ 13 DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1900. Ano XI, Nº 145. p.1.

¹⁵⁹ 13 DE MAIO. **Blondinista**. Laguna, 13 de mai. de 1901. Ano II, Nº 13.

¹⁶⁰ 13 DE MAIO. **Gazeta de Joinville**. Joinville, 15 de mai. de 1909. Ano V, Nº 213. p. 1.

Europa. As guerras e as revoluções de independência, passavam semeando o solo americano com os cadáveres dos mártires da liberdade. Não havia temor, não havia indisciplina entre as hostes voluntariosas e heroicas dos defensores da emancipação. Os suplícios e as execuções, ao invés de implantar o receio e a desfé, criava, dia a dia, novos elementos de revolta ávidos de liberdade, nas novas pátrias cheias de vida e de progresso. [...]¹⁶¹

Nesta passagem, vê-se que o autor deliberadamente utiliza um conceito amplo de liberdade, no caso, a liberdade em relação ao dominador estrangeiro. Por este motivo, sente-se à vontade em declarar:

Não havia mais escravos no continente americano! Povos autônomos, iniciavam a sua vida política dentro das normas republicanas que, evidentemente, seriam a única garantia, o único sustentáculo da liberdade conquistada, contra o influxo das más ideias e falsos princípios da política europeia de então. Apenas o Brasil não trilhou na mesma senda dos demais povos americanos, o 7 de Setembro de 1822 deu-lhe a independência com o regime imperial. Enveredamos por um caminho diverso, dispersamo-nos do bando de republicanos natos, esquivamo-nos do regime liberal, para vivermos sob o governo dos gabinetes. Daí a implantação da escravidão de uma raça num país livre, porém, não republicano.¹⁶²

Nota-se, portanto, que através de uma argumentação simplificadora, o autor consegue fazer uma conexão direta entre a herança política deixada por Portugal e a sobrevivência da escravidão. Mas vai mais longe: as lutas consideradas como anti-imperialistas, que pipocaram em diversos momentos da história nacional, eram todas precursoras de outra, mais importante:

O ideal da liberdade não havia morrido porém, como advento do regime imperial e da escravidão. Não, o generoso sangue derramado em 1649 em Guararapes, em 1708 pelos Emboabas, em 1711 na guerra dos Mascates, em 1790 por Tiradentes, em 1867 pelos heróis de Laguna, fremia novamente nas manifestações de liberdade, pela palavra, pelos gestos e pelos atos dos abnegados abolicionistas. [...]¹⁶³

O Brasil, no entendimento deste e de muitos outros autores, desejava intensamente o fim da escravidão, mas o ímpeto que visava liquidar com a instituição encontrava barreira nos entranhados interesses de uma classe de inimigos da liberdade: "retardatários egoístas", como já havia mencionado a *Gazeta de Joinville* em 1909.

Essa interpretação talvez seja um resquício dos anos finais do movimento abolicionista no Brasil, quando classe política que ainda sustentava o regime escravista, embora ainda poderosa, já estavam bastante reduzida em número de simpatizantes. E por ter

¹⁶¹ 13 DE MAIO. **Gazeta Brusquense**. Brusque, 8 de mai. de 1926. Ano XV, Nº 18. p. 1. As iniciais H.B. podem se referir à Heitor Blum, historiador e político, além de membro do IHGSC e autor, em 1938, de um livro a respeito da abolição em Florianópolis, *A campanha abolicionista na antiga Desterro*.

¹⁶² 13 DE MAIO. **Gazeta Brusquense**. Brusque, 8 de mai. de 1926. Ano XV, Nº 18. p. 1

¹⁶³ 13 DE MAIO. **Gazeta Brusquense**. Brusque, 8 de mai. de 1926. Ano XV, Nº 18. p. 1.

sido um raro momento de comunhão entre as aspirações da sociedade e os interesses parlamentares, acabou por se cristalizar mais fortemente na memória daqueles que o presenciaram e mais tarde elaboraram narrativas a seu respeito.¹⁶⁴

A linguagem utilizada para descrever a escravidão também torna-se cada vez mais rebuscada, embora alguns termos permaneçam praticamente inalterados, tais como "mancha indelével", "mancha bem negra", "feia mancha", "mancha ignóbil". A combinação em curto espaço de tempo de mudança do regime social, regime de trabalho e regime político parece ter marcado profundamente na memória daqueles que presenciaram e apoiaram ambos os fatos a ideia de que o Brasil viveu um momento único, de quase refundação: "extinta do solo brasileiro a nódoa máxima do escravismo [...], o Brasil novo, o Brasil regenerado, entrava para o comício internacional da civilização [...]", proclama o *Republica* em 13 de maio de 1900.¹⁶⁵ O país havia sido guiado "às alturas elevadas onde, sobranceiras, pairavam as águias da civilização e da liberdade".¹⁶⁶

A fim de evidenciar a importância dessa ascensão às camadas civilizatórias mais elevadas, quase todos os editoriais se esforçam em maior ou menor medida em pintar o tratamento dispensado ao escravizados com o tom mais sombrio possível. Sobre "o grupo de habitantes de nossa querida pátria antes de promulgar-se a áurea lei", afirma o já mencionado *O Blondinista* de Laguna que

Eram seres humanos aos quais a torpe cobiça de seus semelhantes, por um desgraçado acaso, reduzia à ínfima mercadoria animada exposta à venda na feira da tirania!

Eram seres humanos aos quais era vedado outros sentimento que não a dor do açoite! Eram os escravos...!

Seus tenros filinhos tinham por carícias paternas, lágrimas de sangue empalhadas de gemidos!¹⁶⁷

E o regime de trabalho que instituíra tamanha crueldade havia de ser extirpado para que se estancassem as suas perniciosas consequências – novamente, tanto para os escravos quanto para seus senhores brancos. O jornal *O Dia* de 1903 assim exemplifica quando fala a respeito da escravidão como

Instituição secular, que vinha corrompendo o lar, pelo exemplo nefando das senzalas – livro infecto em que a infância ia beber, desde os seus primeiros balbuciantes, os mais deploráveis instintos de ociosidade e subserviência, hipocrisia e ferocidade, – a escravidão tinha de ser forçosamente extirpada, a menos que não quiséssemos abdicar de nossa individualidade nacional.¹⁶⁸

¹⁶⁴ ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina*. São Paulo: EdUFSCar, 2007. pp. 112-115.

¹⁶⁵ 13 DE MAIO. *Republica*. Florianópolis, 13 de mai. de 1900. Ano XI, Nº 145. p.1.

¹⁶⁶ MELLO, Oswaldo. *A data*. O Estado: Florianópolis, 13 de Maio de 1917. Ano III, Nº 604. p. 2.

¹⁶⁷ 13 DE MAIO. *Blondinista*. Laguna, 13 de mai. de 1901. Ano II, Nº 13. p. 1.

¹⁶⁸ O DIA. *O Dia*. Florianópolis, 13 de mai. de 1903. Ano III, Nº 705. p. 1.

As concepções raciais da época vêm acopladas de maneira inevitável a essa visão a respeito da sociedade escravista. Mesmo em um texto como do jornal *Republica* de 1927, que tem como objetivo decantar o 13 de Maio pela perspectiva da raça negra, os juízos raciais do começo do século vêm a tona trazendo expressões costumeiras

Negro! [...]

[...] Negro d'alma branca, negro que sobrepuja muita pele clara a esconder peçonhas, negro franco e decisivo na atitude e na sinceridade dos gestos, sinto que a tua dinâmica, integrada nos destinos pátrios, é a demonstração viva e modelar da nobreza dos teus sentimentos, sob o impulso atávico que te curva ao trabalho humilde e magnífico.¹⁶⁹

Nessa percepção, nota-se que as noções de atavismo importadas da Europa e defendidas por Nina Rodrigues e seguidores desde o final do século XIX ainda cumpriam função importante no pensamento brasileiro, se bem que recicladas para comportar algo de novo: nem todas as características primitivas expressadas pelos povos de origem africana eram necessariamente ruins, pois o impulso ao trabalho "humilde e magnífico" – certamente indispensável para o progresso nacional – também era uma delas.

Ainda cabe mencionar a força e a frequência com que uma palavra em especial ocorre nos editoriais nessas primeiras décadas. Fortemente arraigado no imaginário republicano, a palavra liberal e suas variantes surgem corriqueiramente todas as vezes em que se procura definir os rumos que o Brasil tomou a partir dos estremecimentos duplos de 13 de Maio e 15 de Novembro. O *Commercio de Joinville* de 1909 fala da contribuição do "espírito liberal e magnânimo da Princesa Isabel".¹⁷⁰ No ano seguinte, sua conterrânea *Gazeta de Joinville* argumenta que o fim da escravidão restaurou a unidade à essa "coorte liberal que se chama povo Brasileiro".¹⁷¹ A primeira das grandes "conquistas liberais", menciona o *Republica* de 1919.¹⁷²

O liberalismo apresenta-se como a essência que guiou os esforços em prol da destruição do regime escravista. É como se a abolição tanto quanto a proclamação da República houvesse inaugurado uma era em que os princípios liberais finalmente começariam a ser postos em prática num país que tanto se ressentia de instituições decrépitas. As palavras a respeito da cruzada abolicionista n'*O Estado* de 1923 certamente dão um passo além: lê-se que às vésperas da abolição, o escravo negro teve contribuição imensa para a derrocada

¹⁶⁹ O NOSSO BILHETE. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1927. Ano I, Nº 85. p. 2.

¹⁷⁰ 13 DE MAIO. **Commercio de Joinville**. Joinville, 15 de mai. de 1909. Ano V, Nº 120. p. 2.

¹⁷¹ 13 DE MAIO. **Gazeta de Joinville**. Joinville, 14 de mai. de 1910. Ano VI, Nº 265. p. 1.

¹⁷² A REDENÇÃO de uma raça. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1919. Ano XIV, Nº 181. p. 1.

daquela, pois "já compreendia que era útil e necessário, e quem quer que tenha confiança dessa força não se pode mais submeter à condição de besta de carga, explorado sem o estímulo moralizador e legítimo do lucro".¹⁷³

Por último, é pertinente mencionar exatamente que tipo de memória a respeito da abolição as narrativas observadas pretendiam passar. Aí reside o dilema enfrentado quer por historiadores rigorosos como João Ribeiro, quer por ufanistas apaixonados como Afonso Celso e também pelos autores da imprensa de Santa Catarina: o que há para comemorar a respeito de um fato histórico que remete a identidade nacional à uma ideia de atraso civilizatório e de aviltamento das relações sociais?

A resposta imediata consiste da celebração da data em si, daqueles que são considerados seus protagonistas, do rumo sereno da campanha abolicionista, da alegria do povo, da gratidão dos escravos e das possibilidades de futuro que o 13 de Maio apresentou ao Brasil. Mas há também uma celebração velada e mais sutil. Pela sua força de ter feito desmoronar uma estrutura econômica e social tão profundamente entranhada no caráter nacional, a abolição parecia ter uma capacidade sobrenatural de apagar o próprio passado.

Sobejam exemplos. O período anterior ao 13 de maio envergonhava o Brasil como nação, "tanto que incineramos todos os papéis concernentes à escravidão, com receito da crítica da posteridade".¹⁷⁴ É um passado que deve ser esquecido:

Não devemos lançar os olhos para as trevas dos anos da escravatura. Devemos antes, passar uma esponja sobre este quadro tão mal esboçado de tintas tão negras. E demais a marcha evolutiva do progresso, a sociabilidade humana não permite que se relembre um comércio tão indigno – o humano.¹⁷⁵

Tempo de infâmia, herança com a qual o Brasil teria que conviver não fosse a força simbólica da Lei Áurea. Uma "conquista brilhante de civilização, que repudiou com desapego nobilíssimo e admirável desassombro a herança do passado".¹⁷⁶ Pelas mãos de uma Princesa *redentora*, que "apagou de uma vez para sempre a mancha ignóbil que tanto atrasou a marcha da nossa civilização".¹⁷⁷

Exemplo mais agudo desta percepção é dado pelo jornal O Dia em 1918:

Maio dá-nos amanhã mais um dia alegre e confortante.

¹⁷³ D'ELLY, Ferrás. **Cruzada abolicionista**. Republica: Florianópolis, 14 de mai. de 1923. Ano VIII, Nº 2665. p.2

¹⁷⁴ 13 DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1900. Ano XI, Nº 145. p.1.

¹⁷⁵ 13 DE MAIO. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1902. Ano V, Nº 1191. p. 1.

¹⁷⁶ 13 DE MAIO. **A Comarca**. Palhoça, 14 de mai. de 1916. Ano I, Nº 25. p. 1.

¹⁷⁷ 13 DE MAIO. **A Comarca**. Palhoça, 14 de mai. de 1916. Ano I, Nº 25. p. 2.

Batido e disperso pelo nobre e piedoso gesto de oitenta e oito, esvai-se além, na penumbra do passado, o pesadelo tétrico da escravidão.

E a recordação pungente da escravatura no Brasil esfuma-se e apaga-se pouco a pouco, lavada pela ideia de confraternização nacional, cujos frutos serão o fortalecimento da nossa federação, amparada e defendida por todos os seus filhos, sem distinção de raça nem de cores.¹⁷⁸

Nessas palavras, mais do que em quaisquer outras, é possível perceber o que certamente pode ser entendido como uma política de memória. Pois o gesto de 13 de Maio de 1888 foi um gesto redentor: teve a capacidade limpar a mancha-pesadelo-vergonha representada pelos séculos de existência da escravidão e de seus horrores. Daí sua frequente associação com a mudança de regime, um gesto que se pretendia refundador mas que não teve o mesmo impacto e jamais despertou os mesmos sentimentos que a abolição no imaginário popular.

Na imprensa de Santa Catarina, o tom das opiniões a respeito da abolição remete à uma valorização da abolição como festa em si. Esta deveria ser celebrada não pelo que representa – o fim de um regime de trabalho que ainda trazia conseqüências funestas à sociedade brasileira – mas sim pelo que podia representar: a possibilidade de expurgar esse passado, de jogá-lo no esquecimento para o bem do progresso nacional.

2.4.3 Uma abolição catarinense

A partir do início do século XX, a imprensa catarinense também começa a tocar – ainda que de forma esporádica e pouco detida – em aspectos relativos à escravidão e à campanha abolicionista de Santa Catarina. Fortemente centradas na capital do estado/província, as narrativas que se detêm especificamente na dimensão local do abolicionismo são poucas: apenas quatro artigos publicados em jornais da capital entre os anos de 1918 e 1921, sendo que dois deles constam na já mencionada edição comemorativa do jornal *O Estado*, de 13 de Maio de 1920.

O primeiro destes artigos é de autoria destacada: na edição de 14 de Maio de 1918 d'*O Dia*, um longo texto sobre o 13 de Maio ocupa o centro da página, assinado por Ildefonso Juvenal – então 3º Sargento da Força Pública. Nascido na capital do estado em 1894, Ildefonso foi um figura de destaque na sociedade negra de Florianópolis, publicando obras literárias, fundando associações e participando da vida cultural da cidade. À época em que

¹⁷⁸ 13 DE MAIO. *O Dia*. Florianópolis, 12 de mai. de 1918. Ano XVIII, Nº 8884. p. 1.

escreveu o artigo n'*O Dia*, Juvenal já tinha em sua bagagem a experiência da fundação de uma Associação dos Homens de Cor e da publicação de uma folha literária em 1915. Era sargento da Força Pública, encarregado da alfabetização dos praças da corporação. Mais tarde, ingressaria no Instituto Politécnico do estado, formando-se em farmácia. Continuará galgando os difíceis degraus que as barreiras de cor impunham aos cidadãos de origem africana no pós-Abolição, fundado jornais e associações, publicando livros em prosa e poesia, até conquistar, em 1938, o posto de sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – o primeiro negro a ser admitido na instituição.¹⁷⁹

Ildefonso abre seu texto demarcando o papel do colonizar português no estabelecimento do regime escravista no Brasil. Através de seus contatos históricos com a costa da África, os navegadores lusos observaram a melhor adaptação dos africanos ao "clima Europeu", introduzindo naquele continente e depois no Brasil "o vil mercantilismo da raça negra", que "assumiu mais tarde proporções assombrosas":

Levas de navios aportavam incessantemente às costas da África e de lá traziam em seus infectados porões, uns sobre os outros, empilhados como fardos, milhares e milhares de escravos, a fim de vendê-los nos portos europeus.

Esse comércio deprimente teve os maiores aplausos até dos filantropos, que só nos fins do século XVIII, nele reconheceram a prática de um ato desumano.¹⁸⁰

O fato de possuir um grande interesse nos campos da história e literatura certamente contribuíram para que a avaliação histórica da escravidão feita por Ildefonso Juvenal tenha sido uma das mais ricas dessas três primeiras décadas do século XX. O autor enuncia protagonistas do movimento abolicionista atlântico que raramente foram lembrados por outros autores da época, tais como William Wilberforce, Wendell Phillips, Harriett Beecher Stowe e Marquês de Sá da Bandeira.¹⁸¹ Ao analisar o caminho específico percorrido pelo Brasil até a data da abolição, Ildefonso é mais crítico que seus pares: ao tratar da lei de 1831, por exemplo, menciona que o governo que "não teve a precisa energia para sustentá-la", dobrando-se perante a força dos "gananciosos traficantes de escravos".

¹⁷⁹ GARCIA, Fábio. **Negras pretensões**: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX. São José: Editora Ilha Mágica, 2007.

¹⁸⁰ JUVENAL, Ildefonso. **XIII de Maio**. *O Dia*: Florianópolis, 14 de mai. de 1918. Ano XVIII, Nº 8885. p. 2.

¹⁸¹ Respectivamente: político reformista inglês (Wilberforce), orador e advogado norte-americano (Phillips) e autora de *A cabana do pai Tomás* (Stowe). Bernardo Sá Nogueira de Figueiredo – Barão, Visconde e Marquês de Sá da Bandeira – exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros de Portugal em cinco ocasiões. Em seu primeiro mandato (1836) foi aprovada a proibição do tráfico abaixo da linha equatorial, e no último (1869), a abolição da escravidão em todos os territórios do império português. Cf. MARQUES, João Pedro. Uma cosmética demorada: as Cortes perante o problema da escravidão (1836-1875). **Análise Social**, vol. XXVI (158-159), 2001. pp. 209-247. O fato de mencionar um personagem tão pouco lembrado comprova que o conhecimento histórico de Juvenal estava bem acima de seus pares da época.

Mas o autor ainda cai presa dos mesmos estereótipos da abolição altruística, que "passou uma esponja sobre a mancha negra que nos desonrava perante os sentimentos de humanidade cristã", conforme citação que atribui ao conterrâneo Horácio Nunes Pires.¹⁸² Seus protagonistas também são os mesmos: Luiz Gama, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Patrocínio e D. Pedro II – que "incognitamente ajudava a propaganda libertadora".

Os últimos parágrafos de seu texto – mais breves e menos detidos – tratam não da história da abolição em Santa Catarina em si, e sim daqueles que são julgados seus personagens mais destacados:

Em nosso Estado, a raça negra desumanamente martirizada encontrou uma plêiade de paladinos, de magnânimos corações, que, não só ajudando-a moral e pecuniariamente, contribuíram para minorar o seu sofrimento, como batalharam dessasombrosamente em prol de extinção da escravatura.

Entre estes podemos destacar Germano Wendhausen, que foi o chefe supremo do abolicionismo, Manoel Bittencourt, Henrique de Paiva, Francisco Margarida, Augusto Lopes, Elyseu Guilherme e Horácio Nunes, o modesto escritor patriótico, cujos artigos de propaganda enriqueceram por longos anos os jornais.

A raça negra ontem tão martirizada, tem destacado hoje para as grandes camadas sociais, homens de elevada envergadura moral, espíritos lúcidos, que tem sabido elevar nobremente a Pátria.

Santa Catarina, por exemplo, orgulha-se de ter sido o berço de um desses filhos ilustres pelas virtudes e pelo talento.

Referimo-nos a João da CRUZ E SOUSA, o Camões da raça negra, em redor de cujo nome forma-se hoje uma auréola de luz refulgente e que perdurará inapagável séculos sem fim.¹⁸³

O exemplo de um negro que numa sociedade que tão pouco valor dava à sua herança africana conseguiu ascender ao panteão dos grandes poetas do Brasil não podia deixar de ser mencionado por Ildefonso, ele próprio um negro lutando àquela época para que sua obra literária fosse reconhecida. Mas é necessário atentar para a relação da imprensa catarinense com seu mais conhecido poeta: em vida, e durante o período em que já se observava o feriado de 13 de Maio, entre 1889 e 1898, o nome de Cruz e Sousa jamais foi mencionado como personagem do abolicionismo em Santa Catarina, muito embora a sua relação com o movimento tenha sido de extrema proximidade.¹⁸⁴

O motivo talvez se explique pelos seus posicionamentos durante o período em que comandou o jornal pró-abolição *O Moleque* em 1885, quando, em artigos de sua autoria, não

¹⁸² JUVENAL, Ildefonso. **XIII de Maio**. Florianópolis: O Dia, 14 de mai. de 1918. Ano XVIII, Nº 8885. p. 2. Horácio Nunes Pires (1855-1919) foi poeta, jornalista e funcionário público, mais conhecido por ter escrito a letra do hino do estado de Santa Catarina.

¹⁸³ JUVENAL, Ildefonso. **XIII de Maio**. Florianópolis: O Dia, 14 de mai. de 1918. Ano XVIII, Nº 8885. p. 2.

¹⁸⁴ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. Cruz e Sousa: de Desterro para o panteão da poesia simbolista. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmerman (org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. pp. 225-245.

somente demonstrava preocupação com a efetiva integração dos libertos à sociedade brasileira como também criticava os clubes abolicionistas de efêmera duração que surgiam em Desterro, muitas vezes somente com interesses políticos.¹⁸⁵

Mais mencionado seria Germano Wendhausen, amigo e correspondente de Cruz e Sousa e seu contemporâneo.¹⁸⁶ Pela frequência com que seu nome aparece, tanto na imprensa do início do século quanto em publicações subsequentes sobre a história de Santa Catarina, é preciso concordar com o julgamento de Ildefonso Juvenal, de ter sido ele o chefe supremo do abolicionismo catarinense. Dois anos após ser inscrito nesse pequeno panteão elaborado por Juvenal, o nome de Wendhausen reaparece no jornal *Republica* de 1920 ao lado de Raulino Horn, Esteves Junior e Ricardo Barbosa.¹⁸⁷

O percurso trilhado por Wendhausen até chegar ao posto de figura mais destacada da campanha abolicionista em Desterro é facilmente discernível pela leitura da imprensa da época e de algumas obras tradicionais da historiografia catarinense.¹⁸⁸ Filho de um comerciante de origem alemã, Wendhausen certamente dedicou parte de sua vida à importante firma de comércio herdada por ele e pelos irmãos do pai, o imigrante alemão Heinrich Wendhausen. Ingressou na política em 1888, como deputado da Assembleia Legislativa Provincial, e após a proclamação da República aliou-se aos federalistas derrotados em 1894, fato que se não contribuiu para sepultar sua vida pública – pois ainda assumiria o cargo de vice-prefeito de Florianópolis em cinco oportunidades entre 1903 e 1906 – certamente diminuiu suas chances de alcançar voos mais altos no cenário político estadual.

Na edição de aniversário d'*O Estado* de 1920, o nome de Wendhausen figura de maneira proeminente na publicação de um excerto das *Notas para a história catarinense* de Lucas Boiteux, que menciona aquilo que seria a gênese do abolicionismo em Santa Catarina

“Um grupo de catarinenses abnegados, composto do Dr. José Henrique de Paiva, Carlos Guilherme Schmidt, Germano e André Wendhausen, Manoel de Bittencourt, João da Cruz e Souza, Elyseu Guilherme da Silva, Francisco Margarida, Augusto Lopes, José Segui Junior e outros, condoídos da sorte misérrima dos escravos, procurou, por meio de uma propaganda criteriosa, sistemática, constante, fazer desaparecer de nossa terra a mancha deprimente da escravidão.

Em 28 de Setembro de 1884 aparecia na capital ‘O Abolicionista’, em defesa dos míseros cativos.

¹⁸⁵ ESPÍNDOLA. In: MAMIGONIAN; VIDAL (org.), 2013. pp. 235-238.

¹⁸⁶ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa**: modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado) PUC/SP, 2006. p. 55.

¹⁸⁷ 13 DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1920. Ano XV, Nº 478. p. 2.

¹⁸⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**: memória II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972. p. 144.

Diversas sociedades recreativas entre as quais destacadas a sociedade carnavalesca ‘Diabo a Quatro’ deram franco apoio àqueles batalhadores da nobre cruzada.

Desse modo conseguiram a 24 de março de 88 extinguir tão feia nódoa, libertando os últimos escravos de Santa Catarina.

Que os nomes de tão prestantes cidadãos perdurem constantemente no coração e na memória de seus patricios, como um exemplo de abnegação e puro patriotismo!”¹⁸⁹

Em resenhas históricas de tom similar, publicadas no final da década de 1930, confirma-se que Wendhausen foi membro destacado da Diabo à Quatro, seu nome constando como diretor quando da sua fundação em 1887.¹⁹⁰ A estratégia de funcionamento da associação era comum no último decênio da escravidão: utilizar a popularidade de sociedades, bandas, clubes e agremiações para, através da promoção de eventos festivos, angariar recursos para comprar algumas centenas de alforrias que, de acordo com um levantamento publicado pelo *Jornal do Commercio* naquele mesmo ano, serviriam para libertar os últimos escravos que ainda aviltavam as sensibilidades da população desterrense.¹⁹¹

Embora campanhas em prol da alforria de escravos já houvessem sido organizadas na capital da província ao menos desde 1883, a memória da abolição catarinense reproduzida nas décadas posteriores pela imprensa acabou por focar quase somente atuação da Sociedade Diabo à Quatro, pelo motivo óbvio de que ao contrário de outros clubes e sociedades fundados na década de 1880, ela acabou por cumprir o seu objetivo. Relata o mesmo jornal *O Estado* de Maio de 1920

Um dos centro prediletos de tão abnegados patriotas era a benemérita Sociedade Carnavalesca Diabo a Quatro, onde então se reuniu o mais pujante, o mais impetuoso e o mais denodado núcleo de abolicionistas catarinense. [...]

[...] E um a um, a custo de sacrificios penosos, as mais das vezes, foram sendo gradualmente libertados todos os escravos existentes nesta capital e nas imediações, e até onde podia ir a ação benfazeja desse valoroso núcleo de homens, dignos, piedosos e patriotas.

Tão brilhantes, tão positivos e tão seguros foram os magníficos frutos da campanha abolicionista em nossa terra que já muito antes de 13 de maio a então Desterro, com que orgulho recordamos hoje, era publicamente declarada cidade livre, isto é, cidade em que não se praticava mais a ação aviltante de se conservar cativo o negro e em que todos, todos sem exceção, tinham igual aos bens magníficos da liberdade.¹⁹²

O "já muito antes" é enganoso, posto que o esforço final de Wendhausen e seus associados ficou concentrado nos três primeiros meses de 1888, quando o fim da escravidão já

¹⁸⁹ HISTORIA CATARINENSE. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1920. Ano VI, Nº 1507. p. 2.

¹⁹⁰ BLUM, Heitor. **A campanha abolicionista na antiga Desterro**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1939. p. 22

¹⁹¹ BLUM, 1939. pp. 22-23

¹⁹² OS ABOLICIONISTAS em nossa terra. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1920. Ano VI, Nº 1507. p. 8.

era fato consumado. A data de 26 de Março de 1888 – 47 dias antes da assinatura da Lei Áurea – tradicionalmente marca o fim da escravidão na ilha de Santa Catarina.¹⁹³ Um desenlace particularmente tardio para uma província que, de acordo com a historiografia tradicional de meados do século XX, jamais teve um contingente expressivo de mão de obra escrava.

A historiografia contemporânea vem se detendo com mais atenção sobre a atuação de Germano Wendhausen e outros próceres do abolicionismo catarinense. Sobre a própria Sociedade Diabo à Quatro, sabe-se que Cruz e Sousa foi seu colaborador ativo, fato omitido pelos escritores de inícios do século.¹⁹⁴ Ou ainda que nomes frequentemente associados ao jovem político como Manoel Bittencourt e Raulino Horn já vinham participando de investidas abolicionistas desde 1884, com a fundação do *Club Abolicionista de Desterro* e de um jornal em prol da causa.¹⁹⁵

Mais importante ainda é atentar para os motivos que levavam os jovens integrantes da elite desterrense a se envolverem com o abolicionismo. Sem dúvida, parte da motivação estava na possibilidade de colher frutos políticos com uma causa que contava com amplo apoio popular. No caso de Wendhausen a decisão foi certa, com sua eleição para a assembleia provincial no mesmo ano que a sociedade carnavalesca que ajudou a fundar atingiu a meta de liquidar com a escravidão na capital da província.

Pesquisas recentes, no entanto, vêm demonstrando a possibilidade de motivações mais profundas que se escondiam por trás das práticas altruístas desses correligionários. A leitura das páginas publicitárias dos jornais de Desterro/Florianópolis durante a década de 1890 demonstra que grande parte dos nomes citados nas listas de partidários da causa da liberdade eram comerciantes bem estabelecidos na sociedade da capital, caso por exemplo dos farmacêuticos Elyseu Guilherme e Raulino Horn ou do sapateiro Manoel Bittencourt.

O próprio Germano Wendhausen era, conforme já mencionado, integrante de uma família que já há algumas décadas movimentava a economia da capital através de uma grande casa de comércio. Assim como muitos de seus conterrâneos, é possível que enxergasse no abolicionismo uma oportunidade não somente de alcançar notoriedade, mas também lucro: em 1886, enquanto emprestava a quantia de 200 mil réis ao "crioulo Idalino" para que esse

¹⁹³ BLUM, 1939. p. 35.

¹⁹⁴ ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa**: modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado) PUC/SP, 2006.

¹⁹⁵ LIMA FILHO. Da escravidão à liberdade na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmerman (org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p. 216.

comprasse sua liberdade, assinava também com seu beneficiário um contrato de trabalho de quatro anos. Neste, em troca de auxílio dado através de roupas adequadas para o trabalho doméstico, alimentação e cuidados médicos, Idalino se comprometia a servir ao contratane e à sua família "com todo o respeito e carinho", tendo acordado com os termos "de muito sua livre e espontânea vontade".¹⁹⁶

Evidencia-se, portanto, que por baixo do verniz das exaltações que a memória construiu em torno daqueles que se supõe terem sido os protagonistas das campanhas pela liberdade encontravam-se outros tipos de interesses, ligados à perpetuação do sistema de relações sociais que a escravidão construiu ao longo dos séculos.

2.4.4 A lírica da Abolição

Em conclusão, deve-se mencionar, ainda que brevemente, que as edições da imprensa catarinense relativas à data da abolição não se constituíam somente de editoriais e esboços históricos, estando presente também poesias que cantavam as glórias da data em questão. No entanto, a publicação de versos nos jornais de Santa Catarina não era comum, sendo poucos os anos em que figuraram nas páginas dos jornais poemas a respeito da abolição.

Não obstante, um exame dos periódicos catarinenses entre 1900 e 1930 constata uma quantidade razoável de poesias, todas elas publicadas em jornais de Florianópolis, especialmente entre os anos de 1901 e 1922. A forte concentração de peças literárias nos jornais da capital certamente se explica pelo fato de a cidade abrigar as principais instituições de ensino do estado, que formavam e atraíam cidadãos com pendores artísticos, e oferecia um público que lhes prestasse reconhecimento.

Em relação ao conteúdo dessas obras, é possível se remeter ao trabalho realizado por Renata Figueiredo de Moraes, tratando de poesias publicadas e distribuídas na cidade do Rio de Janeiro nos dias que se seguiram à assinatura da Lei Áurea. Analisando um conjunto de 29 textos escritos por 24 autores, a autora pesa os significados que os versos do 13 de Maio tiveram para a memória da abolição, considerando os mesmos como "ferramentas para se

¹⁹⁶ AMARAL, Tamelusa Ceccato do. **As camélia de Desterro**: a campanha abolicionista e a política de alforriar cativos (1870-1888). Itajaí: Casa Aberta, 2008. p. 50.

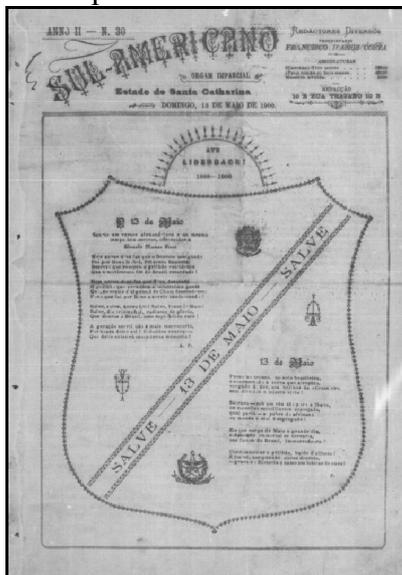
entender as leituras do passado", capazes de fornecer "elementos para a formulação de uma cultura histórica, que mais tarde seria reforçada pela historiografia da abolição".¹⁹⁷

O mesmo se pode dizer a respeito das poesias publicadas em Florianópolis, pois além de incorporar muitos dos temas identificados pela autora, também serviam para que continuasse sendo elaborada um determinado tipo de memória histórica concernente ao abolicionismo brasileiro.

Entre os temas destacados pela autora se distinguem alguns conceitos recorrentes nas análises dos esboços históricos e editoriais realizadas anteriormente: o louvor às figuras da realeza brasileira, a ideia da abolição como momento de superação do passado de trevas do Brasil e a imensa capacidade transformadora da Lei Áurea, redimindo toda a nacionalidade.

À guisa de exemplo, o jornal *Sul-Americano* dedicou bastante espaço em suas edições dos anos de 1900 e 1901 a autores locais que cantaram em versos dos mais variados tamanhos e estilos a data da abolição.¹⁹⁸ A própria capa da edição de 1900 era especialmente ornamentada: um escudo polaco encimado pelo sol da liberdade, com os dizeres "SALVE – 13 DE MAIO – SALVE" contidos em uma faixa que separa duas poesias.

Figura 4: Capa do Sul-Americano de 1900.



Fonte: Sul-Americano, 13 de mai. de 1900.

¹⁹⁷ MORAES, Renata Figueiredo. A abolição da escravidão: história, memória e usos do passado na construção de símbolos e heróis no maio de 1888. In: SOIHET, Rachel et al. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 85-89.

¹⁹⁸ O uso de iniciais era recorrente na identificação da autoria dos versos. Nos demais casos, eram assinados por poetas locais, que tiveram pouca repercussão fora do estado de Santa Catarina, tais como Geraldino Azevedo, Delminda Silveira e Trajano Margarida.

Nessa edição, um inusitado poema fazia uma ponte entre a Lei do Ventre Livre e a Lei Áurea. Os quartetos são tão despojados em comparação com o estilo de outras composições da mesma época que parecem ter sido criados tendo em vista alguma função pedagógica:

O vint’oito de Setembro
Não deve ser olvidado
No dia em que memoramos
O grilhão despedaçado

Muitas vezes, no horizonte,
‘Stando o astro-rei presente,
Vê-se o planeta azulado
Que desperta amor ardente.

O vint’oito de Setembro,
Hoje, também, aparece
Quem se recorda do Treze,
Do vint’oito não se esquece.¹⁹⁹

O mesmo autor do *Vint’oito*, assinando os versos com as iniciais "A.P.", publica na edição do ano seguinte do mesmo jornal um soneto em que os temas da mancha que se apaga e do começo do progresso do Brasil são mais nítidos:

Treze de Maio! data gloriosa,
Em que, extirpando os infernais horrores,
O Decreto assinado entre mil flores
Foi pela destra d’Isabel piedosa!

Desaparece a mancha indecorosa!
Mais escravos não há, não há senhores!
Fogem os sustos, fogem os pavores,
A opressa multidão é jubilosa!

Livre d’entraves, rápida caminha
Na senda do Progresso a Pátria minha,
Banhando a fonte em radiante luz!

À sombra da Bandeira reformada,
Em cujo centro se vê desenhada
D’astros brilhantes a formosa cruz!²⁰⁰

A forma lírica também não poderia deixar de ser aproveitada para construção de imagens impactantes sobre o tempo do cativo, outro motivo identificado nos versos de 13

¹⁹⁹ A.P. **O vint’oito de setembro**. Florianópolis: Sul-Americano, 13 de mai. de 1900. Ano II, N° 30. p. 2.

²⁰⁰ A.P. **13 de Maio**. Florianópolis: Sul-Americano, 13 de mai. de 1901. Ano III, N° 82. p. 1.

de Maio de 1888.²⁰¹ O jornal *O Dia* de 1903 traz um poema narrativo assinado por Edmond Sylvestre, descrevendo as agonias da escravidão:

Sol pleno.
Estalos de chicote, gargalhares de escárnio, gemidos lancinantes.
Gotas de sangue saltam para o ar, pesada, quentes, e se estrelam rubras na areia solta que as suga a vida.
Retalhos de carne palpitante caem para os lados, abrindo em lábios convulsos que pedem misericórdia; em bocas horríveis que clamam vingança.
E o negro toma a estertorar – posta de carne retalhada, pelo chicote do feitor.
É-lhe derradeiro leito a terra que lavrou; mortalha- o céu azul.
Conta-lhe o sabiá a última oração e o Sol beija-lhe a fronte com um raio de ouro. E, como homenagem, a praga do Senhor.²⁰²

A figura da mulher/mãe também era explorada com o intuito de despertar a sensibilidade do leitor para as condições de vida durante o cativeiro, com palavras lúgubres a respeito do tratamento ainda mais desumano praticado contra o sexo feminino. Disso dão conta os versos de Catão Callado, publicados n'*O Olho* de 1916:

[...] Escrava! chorosa, talvez a luxúria
comprou-te do rico nos prantos sem fé;
insano, não via, na frente do leito,
severo, sombrio, teu anjo de pé! [...] ²⁰³

Nesse, assim como em todos outros poemas, os escravos são agentes passivos, primeiro da violência senhorial e depois do ato libertador. Livres, têm quase o dever de encarar o 13 de Maio como uma dádiva à qual devem sempre ser gratos. E frente à tamanha benesse, que a todos iguala, e impulsiona o Brasil na direção do progresso, é forçoso que o passado de iniquidades da escravidão seja inevitavelmente esquecido. É nesses termos que trata o poeta João Crespo em soneto de 1917:

Quebraram-se os grilhões, partiram-se as correias...
Ensaia gestos, livre há só um Deus-Senhor!
Filho da mesma Pátria entre a vibrar, no ardor
Que o sangue de outra raça ascende-lhe nas veias...

Livre! Nasce-lhe n'alma, isenta já das peias
Morais do cativeiro, a grande sonho-amor!
E como a encorajá-lo alcança-o, promissor,
O aplauso triunfal das multidões alheias.

- Vão-se esfumando ao longe as linhas da senzala...
- Quanta mágoa lá fica, entre soluços, quanta
Gota de pranto amargo o cardo em flor regala!

²⁰¹ MORAES. In: SOIHET, et al., 2009. p. 94.

²⁰² SILVESTRE, Edmond. **Ressurectio**. Florianópolis: O Dia, 13 de mai. de 1903. Ano III, Nº 705. p. 2.

²⁰³ CALLADO, Catão. **A escrava**. Florianópolis: O Olho, 13 de mai. de 1916. Ano I, Nº 6. p. 6

Versos que o autor encerra com um peculiar vaticínio no qual, talvez sem querer, joga alguma luz sobre a real condição dos libertos na sociedade pós-abolição:

Treze de Maio. Escravo, os membros teus descansa...
Contempla, sem tristeza, a aurora sacrossanta,
E segue pelo mundo escravizado à Esperança!²⁰⁴

²⁰⁴ CRESPO, João. **Treze de Maio**. Florianópolis: O Estado, 13 de mai. de 1917. Ano III, Nº 604. p. 1

Capítulo 3: As comemorações do 13 de Maio na Primeira República (1888-1930)

Em grande parte dos anos em que se julgava necessário pela imprensa de Santa Catarina relembrar a data da abolição, os diversos editoriais, resenhas, poesias, imagens e esboços históricos eram acompanhados de relatos a respeito de festas, encontros, bailes, discursos, desfiles, apresentações teatrais e outras comemorações cívicas que visavam marcar a data para além do ambiente restrito das páginas dos jornais.

Assim como o interesse pela data da abolição oscilou ao longo das décadas da Primeira República, quando anos de intensas alusões e debates a respeito da data eram intercalados por outros em que o dia 13 de Maio praticamente não foi lembrado, o ato de se comemorar através de algum evento o dia dedicado à fraternidade dos brasileiros também foi infrequente: ao se focar somente as comemorações na capital do estado, é possível observar um acentuado interesse em relembrar a data durante a década de 1890, quando muitas comemorações são registradas ainda que às vezes com poucas descrições. Segue-se o período compreendido entre 1900 e 1915 quando, com raras exceções, se registra um declínio na alusão à comemorações cívicas. Finalmente, entre 1915 e 1930, observa-se o contrário, com diversas festividades e cerimônias de diferentes tamanhos e propósitos espocando nas páginas da imprensa.

Mesmo tratando-se de um recorte temporal de vulto, é possível atestar um padrão nessas comemorações que é análogo aos próprios faustos relativos ao dia da abolição celebrados depois da assinatura da Lei Áurea. A semana de festas que se seguiu à aprovação da lei no Rio de Janeiro em 1888 dá prova da multiplicidade das formas de festejar a ocasião. tais como missas, espetáculos teatrais, bailes populares e préstito de alunos dos colégios da cidade.²⁰⁵ Entre 1890 e 1930, principalmente na capital de Santa Catarina, as comemorações seguiam esse mesmo aspecto: eram festividades cívicas que congregavam a população em espaços públicos da cidade durante o dia, seguidas por cerimônias solenes, préstitos ou retretas convocadas por instituições públicas ou associações e terminando com bailes ou sessões artísticas em determinados clubes da cidades durante a noite.

Mas isso de forma alguma significa uma estagnação das formas de se comemorar o 13 de Maio. Ao contrário, observa-se considerável variação tanto no tocante aos espaços escolhidos para a realização das festividades quanto às entidades das quais partia a própria iniciativa de realizá-las. Dessa forma, se no primeiro 13 de Maio é possível identificar a

²⁰⁵ MORAES; In: SOIHET, et al., 2009. p. 83.

organização de uma grande festa cívica com o objetivo de alavancar apoio à monarquia, nos anos seguintes serão festas organizadas pelas entidades que, supunha-se, detinham a primazia sobre a memória da abolição em Santa Catarina, notadamente a Sociedade Carnavalesca Diabo à Quatro e seu patrono, o comerciante Germano Wendhausen. Já no início do século XX, serão outras associações ou mesmo entidades públicas que irão encampar os festejos do feriado de 13 de Maio.

A historiografia estrangeira já vem se debruçando sobre as iniciativas de comemorar os "dias da liberdade" no mundo atlântico, demonstrando que a partir dos marcos de 1807 e 1834, uma rica tradição de comemorações se estabeleceu na América do Norte: apropriadas e resignificadas tanto por comunidades de negros livres do nordeste dos Estados Unidos e do Canadá quanto pelas sociedades abolicionistas que vicejaram naquela parte do mundo a partir da década de 1820, as datas da proibição do tráfico de africanos por parte do Império Britânico e dos Estados Unidos e da abolição da escravidão nas colônias inglesas serviram como um importante instrumento de luta em prol da emancipação.²⁰⁶

No que toca aos valores que se buscavam imprimir a essas comemorações, Caleb McDaniel indica, por exemplo, que apropriado pelo abolicionismo radical do período precedente à Guerra Civil, o 1º de Agosto – data da abolição da escravidão no Império Britânico – representou um veículo para que afro-americanos e reformistas radicais defendessem suas ideias, tidas como revolucionárias para o contexto da sociedade norte-americana nas décadas de 1840 e 1850, utilizando uma estratégia de contraposição entre dois feriados. Na concepção de abolicionistas como Wendell Phillips e William Lloyd Garrison, se as comemorações do 4 de Julho de 1776, dia da "falsa liberdade" eram marcadas por agitações, bebedeiras e fogos de artifício, aquelas relativas ao 1º de Agosto de 1834 necessitavam ser o seu completo inverso. Os piqueniques, reuniões, discursos e passeatas organizados para comemorar o dia da liberdade atlântica, embora congregassem multidões heterogêneas de brancos reformistas e afro-americanos radicais, primavam pela ordem e pela respeitabilidade, além da prática da abstenção e do profundo interesse despertado pela palavra dos oradores.²⁰⁷

As modalidades comemorativas presentes nos Estados Unidos, no entanto, representam um contexto histórico e social completamente diversos do Brasil. É certo que

²⁰⁶ KACHUN, Mitch. **Festivals of Freedom**: African American Emancipation Celebrations 1808-1915. Amherst: University of Massachusetts Press, 2006. pp. 16-53.

²⁰⁷ McDANIEL, Caleb W. The Fourth and the First: Abolitionist Holidays, Respectability, and Radical Interracial Reform. **American Quarterly**, 57 (March 2005). pp. 129-151.

durante o período em que o 13 de Maio foi considerado um feriado nacional e mesmo em anos posteriores, as comemorações da abolição ocorreram das mais diferentes maneiras, tanto no que diz respeito aos grupos sociais de onde partia a iniciativa quanto aos seus cerimoniais e significados. As dimensões políticas dessas comemorações, no entanto, eram certamente muito diferentes daquelas praticadas no hemisfério norte. Pois se na sociedade dos Estados Unidos das décadas de 1840 e 1850 a escravidão gerava tensões permanentes, no Brasil da Primeira República essa mesma escravidão já estava extinta, embora houvesse lançado bases para as manifestas desigualdades sociais do período. Há, portanto, um questionamento importante a ser feito: se nos Estados Unidos o 1º de Agosto foi encampado na primeira metade do século XIX como símbolo de uma campanha nacional de luta em prol da liberdade, que função teria o 13 de Maio no Brasil do pós-abolição?

Uma parte da recente historiografia brasileira a respeito do período vêm tentando iluminar essa questão. No contexto do sul do Brasil, por exemplo, Maria Angélica Zubaran analisa os festejos realizados em Porto Alegre entre o final do século XIX e o início do século XX para demonstrar que as lideranças negras da cidade comemoravam não somente o 13 de Maio, mas também o 28 de Setembro como importantes marcos históricos, atribuindo significados variados ao longo do tempo, "desde aqueles celebratórios, na perspectiva da História oficial, àqueles que ressignificaram essas leis, vendo-as como leis regeneradoras dos males do passado".²⁰⁸

Já Petrônio Domingues, ao investigar o 13 de Maio em São Paulo a partir da perspectiva da imprensa negra, destaca ainda outros motivos que eram valorizados nas comemorações da abolição: nacionalismo, fraternidade, patriotismo, denúncias contra o preconceito racial e, o mais importante, a possibilidade da construção de uma dupla identidade para a população de origem africana do Brasil, de pertencimento à nação e a um grupo específico dentro dessa nacionalidade, com uma história e tradições que deveriam ser valorizadas tendo em vista as suas contribuições para a edificação do país.²⁰⁹

Em comum a essas duas análises e similar ao caso de Santa Catarina, destacavam-se nessas comemorações um desejo explícito de dar visibilidade àquilo que o feriado da abolição representava: um aspecto da história nacional que, apesar de marcado pelo estigma do atraso e da violência, poderia (e deveria) servir como um instrumento de valorização da nacionalidade.

²⁰⁸ ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, nº 127, jul. 2008. pp. 161-187. p. 182

²⁰⁹ DOMINGUES, Petrônio. "A redenção de nossa raça": as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, 2011. pp. 19-48.

Neste capítulo, também centrado nas fontes impressas, o objetivo é realizar uma leitura das reportagens da imprensa de Santa Catarina a respeito das comemorações do 13 de Maio realizadas na capital, buscando discernir de que forma a ordenação das festividades refletia os discursos e narrativas veiculados por essa mesma imprensa.

Na primeira parte, será analisado o primeiro aniversário da abolição, celebrado sob o regime monárquico, atentando-se para os sentidos que a monarquia procurou empregar à data, as motivações por trás dos cerimoniais e a popularidade desfrutada tanto pelas figuras da realeza quanto pelos representantes do abolicionismo catarinense, ainda no rescaldo das campanhas da década de 1880.

Na segunda parte, o foco recai sobre as comemorações durante a primeira década da República, um período em que, conforme se deseja evidenciar, o dia 13 de Maio era marcado pela ocupação de vários espaços da capital do estado, através de desfiles, apresentações musicais e solenidades.

Uma terceira parte procura destacar que tipos de comemorações tiveram lugar em outras localidades de Santa Catarina, especialmente nos municípios de Joinville, São Francisco do Sul e Laguna, onde conforme será apontado, já existiam ao menos durante a década de 1890 associações que – congregando os "homens de cor" dessas cidades – costumavam celebrar a data da abolição.²¹⁰

Por fim, a última parte se dedica ao período "final" das comemorações, isto é, os últimos anos em o dia 13 de Maio foi considerado feriado. Nesta, o objetivo é investigar de que maneira algumas associações cívicas e literárias fundadas na capital do estado apropriavam-se do feriado da abolição com diversos objetivos, desde legitimação das narrativas oficiais apresentadas pelos intelectuais da imprensa até a realização de uma afirmação positiva da herança africana no Brasil, calcada no civismo e na possibilidade de integração.

3.1 O 13 de Maio da Monarquia

O primeiro aniversário da abolição foi extensamente promovido na semana anterior aos festejos. Mesmo o jornal *Regeneração*, representante dos interesses do Partido Liberal e

²¹⁰ Embora atualmente se caracterize como uma região de cultura e identidade alemãs, a presença de escravos em Joinville e na vizinha São Francisco do Sul não era desprezível. Cf. SILVA, Denize Aparecida da. **Plantadores de raiz**: Escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 2004.

crítico contumaz do gabinete que havia aprovado a Lei Áurea deu grande publicidade aos festejos, anunciando que a benemérita *Sociedade Diabo à Quatro* realizaria uma "pomposa festa" no Teatro Santa Isabel, enquanto que o *Clube Literário dos Estudantes* organizava uma passeata pelas ruas da capital, convidando diversas associações para que também comparecessem.²¹¹ A banda *União Artística* marcaria presença à noite, na praça Barão de Laguna, realizando uma retreta. E, segundo informações do *Jornal do Commercio*, alguns "patrióticos moradores da nova *Praça 13 de Maio* pensam em, de alguma forma, manifestar o seu entusiasmo – solenizando, ali, esse dia nacional".²¹²

O dia foi de fato memorável, fato que se atesta pela extensão com que os festejos foram descritos pela imprensa. Ao que tudo indica as comemorações tiveram início na manhã do dia 13 e se estenderam até o dia seguinte. Antes mesmo de o sol raiar, a banda *Igualdade e Fraternidade* executou peças musicais no largo do Teatro Santa Isabel, para depois iniciar um percurso até a Praça 13 de Maio, ao mesmo tempo em que fogos de artifício subiam aos ares.²¹³ Chegando à praça, uma nova apresentação musical foi realizada, seguida de um préstito pelas principais ruas da cidade.²¹⁴

Pela manhã, "o aspecto em terra e no porto era o mais alegre e festivo possível". Os edifícios públicos e alguns particulares estavam decorados com a bandeira nacional hasteada em suas fachadas e até mesmo a canhoneira *Marajó*, de passagem por Desterro, estava embandeirada em homenagem à data. O *Conservador* descreve uma série de mensagens e cerimônias protocolares que aconteceram ainda antes do meio-dia, quando o vice-presidente da província, Cônego Elói, mandou telegramas ao presidente do conselho de ministros, à princesa Isabel e ao Senador Taunay, expressando a todos a satisfação que a província de Santa Catarina sentia pelo aniversário de criação da legislação, que "estabeleceu a redenção dos cativos com o aplauso unânime de todas as Nações Cultas" assinada pela "graciosa senhora" que, já em 1889, era chamada de "redentora dos cativos".

Ao meio-dia, o Cônego Elói ainda recebeu comunicações de autoridades de Joinville, e, à uma da tarde, recebeu no palácio do governo um extenso cortejo de autoridades militares e civis, do capitão do porto ao diretor do Liceu de Artes e Ofícios, todos desejando enviar suas felicitações ao governo imperial. Prontamente, Elói enviou ao presidente do conselho de ministros um telegrama listando os nomes de cada uma das autoridades que lhe visitaram no

²¹¹ 13 DE MAIO. **Regeneração. Desterro**, 12 de mai. de 1889. Ano XXI, Nº 103. p. 1.

²¹² 13 DE MAIO. **Jornal do Commercio. Desterro**, 10 de mai. de 1889. Ano X, Nº 64. p. 1.

²¹³ FESTAS pelo 1º aniversário da lei de 13 de maio. **Regeneração. Desterro**, 16 de mai. de 1889. Ano XXI, Nº 104. p. 1.

²¹⁴ 13 DE MAIO. **Conservador. Desterro**, 14 de mai. de 1889. Ano VI, Nº 108. pp. 1-2.

palácio, provavelmente no intuito de informar ao ministério 10 de Março o escopo da sua sustentação política na província, levando em consideração o momento de instabilidade política experimentado pelo gabinete presidido por João Alfredo.²¹⁵

À tarde e à noite os festejos seguiram com entusiasmo inabalável, conforme atesta o *Conservador*:

Às 5 horas da tarde saiu do *Club Litterario dos Estudantes* uma imponente passeata, que percorreu diversas ruas, dando estrondosos vivas ao belo dia 13 de Maio, – ao toque de uma banda de música, sendo de vez em quando a esplêndida passeata anunciada por girândolas e foguetes.

À noite houve grande concorrência de povo nas praças Barão de Laguna, e do Teatro Santa Izabel, onde estava erguida, em comemoração da notável data da Áurea Lei 13 de Maio, uma suntuosa pirâmide, em cujo cume via-se o símbolo da liberdade.

Na praça Barão de Laguna, de 8 horas em diante, tocou a banda *União Artística* algumas peças harmoniosas, que atraíram para esse local o povo, que com ansiedade e em massa, procurava dar expansão aos sentimentos de alegria, que borbulhavam no seu coração.

O belo luar concorreu também para abrilhantar os festejos populares, que terminaram sem se registrar algum fato desagradável.

A iluminação dos edifícios públicos e muitos particulares esteve lindíssima.²¹⁶

Como se nota, a principal marca destes festejos foi a existência de diversas iniciativas que buscaram trazer a data da abolição para diferentes espaços da cidade. As associações e bandas optaram sempre por percorrer as ruas do centro, ao invés de concentrar os seus eventos em uma só praça ou mesmo em suas sedes. Quanto aos locais escolhidos, destacam-se a Praça Barão de Laguna – futura praça XV de Novembro – e o largo 13 de Maio (ou praça, conforme a definição da época), ambos locais que seriam associados aos festejos da abolição nos anos seguintes.

No entanto, a grande festa do dia 13 foi a celebração da Sociedade Diabo à Quatro, organizada no Teatro Santa Isabel. O edifício havia sido ornamentando em seu exterior com bandeiras "de todas as nações, encimadas pela Nacional". Na frente, uma "majestosa coluna" foi construída, elevando-se a 13 metros de altura e sobre a qual estava posta uma estátua representando a liberdade, "sustentado em sua destra, em pergaminho, a memorável data – 13 de maio". O aspecto interior do prédio não era menos suntuoso:

No grande salão da frente do teatro, escolhido para a grande festa, via-se em longa mesa, artisticamente preparada para 50 talheres, a profusão de tudo quanto podia concorrer para uma festa patriótica e amistosa.

Sobre cada um dos pratos destinados aos convivas, achava-se colocado um mimoso cartão onde, em caracteres dourados, se via o menu do banquete,

²¹⁵ 13 DE MAIO. *Conservador*. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, N° 108. p. 2.

²¹⁶ 13 DE MAIO. *Conservador*. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, N° 108. p. 2.

correspondendo cada uma de suas peças, em número de 13 às datas gloriosas da Sociedade em que se conseguira a libertação de cada uma das freguesias do município da capital, primorosa ideia, digna de verdadeiro apreço. O bom serviço da mesa e a cordialidade jubilosa entre os convivas, davam à festa um tom tão agradável que enlevava o espírito; e a banda de música que tocava durante a refeição, em seus maviosos acordes faz a avivar nos corações patriotas a ideia do grade ato que, a 13 de Maio de 1888, declarara livre a Pátria Brasileira.²¹⁷

Nos relatos do banquete, e mesmo nas descrições dos festejos na rua, verifica-se a recorrência de adjetivos que visavam classificar as comemorações como ordeiras, dignas, amistosas e sem distúrbios, uma correlação entre o discurso de júbilo da abolição como dádiva e redenção e aquele que, em consequência, se esperava que fosse um comportamento condizente, de gratidão organizada e disciplinada.

O mesmo tom se confirma nos discursos proferidos durante o banquete, que salientam a sensação de continuidade entre os esforços reformistas de 1850 e 1870 e o 13 de Maio do ano anterior. Falaram em diversos momentos do banquete as muitas personalidades creditadas em anos posteriores como defensoras da ideia da liberdade na capital tais como Eliseu Guilherme, Manoel Bittencourt, Francisco Margarida e Manoel Oliveira, todos recordando os nomes célebres da história do abolicionismo como Rio Branco e Sousa Dantas.

Especialmente celebrado foi o diretor da Diabo à Quatro, Germano Wendahusen, a quem mais de um brinde foi levantado no decurso da festa. O então deputado provincial era considerado tanto como iniciador da cruzada abolicionista na capital quanto aquele que efetivamente pôs termo à escravidão na cidade. Já as tradicionais palavras de piedade cristã e elogios à monarquia partiram do Cônego Joaquim Elói de Medeiros, que na qualidade de representante do governo imperial não se furtou de tecer longos elogios às figuras da monarquia. Disse o presidente em exercício da província que

[...] os grandes empreendimentos não são sempre obra de grandes homens; que o sexo frágil tem sido muitas vezes o promotor das mais alevantadas ideias; que uma mulher fora a cooperadora ou antes a salvadora da raça culpada, pela desobediência de nossos primeiros pais no Paraíso, e que outra mulher, a Graciosa Princesa Senhora D. Isabel, fora igualmente a Redentora da raça escravizada, quando o seu voto, sancionando a lei áurea, que a declarou tão livre, como é livre todo aquele que nasceu na Pátria Brasileira.²¹⁸

É possível observar como, na retórica religiosa de Elói de Medeiros, ecoa com força a mitologia da maldição de Cã, nesse caso utilizada sem peias como justificativa para o

²¹⁷ 13 DE MAIO. **Conservador**. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, Nº 108. p. 2.

²¹⁸ 13 DE MAIO. **Conservador**. Desterro, 14 de mai. de 1889. Ano VI, Nº 108. p. 2.

cativeiro passado. E a Abolição entra nesse caso como fato que vem a engrandecer ainda mais a figura da princesa regente, pois Isabel aparece como capaz de intervir não somente na história política do Brasil, mas também na própria história cristã, desmanchando o anátema bíblico que pairava sobre os negros, culpados "pela desobediência de nossos primeiros pais no Paraíso".

Medeiros ainda faz outro discurso antes do final da cerimônia, saudando a pátria brasileira e seu "primeiro cidadão", Dom Pedro II, pelo seu empenho em prol do progredimento do país, sendo o fim da escravidão o passo mais imperioso que foi dado neste sentido. Dessa forma, o Cônego Elói cumpria com zelo o seu papel de representante do governo, pois uma província em que, conforme já apontado, o republicanismo ainda não havia fincado raízes, as demonstrações de fidelidade à coroa tais como o préstimo de autoridades em direção ao palácio, os telegramas enviados de e para Desterro e os inúmeros brindes e saudações às figuras do governo e da política imperial certamente representavam um esforço das elites da província de cerrar fileiras com o governo que os sustentava, levando em consideração o momento político delicado que se vivia.

Segundo o jornal *Regeneração*, os festejos da abolição não cessaram no dia 13, pois no dia seguinte, no mesmo Teatro Santa Isabel, os membros da comissão de trabalhos da Sociedade Diabo à Quatro realizaram um "modesto jantar" a partir das seis horas da tarde. Novamente a fachada do teatro foi iluminada, e novamente a banda *Igualdade e Fraternidade* fez uma retreta no largo do teatro. Às 9 horas da noite, Francisco Margarida, membro da diretoria da sociedade, assomou a uma das sacadas do teatro para agradecer aos presentes pela participação nos festejos, e levantou vivas à Lei Áurea, ao povo catarinense e ao Imperador. O último ato comemorativo da sociedade foi de caráter mais restrito: findo o jantar, "alguns companheiros da abolição" precedidos pela mesma banda Igualdade e Fraternidade,

[...] acompanharam o chefe abolicionista Germano Wendhausen até sua residência, onde falaram os Srs. Francisco Margarida e Manoel Bittencourt, agradecendo Germano Wendhausen a tantas provas de amizade e consideração.

[...] E na maior harmonia e entusiasmo, findaram no dia 14 todas as festas em homenagem ao 1º aniversário da lei da abolição, concorrendo à elas grande parte da população desta capital.²¹⁹

Através da leitura dos relatos do segundo dia das comemorações em Desterro, é possível perceber que o grande motivo do primeiro e maior banquete realizado na noite do dia 13 de Maio havia sido a própria monarquia, com extensas referências à Princesa Isabel, ao

²¹⁹ FESTAS pelo 1º aniversário da lei de 13 de maio. **Regeneração**. Desterro, 16 de mai. de 1889. Ano XXI, Nº 104. p. 1.

Imperador aos políticos do Império. Mesmo a presença daqueles cativos recém-libertos nas campanhas empreendidas pelas sociedades abolicionistas não é mencionada, prova de que estas personagens não despertavam o interesse dos cerimonialistas. Já o jantar do dia 14 parece ter sido uma comemoração privada, na qual os companheiros da campanha abolicionista na cidade buscaram salientar a importância da Sociedade Diabo à Quatro para a abolição em Desterro e, o mais importante, de seu fundador e diretor, Germano Wendhausen. Conforme a análise das comemorações da década de 1890 mostrará, a partir da deposição da monarquia, já não havia mais impedimento para que Wendhausen e sua sociedade passassem a ser lembrados como figuras centrais da abolição catarinense, tendo os festejos dos primeiros anos da República girado exatamente em torno deste tema.

3.2 As comemorações na década de 1890

Ao se tomar como comparação o primeiro aniversário da abolição, a alteração de regime político ocorrida em novembro de 1889 não chegou a operar uma mudança realmente substancial na maneira com que o 13 de Maio foi comemorado nos anos posteriores. Conforme já apontado, após a derrubada da monarquia em novembro de 1889 o governo de Santa Catarina experimentou um período de instabilidade política, no qual as lideranças republicanistas e federalistas envolveram-se em acirradas disputas pelo controle do governo. Mas mesmo o breve período de tensão não teve grande reflexo no estilo dos cerimoniais, podendo-se destacar somente o fato de que, em 1894, o estado de sítio em que se encontrava a capital fez com a data tenha sido aparentemente esquecida.

Duas características principais marcam as festividades do 13 de Maio nesse início republicano: no campo político, o feriado da abolição partia de uma lei do governo federal, significando que o seu cumprimento deveria ser observado de maneira rigorosa. Isso se torna evidente pelas notícias que anunciam e descrevem o aspecto da cidade no dia treze, as únicas que são constantes durante a década de 1890. Os jornais pareciam querer prevenir os leitores incautos que o dia se tratava de um feriado e que as repartições públicas não iriam funcionar, além de içarem o pavilhão nacional durante o dia e iluminarem as fachadas à noite.

A segunda característica diz respeito ao fato de que a busca por trazer o feriado para as ruas da cidade não partia do governo municipal ou estadual, e sim de associações ou clubes privados que organizavam comemorações cívicas pela cidade. Estas comemorações seguiam

um padrão que remetia aos festejos do 13 de Maio de 1889: desfiles, cerimônias e discursos durante o dia seguidos por apresentações artísticas e musicais à noite.

Já sendo então lembrada como principal responsável pela conquista definitiva da liberdade na capital de Santa Catarina, a Sociedade Diabo a Quatro seguiria como principal atrativo dos festejos abolicionistas pelo menos até 1891. No primeiro feriado de 13 de Maio celebrado na República, a sociedade teve papel importante por ter sido a única que compareceu a um préstito organizado pelo *Club Literário dos Estudantes* para celebrar a data. O jornal *Republica* de 13 de Maio de 1890 atesta que esse clube convidou, além da Diabo à Quatro, a também sociedade carnavalesca *Bons Arcanjos* (que atuou na campanha abolicionista de maneira similar), o Clube 12 de Agosto, o Clube Lira de Artes e Ofícios, a Associação Professorado Catarinense, o Batalhão do 25, o Club da Imprensa, entre outros.²²⁰

É novamente o *Republica* quem reconta com detalhes o transcorrer dos festejos organizados pelo clube dos estudantes:

Das corporações por ele convidadas só correspondeu ao convite a benemérita sociedade abolicionista Diabo à Quatro, representada em uma comissão com o respectivo estandarte, em companhia da qual o mesmo Clube Literário, também com o seu estandarte, percorreu as principais ruas da capital, precedendo-os a banda musical Igualdade e Fraternidade que se prestou obsequiosamente.

Ao recolher-se do préstito foi servido aos convidados um copo de cerveja, sendo, nesta ocasião, pronunciados diversos discursos análogos ao dia e levantados muitos brindes correspondidos calorosamente."

[...] À noite, em dois vistosos coretos armados à Praça Treze de Maio, galhardamente ornada com bandeiras e vistosamente iluminada, fizeram ouvir as bandas artísticas *Carlos Gomes* e *Igualdade*, as variadas peças de seu repertório que muito agradaram.²²¹

Conforme aponta o noticiário, o não comparecimento da maioria das associações não foi suficiente para desanimar o andamento dos festejos, que ocorreram da maneira com que haviam sido anunciados, ainda que o desfile pelas ruas da cidade tenha contado com um número de participantes bem menor do que o esperado.

Chama atenção ainda a presença da banda *Igualdade e Fraternidade*, que também participou das comemorações no ano anterior, bem como o fato de que o Largo 13 de Maio continuava sendo o local de preferência para os festejos que congregavam a população.

As comemorações do ano seguinte certamente devem ter envolvido os mesmos préstitos e retretas de 1889 e 1890, mas o principal veículo que as reportava – o jornal *Republica* – optou por não mencioná-las. Ao invés disso, grande publicidade foi dada a uma

²²⁰ 13 DE MAIO. *Republica*. Desterro, 13 de mai. de 1890. Ano I, Nº 140. p. 2

²²¹ TREZE DE MAIO. *Republica*. Desterro, 14 de mai. de 1890. Ano I, Nº 141. p. 2.

soirée organizada pela Sociedade Diabo à Quatro de forma a marcar a data. O periódico, no entanto, tira de foco a abolição e afirma que o evento é dedicado ao seu "prestimoso diretor, o distinto abolicionista Germano Wendhausen".²²² O fato de todo um evento ser associado à sua figura evidencia que o prestígio de Wendhausen como símbolo do abolicionismo catarinense estava bem consolidado, disso dando prova o *Jornal do Commercio* que o chama no mesmo ano de "destemido chefe que a guiou à luta viva e animada em favor da libertação dos escravos, da qual saiu vitoriosa".²²³

O baile foi realizado no Teatro Santa Isabel, especialmente preparado para a ocasião assim como havia sido em 1889. A plateia foi nivelada com o palco, onde criou-se um espaço que foi utilizado como salão de baile. Os demais níveis do teatro, foram ornamentados com bandeiras do Brasil e da sociedade, além de espelhos, ventarolas e quadro votivos à data. A julgar pela descrição do *Republica*, foi uma festa bastante concorrida, se bem que mais proveitosa pra o diretor da sociedade

Recebido por uma grande comissão, o cidadão Germano Wendhausen dirigiu-se para o fundo do salão, onde recitou uma bela poesia o nosso inteligente conterrâneo Miguel Ignácio Faraco, alusiva ao ato. Começaram então as danças, que se prolongaram até às 4 horas da manhã, em meio da maior alegria.²²⁴

Não constam, no entanto, descrições dos discursos ou cerimônias que tomaram lugar na festa, se é que estes realmente aconteceram, pois, ao que tudo indica, o baile de 1891 parece ter sido uma festa quase particular para os membros da Diabo à Quatro e seus convidados. Ainda assim, um grande baile no centro da cidade, realizado por uma sociedade carnavalesca para comemorar a data da abolição da escravidão num teatro que recebia o nome da herdeira presuntiva ao trono do Brasil parece ter mexido com os brios de alguns republicanos mais jacobinos, pois na semana seguinte um editorial era publicado pelo mesmo *Republica* no qual se aplaudia a proposta recentemente encampada de trocar o nome do teatro.²²⁵

O ano seguinte seria marcado não somente pela efetiva troca do nome do teatro para Álvaro de Carvalho, mas também pelo afastamento da Sociedade Diabo à Quatro das comemorações da abolição, e pela última oportunidade em que apresentações musicais abertas ao público seriam realizadas no largo 13 de Maio. Estas, segundo o *Jornal do Commercio*, foram organizadas por cidadãos que residiam nas imediações:

²²² DIABO A QUATRO. **Republica**. Desterro, 12 de mai. de 1891. Ano II, Nº 427. p. 1.

²²³ BAILE. **Jornal do Commercio**. Desterro, 15 de mai. de 1891. Ano XII, Nº 71. p. 1.

²²⁴ TEATRO SANTA ISABEL. **Republica**. Desterro, 21 de mai. de 1891. Ano II, Nº 434. p. 1.

²²⁵ TEATRO SANTA ISABEL. **Republica**. Desterro, 21 de mai. de 1891. Ano II, Nº 434. p. 1.

Por iniciativa dos prestimosos cidadãos José Gonçalves da Silva e Carlos Schmidt, auxiliados por outros cavalheiros moradores à Praça 13 de Maio, vai ser entre nós comemorada hoje a gloriosa data nacional da libertação dos escravos, havendo iluminação naquela praça, que será ornamentada e onde tocarão as bandas musicais do 25º Batalhão e da sociedade IGUALDADE E FRATERNIDADE.²²⁶

No dia treze, os edifícios públicos, consulados, associações e algumas casas particulares estiveram embandeiradas e iluminadas, enquanto que nas apresentações musicais organizadas por José Gonçalves e Carlos Schmidt houve grande concorrência de pessoas à praça, cujos coretos iluminados e decorados davam ao local um "aspecto agradável".²²⁷

Da iniciativa particular dos cidadãos desterrenses, as comemorações do ano de 1893 passaram para outra associação, o *Grupo Dramático*. Neste ano, o *Jornal do Commercio* publica a programação de um evento organizado como o apoio de diversos artistas locais e concebido como uma espécie de espetáculo de gala, cujo objetivo era não deixar passar despercebido o "aniversário da grandiosa lei que declarou iguais todos os brasileiros".²²⁸ Esta comemoração marca tanto o início da preocupação por parte da imprensa de detalhar o conteúdo do espetáculo (desde que se tratasse de um evento de porte considerável) quanto a inauguração de um costume por parte de algumas das associações de utilizar o feriado de 13 de Maio como um pretexto para espetáculos cujo conteúdo era muito mais artístico do que propriamente cívico, conforme atesta a leitura do programa divulgado pelo *Jornal do Commercio*.

I – Recitação de uma poesia, LUTA HEROICA, perante o retrato do imortal brasileiro José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco).

II – Comédia em 1 ato GUAQUINA RAULIVEIRA, original do membro do Grupo, cidadão Nuno Gama.

III – Comédia em 1 ato OS PRETENDENTES, original do sócio do Grupo, cidadão Horácio Nunes.

IV – Exibição de diversos quadros no SYLPHORAMA.²²⁹

Não existe indicação de onde foi realizada a sessão, mas pelo fato de consistir em grande parte de espetáculos teatrais, parece razoável admitir que o local escolhido tenha sido o Teatro Álvaro de Carvalho. No entanto, o *Jornal do Commercio* não noticia a repercussão deste evento e sim de outro, uma sessão magna organizada pelo *Congresso Literário*, que convidou seus membros e outras associações da cidade a comparecer à sua sede na praça XV

²²⁶ 13 DE MAIO. *Jornal do Commercio*. Desterro, 13 de mai. de 1892. Ano XIII, Nº 69. p. 1.

²²⁷ 13 DE MAIO. *Jornal do Commercio*. Desterro, 14 de mai. de 1892. Ano XIII, Nº 70. p. 2.

²²⁸ 13 DE MAIO. *Jornal do Commercio*. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano XIV, Nº 70. p.1.

²²⁹ 13 DE MAIO. *Jornal do Commercio*. Desterro, 11 de mai. de 1893. Ano XIV, Nº 69. p. 1.

de Novembro para celebrar a data da abolição.²³⁰ Nesta, esteve presente a banda do corpo policial de cidade, além de Germano Wendhausen, a quem brindes foram levantados ao final da sessão. O fato de a imprensa ter salientado que "reinou durante a sessão a maior ordem e o mais amplo critério" pode ser indício de que esta comemoração visava a agregar um público diferente, mais refinado do que aquele que procurava apenas o entretenimento oferecido pelo *Grupo Dramático* e suas peças teatrais.²³¹

O ano de 1893 ainda marca um episódio singular. Às vésperas dos festejos daquele ano, o jornal *O Estado* fez publicar uma decisão do juízo da comarca da capital, no qual são comutadas as penas de alguns detentos

O Presidente do Estado, em homenagem ao dia de hoje, consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros, e usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 46, n. VI, da Constituição do Estado, comutará as penas que estão cumprindo os réus Guilherme Sinn, Carlos Tescke, Antonio Miguel Cidade, José Hiebner, Victorino Pereira Braz e José Massani, a do primeiro, segundo e terceiro em 42 anos de prisão simples, a do quarto em 3 anos de prisão, a do quinto em perdão do resto da pena, e a do último em 4 anos e 6 meses de prisão.²³²

É interessante notar que apenas um dos casos é de indulto do restante da pena, os demais constituindo-se na redução de penas mais pesadas. Manuel Joaquim Machado, o "Tenente Machado" que assinou a comutação das penas estava à frente de um governo provisório alinhado com os federalistas que combatiam o governo de Floriano Peixoto na região sul do Brasil desde fevereiro. Naquele maio de 1893 o estado de Santa Catarina se encontrava em particular estado de efervescência social, culminando na realização de um congresso constituinte em julho, que elaboraria uma nova constituição estadual. Machado estava, no entanto, obedecendo a uma legislação da constituição anterior, redigida e aprovada em 1891. Levando em consideração o momento político, é preciso ao menos levar em consideração as avaliações da historiografia tradicional do estado, que enxergam os federalistas como monarquistas e restauradores disfarçados, pois com exceção das comutações de 1893, não é possível encontrar outros registros cartoriais que atestem a utilização do feriado de 13 de Maio como pretexto para comutação de penas.²³³

Em grande medida, a imprensa da capital deixa de mencionar as comemorações da abolição a partir da época em que a cidade experimenta os acontecimentos traumáticos da

²³⁰ 13 DE MAIO. **Jornal do Commercio**. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano XIV, Nº 70. p.1.

²³¹ CONGRESSO LITERÁRIO. **Jornal do Commercio**. Desterro, 14 de mai. de 1893. Ano XIV, Nº 71. p. 2.

²³² COMUTAÇÃO DE PENAS. **O Estado**. Desterro, 13 de mai. de 1893. Ano I, Nº 146. p. 2.

²³³ LUNARDI, Emy Francielli. **Batalha de discursos: o advento republicano e a (re)construção da política catarinense nos Jornais Partidários (1889-1898)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 2009. pp. 20-21.

reação florianista, concorrente com a mudança de nome de Desterro para Florianópolis. Os jornais seguem anunciando o feriado, sinônimo de repartições públicas fechadas, hasteamento da bandeira nacional e iluminação à noite, além do fato de que as bandas dos regimentos militares tocavam alvorada no dia 13, como atesta o *Republica* de 1897.²³⁴ Mas as sessões de gala, apresentações musicais, cerimônias e bailes dos anos anteriores são temporariamente esquecidas.

O último festejo de grande porte da década de 1890 acontece em 1899. No dia 13 de Maio, *O Estado* anuncia a realização de muitos dos eventos comuns em anos anteriores: as bandas militares tocarão alvorada em frente aos quartéis, a bateria do "3º de Artilharia", bem como os fortes de Santa Cruz, Araçatuba e Sant'Ana farão salvas às horas regimentais. Às 5 horas da tarde, na praça General Osório, a banda de música do 37º batalhão fará retreta. E às 7 da noite, a banda do 3º de Artilharia em frente ao seu quartel. Além disso, o grupo dramático *Pyrilampos*, associando-se à Escola de Aprendizes Marinheiros, organiza no teatro Álvaro de Carvalho uma apresentação cujo objetivo era angariar fundos para Associação Protetora dos Homens do Mar. O programa divulgado pela imprensa dá conta de que ao menos o tema da apresentação condizia com a data em questão: após o hino nacional e uma apresentação de "assaltos de esgrime a baionetas" feita pelos cadetes, seria encenado o drama "A escrava Andréa", em cinco atos.²³⁵

No dia seguinte, embora o autor da nota referente ao espetáculo de gala do grupo *Pyrilampos* descreva a beleza dos ornamentos e da iluminação do teatro bem como a grande concorrência de público ao local, torna-se evidente que o foco do evento não foi realmente a data da abolição: a entrada do teatro estava ornada por luzes em forma de uma âncora, em homenagem à entidade beneficiada, e o mesmo autor fez elogios insistentes não ao espetáculo teatral, mas às demonstrações de destreza com armas brancas feitas pelos alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros.²³⁶ A partir da leitura dos festejos de 1899, é possível identificar o nascimento de um tipo diferente de comemorações da abolição, que seriam comuns a partir da década de 1910. Nessas, o dia 13 de Maio, por ser feriado, passaria a ser veículo para a realização de espetáculos artísticos ou beneficentes, nos quais a memória da abolição estaria pouco presente, ou por vezes, esquecida.

²³⁴ 13 DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1897. Ano VIII, Nº 93. p. 1.

²³⁵ TREZE DE MAIO. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1899. Ano II, Nº 345. p. 1.

²³⁶ TEATRO ÁLVARO DE CARVALHO. **O Estado**. Florianópolis, 16 de mai. de 1899. Ano II, Nº 346. p. 1.

3.3 Os festejos pelo interior de Santa Catarina

Em Florianópolis, o ano de 1902 marca a primeira vez em que um evento comemorativo ao dia 13 de Maio foi realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, organização fundada em 1896 com o objetivo “coligir, organizar, redigir e publicar todos os dados existentes e necessários para a elaboração da história e geografia do estado”.²³⁷

Uma pequena nota n'*O Dia* de 13 de Maio de 1902 dá conta do acontecimento:

Hoje, à uma hora da tarde, no edifício do Congresso do Estado, gentilmente cedido pelo seu digno presidente nosso prezado chefe coronel Pereira Oliveira, o Instituto Histórico e Geográfico comemora a gloriosa data 13 de Maio com uma sessão solene.²³⁸

No dia seguinte, o mesmo jornal descreve a sessão em homenagem à "data faustosa de nossa pátria". Numa primeira metade considerada ordinária, um novo sócio – Heitor Luz – foi admitido no instituto, tendo sido saudado pelos presentes e proferido seu discurso de iniciação. Passou-se então à parte extraordinária, na qual o diretor do Instituto fez "uma bela alocução histórica descrevendo as nossas datas gloriosas, entre as quais salientou a de 13 de Maio". Após, o Sr. Thiago da Fonseca leu um discurso em que historiava os fatos ocorridos após a implantação da "ideia grandiosa da libertação dos escravos, os meios empregados para a sua realização e os mais eminentes vultos" que ajudaram na consecução daquele objetivo. Contando com a presença do governador Felipe Schmidt, a sessão foi encerrada com a distribuição de um copo de cerveja aos convidados, o que ocasionou a realização de vários brindes em homenagem à data.

Talvez em consonância com o notório desinteresse do Instituto a respeito do tema da escravidão na história de Santa Catarina, esta sessão do ano de 1902 constituiu-se na única oportunidade, durante o período em que dia 13 de Maio era observado como feriado nacional, em que a data da abolição foi encampada pela principal instituição produtora de conhecimento histórico do estado. No período compreendido entre a sua formação em meados de 1890 até a década de 1930, observa-se que pessoas ligadas ao Instituto não raro publicavam editoriais, artigos de opinião ou mesmo compareciam como discursadores em cerimônias organizadas por outras associações. Mas com exceção do evento de 1902, o IHGB não parece ter demonstrado grande preocupação em se apropriar do 13 de Maio para quaisquer objetivos de comemoração ou reflexão histórica.

²³⁷ SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista Ciências Humanas**, v. 14, nº 20, pp. 63-79. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. p. 64.

²³⁸ 13 DE MAIO. **O Dia**. Florianópolis, 13 de mai. de 1902. Ano II, Nº 407. p. 1.

De fato, nos primeiros quinze anos do novo século, as referências da imprensa da capital à realização de grandes comemorações cívicas no formato observado em anos anteriores decrescem consideravelmente, ao mesmo tempo em que diferentes festejos no interior do estado – principalmente na cidade de Joinville – começam a se tornar corriqueiras, um dado inédito em relação à década anterior.

É seguro afirmar que nas cidades do interior o feriado de 13 de Maio desfrutou de tanta popularidade quanto na capital. No entanto, os veículos de comunicação capazes de reportar os festejos nessas cidades sofriam com a intermitência de suas publicações, sempre presas entre dificuldades financeiras e a dependência do apoio de facções políticas ou do poder público. Dessa forma, torna-se difícil divisar um padrão nas comemorações pelo interior do estado, ao contrário da capital onde as fontes permitem identificar continuidades e rupturas no estilo e no interesse pelos festejos.

Contudo, em episódios colhidos ao longo do recorte temporal em questão é possível observar que em algumas cidades o dia 13 de Maio foi ocasionalmente comemorado com grande entusiasmo pela população e por diversas associações, de tal forma que os festejos despertavam a atenção mesmo da imprensa de outras localidades e até mesmo da capital do estado. Em 1892, um correspondente de São Francisco do Sul escrevia à *Gazeta de Joinville* que

A associação dos homens de cor fez aqui festas esplêndidas, solenizando a data gloriosa da libertação dos escravos.

Em bem armado coreto tocou uma banda de música escolhidas peças, e às 4 horas da tarde uma comissão da associação dirigiu-se à Intendência Municipal a oferecer-lhe, para ser colocado na sala das sessões um retrato do grande abolicionista Antônio Bento. Aí foram erguidos entusiásticos vivas.²³⁹

Não há maiores dados sobre o nome, as lideranças ou a fundação da dita associação, mas considerando-se a data em que esta congregação se organizou para marcar a dia da Abolição, é seguro dizer que foi um dos primeiros grupos de "homens de cor" a se organizar em Santa Catarina, posto que uma associação de nome similar somente seria mencionada em Florianópolis em 1915. Além disso, a própria atitude deste grupo é notável, pois envolveu a apropriação de um espaço público e oficial – a Intendência Municipal – para celebrar a figura de um abolicionista radical, Antônio Bento. Ainda nos festejos de 1892, foi celebrado à noite um "esplêndido baile" nos salões do Hotel Müller, que entre danças e discursos estendeu-se até às 8 horas da manhã.

²³⁹ S. FRANCISCO. *Gazeta de Joinville*. Joinville, 24 de mai. de 1892. Ano I, N° 16.

Essa associação de homens de cor de São Francisco parece ter sido bastante importante e ativa, pois quatro anos depois o jornal *Republica* informa na sua seção telegráfica de 17 de maio de 1896 que "grande número de homens de cor", precedidos por uma banda de música "percorreu as ruas da cidade, colocando grinaldas nos retratos da sala do Conselho Municipal onde falaram Carvoliva, Drs. Eufrásio Cunha, Luiz Gualberto e José Basílio, superintendente municipal".²⁴⁰ Embora não seja mencionado o nome da associação, o fato de o préstito ter tomado uma direção similar à de 1892 (rumo à sedes poder público da cidade) permite supor que se tratava da referida associação dos homens de cor daquela cidade.

Ainda em 1892, o *Pharol* de Laguna dá prova de festejos realizados naquela cidade, promovidos pela "sociedade musical 13 de Maio":

No edificio da Escola Noturna, Instrução e Trabalho, houve à noite uma sessão solene, onde se achavam representadas todas as nossas classes sociais. Usando da palavra, como orador oficial, o ilustre clínico Dr. Carlos da Fonseca, produziu um eloquente discurso, onde, estudando *ab ovo* a história do abolicionismo, salientou em belas frases, a individualidade dos grandes brasileiros que mais se esforçaram pelo advento da abolição. Terminando seu discurso foi o ilustre cidadão aplaudido mui justamente. No salão da sociedade promotora da festa houve um animado baile.²⁴¹

Assim como na Desterro dos anos seguintes à abolição, é possível identificar a presença de bandas e sociedades com nomes que aludiam à data da abolição. O mesmo se verificaria em Joinville, quando em diversas ocasiões durante os primeiros anos do século XX, a Sociedade "Vinte e Oito de Setembro" realizaria apresentações musicais e desfiles pelas ruas da cidade, reportadas pela imprensa em pelo menos quatro ocasiões diferentes.

Em 1907, a banda musical daquela sociedade tocou em alvorada e percorreu várias ruas da cidade, enquanto à noite "os homens de cor deram animado baile salão Walther".²⁴² O mesmo ocorreu em 1910 e 1913, ainda segundo o *Commercio de Joinville*.²⁴³ Em 1914, o *Gazeta do Commercio* clarifica a identidade da "Sociedade Recreativa 28 de Setembro", afirmando que é ela própria quem organiza o baile dos "homens de cor da cidade" realizados – ao que tudo indica – anualmente no Salão Walther.²⁴⁴ Mas apesar do grande interesse despertado pela data da abolição em Joinville no início da década de 1910, as referências a festejos realizados na cidade decaem a partir de 1915, levando um preocupado leitor do *Correio do Norte* a escrever uma carta, publicada no jornal na semana posterior ao 13 de

²⁴⁰ 13 DE MAIO. São Francisco, 14. **Republica**. Florianópolis, 17 de mai. de 1896. Ano VIII, Nº 109. p. 2.

²⁴¹ 13 DE MAIO. **Pharol**. Laguna, 15 de Maio de 1892. Nº 1, Ano 1. p.2.

²⁴² 13 DE MAIO. **Commercio de Joinville**. Joinville, 18 de mai. de 1907. Ano III, Nº 106. p. 1.

²⁴³ 13 DE MAIO. **Commercio de Joinville**. Joinville, 14 de mai. de 1910. Ano VI, Nº 263. p. 3; 13 DE MAIO. **Commercio de Joinville**. Joinville, 17 de mai. de 1913. Ano IX, Nº 420. p. 2.

²⁴⁴ 13 DE MAIO. **Gazeta do Commercio**. Joinville, 13 de mai. de 1914. Ano I, Nº 38. p. 1.

Maio de 1918, na qual reclamava da lamentável ausência das autoridades do governo nas festas cívicas.²⁴⁵

Quando não davam testemunho de comemorações cívicas organizadas na cidade, os jornais de Joinville costumavam dar notoriedade à festas realizadas nos municípios vizinhos. Em 1911, o *Commercio de Joinville* reporta a organização de uma festa cívica em Itajaí, iniciativa do *Grêmio Três de Maio* daquela cidade:

Na sede da associação um grupo de crianças cantará o hino do Estado e hino da Bandeira e o Sr. Lídio Barbosa fará uma conferência. À noite serão exibidos 2300 metros de fitas cinematográficas representando a chegada do Marechal Hermes da Fonseca ao Rio, de volta da Europa, e as cenas do conhecido drama *Cabana de Pai Tomás*.²⁴⁶

O mesmo jornal noticia em 1913 que uma certa "Associação Cívica" organizaria um convescote em Ilha Grande, na Baía da Babitonga, disponibilizando "um ou dois dos nossos pequenos vapores" para transportar sócios, convidados e suas famílias até o local onde a dita associação, "entre expansões de alegria, se regozizará pela gloriosa data".²⁴⁷

A maior das comemorações no interior do estado, no entanto, realizou-se em Laguna no ano de 1917, quando um "comitê Pró-Pátria" organizou "imponente cortejo" que chegou a atrair entidades de municípios vizinhos. Tamanho foi o concurso de pessoas que o jornal *O Estado*, de Florianópolis, deu notícias do evento em sua seção telegráfica:

Comemorando a data de 13 de Maio, o comitê Pro Pátria organizou um imponente cortejo comparecendo o Tiro 282, acompanhado de 400 pessoas vindas da vizinha cidade de Tubarão, em trem expresso. Daqui compareceram todas as associações com os respectivos estandartes, ladeados por gentis senhoritas, pela Escola de Escoteiros. Era conduzido um andor simbólico, seguido pelos alunos do Grupo Escolar Jerônimo Coelho, pelo colégio Stella Maris e por duas bandas de música.

Segundo o jornal, o préstito que acompanhou o desfile foi "enorme". Saindo do palacete municipal, os alunos e membros das associações em questão atravessaram várias ruas da cidade, parando em diferentes pontos do percurso para que os professores das escolas ou "alguma autoridade" proferissem discursos aludindo à data. "Foi uma festa brilhantíssima, causando imorredoura impressão" e, como o jornal procurou salientar, acompanhada por "todas as classes populares".

Embora conforme já tenha sido apontado, as diferenças entre os formatos e as iniciativas das quais partiam estes festejos no interior do estado não permita estabelecer um

²⁴⁵ CONTRA a ausência nas festas cívicas. *Correio do Norte*. Joinville, 23 de Maio de 1918. Ano I, Nº 14. p. 3.

²⁴⁶ *Commercio de Joinville*. Joinville, 13 de mai. de 1911. Ano VII, Nº 315. p. 2.

²⁴⁷ 13 DE MAIO. *Commercio de Joinville*. Joinville, 10 de mai. de 1913. Ano IX, Nº 419. p. 2.

modelo específico de comemorações, pode-se ao menos auferir que o 13 de Maio despertava tanto interesse quanto na capital. Além disso, cumpre observar a existência nos municípios de Joinville e São Francisco do Sul de associações de afrodescendentes que periodicamente ocupavam os espaços públicos dessas cidades para comemorar a data da abolição.

3.4 Novas comemorações (1915-1930)

Na capital de Santa Catarina, um período de renovação do interesse em se comemorar o feriado da abolição passa a ser observado desde 1915 até meados da década de 1920. Neste período, floresceram em Florianópolis algumas associações culturais e literárias que, embora não sendo fundadas com o objetivo específico de festejar as datas nacionais, buscaram nesse espaço de tempo marcar o dia 13 de Maio com sessões cívicas, desfiles e apresentações artísticas e musicais.

A cidade que viu esse florescimento da vida associativa experimentava um período caracterizado por importantes reformas urbanas, conforme já apontado no capítulo anterior. A partir da transformação dos espaços públicos, muitos dos locais que nas décadas anteriores foram escolhidos pelas sociedades recreativas e pela população para serem ocupados durante os festejos da abolição haviam tido seus nomes modificados (caso do teatro Álvaro de Carvalho e da praça 15 de Novembro) ou sido obliterados pelo crescimento urbano. Além disso, muitos dos logradouros que portavam nomes associados à monarquia haviam recebido novas denominações, desta vez associadas ao regime republicano.²⁴⁸

Conforme aponta André Luiz Santos, no início do século XX a elite econômica e política que vinha se estruturando desde a proclamação da República em Santa Catarina finalmente se encontrava numa situação em que era capaz de realizar intervenções profundas na capital do estado. Após décadas em que pareceres de diversos governos expressavam o desejo de transformar o aspecto pobre e atrasado da capital, a década de 1910 marcou o início dos primeiros grandes esforços de reorganização da cidade, através da instalação de estruturas de serviços como distribuição de água e captação de esgoto dirigidos para a elite urbana.²⁴⁹ Essa marcha em direção ao progresso e à civilização tomou proporções ainda maiores a partir do início do decênio seguinte. Na afirmação do autor,

²⁴⁸ VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008. pp. 401-408.

²⁴⁹ SANTOS, André Luiz. **Do mar ao morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. pp. 425-450.

A década de 1920 chegara com os projetos modernizadores em plena marcha. Os desejos da elite vinham sendo realizados. A cidade ia tomando feição moderna. Uma série de serviços e infraestruturas servia aos mais ricos. Tudo era mais espaçoso, limpo, elegante, condizente com o desenvolvimento material da cidade quase livre dos bairros, becos ou casebres do povo pobre, tudo estava se tornando “moderno” e em festa.²⁵⁰

O estabelecimento desses novos espaços "virtualmente impossibilitou que os moradores pobres construíssem casas e vivessem no perímetro urbano de Florianópolis", provocando o rápido desaparecimento tanto das antigas casas de arquitetura colonial portuguesa quanto da própria população menos favorecida que as habitava, grande parte composta de afrodescendentes.²⁵¹

Seria nesse espaço urbano em mutação que aconteceriam importantes comemorações do feriado de 13 de Maio em Florianópolis, que se destacaram por marcadas diferenças em relação às festas verificadas ao longo da década de 1890. Pois se os primeiros aniversários da Lei Áurea em Desterro/Florianópolis se caracterizaram por grandes espetáculos artísticos seguidos ou precedidos por apresentações musicais que tomavam as ruas de toda a cidade, as comemorações observadas a partir de 1915 transparecem um desejo de imprimir às festividades da abolição um ar de respeitabilidade e civismo, em concordância com a modernização experimentada pela cidade.

É correto que essa característica já estava presente em anos anteriores, quando ao reportar as comemorações a imprensa sempre buscava destacar o caráter ordeiro dos eventos. Mas a partir da construção de novos espaços de convivência, que fatalmente acabariam por se tornar segregados, as festividades do 13 de Maio assumiram um aspecto cada vez mais elitizado, no sentido de que seus organizadores buscavam cumprir programas que, utilizando o feriado como veículo de reflexão a respeito de temas como patriotismo, civismo e história, destacassem a civilidade e a cultura tanto daqueles envolvidos na sua organização quanto dos participantes.

No entanto, isso de forma alguma significou um completo "embranquecimento" das comemorações durante esse último período. De fato, é notável perceber, por exemplo, que no contexto de rápidas transformações sociais experimentadas em Florianópolis, quando sua população de origem africana começava a ser ejetada dos espaços centrais da cidade, o primeiro grande evento relativo ao dia 13 de Maio tenha sido organizado pela Associação dos Homens de Cor, conforme noticiou *O Estado*:

²⁵⁰ SANTOS, 2009. p. 446.

²⁵¹ SANTOS, 2009. pp. 434-435.

Realiza-se hoje às 19 horas no Teatro Álvaro de Carvalho a sessão cívico-literária, com que os homens de cor solenizarão a passagem da jubilosa data da abolição do cativo no nosso país.

A comissão organizadora da festa foi incansável em seus trabalhos para que a mesma seja coroa de grande êxito. Fazem parte da comissão os srs. Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal e Astrogildo Campos.²⁵²

Mais do que representantes da comunidade afrodescendente da cidade, os membros da associação também faziam parte da intelectualidade catarinense. Tanto Trajano Margarida quanto Ildefonso Juvenal já possuíam em 1915 obras publicadas, além da experiência na edição da Folha Rósea, um periódico literário cujo objetivo era a valorização dos poetas considerados "menores" na cena artística catarinense.²⁵³

O programa anexo dá conta da extensão do evento, que certamente demandou grande empenho dos organizadores

- 1º. – Abertura da sessão pelo Presidente de Honra, Sr. Coronel Germano Wendhausen.
- 2º. – Hino Nacional – pela Banda Musical.
- 3º. – Discurso oficial pelo Sr. Trajano Margarida.
- 4º. – Meu dever (recitativo) pela menina Francisca Cardozo.
- 5º. – Discurso – pelo Sr. Ildefonso Juvenal.
- 6º. – Liberdade (recitativo) pela menina Francisca Cardoso.
- 7º. – Discurso – pelo Sr. Amphilóquio Carvalho.
- 8º. – Os amores de mamãe (recitativo) pela menina Jacyra Cardoso.
- 9º. – Vozes d'África (recitativo) pela menina Francisca Cardoso.
- 10º. – Discurso – pelo Sr. Aguiñê Conceição.
- 11º. – As campinas (diálogo) pelas meninas Jacyra e Eulália Cardoso.
- 12º. – Discurso – pelo Sr. Astrogildo Campos.
- 13º. – Estudante Alsaciano (recitativo) pelo Sr. Trajano Margarida.
- 14º. – Liberdade – canto por meninas, Música do Maestro Penedo e letra do Sr. Trajano Margarida, que tem a honra de dedicar ao Exmo. Sr. Coronel Felipe Schmidt, D. D. Governador do Estado.
- 15º. – Apoteose final "hino nacional" – canto por meninos.²⁵⁴

Destacam-se nessa proposta de comemoração elaborada pela Associação dos Homens de Cor vários elementos que permitem identificar as estratégias utilizadas pela comunidade afrodescendente da capital na sua busca por uma maior visibilidade. A começar pelo próprio local, o Teatro Álvaro de Carvalho, espaço por excelência da elite letrada da capital. Também se destaca o nome do cel. Germano Wendhausen, decano do abolicionismo catarinense, pois o anúncio de sua presença legitimava o evento através de sua ligação com um figura branca e venerada da história local. Também o patriotismo tem lugar especial no programa, já que o hino nacional seria executado tanto no começo quanto no final da sessão. Por fim, os temas

²⁵² A DATA DE HOJE. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1915. Ano I, Nº 1. p. 1.

²⁵³ GARCIA, 2007. pp. 42-44.

²⁵⁴ PROGRAMA. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1915. Ano I, Nº 1. p. 1.

escolhidos para os cantos e poesias a respeito da abolição remetem tanto a temas genéricos presentes nas narrativas oficiais (caso da "Liberdade") quanto à capacidade intelectual do negro brasileiro, representado por Castro Alves e seus poemas "Vozes d'África".

No dia 15 de Maio, o mesmo jornal *O Estado* que havia noticiado a sessão publicou uma reportagem descrevendo o evento, dessa vez furtando-se em mencionar a organização que encampou a festa, chamando-a apenas de "um grupo de moços patriotas." O interior da casa estava lindamente ornamentado e imponente, e registrou-se grande concurso de pessoas e autoridades do governo. Germano Wendhausen não compareceu, mas foi substituído na presidência de honra da sessão pelo superintendente municipal, Cel. João da Silva Ramos.

Na parte dos discursos, Trajano Margarida procurou salientar que "aquela sessão não era nada mais, nada menos, que o resultado de um indizível contentamento que fazia vibrar intensamente a alma brasileira". Já Ildefonso Juvenal procurou novamente lembrar a capacidade que o negro brasileiro tinha de alcançar grandes voos, lembrando de Cruz e Sousa, "abençoado fruto de uma raça oprimida e forte". A sessão terminou, conforme aponta o jornal:

[...] com um belo hino á liberdade, cantado por um grupo de meninas, todas trajadas de branco, trazendo a tira colo, largas faixas de seda com as cores nacionais e com uma apoteose à raça negra, protegida pela República que lhe apontava o luminoso caminho da liberdade.²⁵⁵

Ao que tudo indica, o único propósito da Associação dos Homens de cor foi a realização desta sessão cívico-literária, pois a imprensa daquele ano e dos anos seguintes não mais reporta quaisquer atividades por ela promovida, mesmo no dia 13 de Maio.²⁵⁶ Mas sua breve trajetória serve para compreender ao menos um dos caminhos possíveis que se apresentavam aos afrodescendentes na busca por uma maior inserção social. Mesmo dentro do ordenamento político excludente da Primeira República, cidadãos como Trajano Margarida e Ildefonso Juvenal procuravam conquistar um tipo específico de reconhecimento, não através de uma denúncia contundente contra o preconceito racial, mas sim da exaltação da capacidade que a "raça negra" tinha de contribuir para o desenvolvimento do país. Sua apropriação do dia 13 de Maio, através de uma sessão cívica marcada pela presença de autoridades do governo e eivada de um espírito de civilidade e cultura, tinha como objetivo o reconhecimento e a inserção da população afrodescendente na sociedade republicana. Buscavam a igualdade, ainda que por meio de um discurso de exaltação nacionalista.

²⁵⁵ 13 DE MAIO. *O Estado*. Florianópolis, 15 de mai. de 1915. Ano I, Nº 2. p. 2.

²⁵⁶ GARCIA, 2007. pp. 51-52.

Um tipo bem diferente de apropriação se verificaria no ano seguinte, quando uma associação conhecida como *Centro Cívico e Literário* organizou em sua sede social, na rua Jerônimo Coelho, uma sessão comemorativa à abolição da escravatura.²⁵⁷ Nesta, compareceram a fim de realizar discursos alguns dos principais representantes de elite letrada de Florianópolis tais como Laércio Caldeira, Tancredo Costa, Anfilóquio de Carvalho e o Professor Orestes Guimarães, "reformador da nossa instrução pública".

Embora o jornal *O Dia* tenha buscado destacar o caráter popular da reunião, bem como o avultado número de pessoas que compareceram à sede do centro, a presença de tantas autoridades (incluindo o governador do estado Felipe Schmidt que após o encerramento percorreu as instalações do centro a fim de se informar do trabalho que era ali realizado) certamente emprestou à reunião o aspecto de uma congregação de intelectuais buscando afirmar, através de elaborados discursos, a autoridade de suas interpretações sobre a história do Brasil.

Laércio Caldeira, presidente do centro, falou sobre a aniversário da abolição, afirmando que o dia "representa na nossa história o epílogo de luz dum drama de lágrimas, de aviltamento, de miséria física e de dor moral". Estudou o fato da abolição em si, "tirando as seguintes lições: livres dentro da lei, iguais perante a lei irmanados pela lei". Por último, rendeu homenagens ao cristianismo, "porque o Centro reconhece o poder sobremodo eficaz que a moral cristã exerceu, lançando nos corações a doutrina até então desconhecida da fraternidade universal".

A palavra foi então passada ao "ilustrado Dr. Tancredo Costa", que fez "um estudo das origens do abolicionismo no Brasil e das influências ainda hoje sentidas pelo nosso povo, devidas a esse nefastíssimo período da escravatura brasileira". Em seguida, falou o "proecto educador" Professor Orestes Guimarães, que "produziu um entusiástico discurso, considerando o fato histórico do abolicionismo sob o ponto de vista republicano", afirmando que "a libertação dos escravos era um fato que existia em todos os corações e que o povo já o havia, em muitos lugares, tornado em realidade antes do 13 de Maio de 1888". Após, Anfilóquio de Carvalho invocou em seu discurso "o vulto augusto da Princesa Imperial Regente, D. Isabel, a Redentora, que talvez naquele momento estivesse chorando de saudades do seu Brasil".²⁵⁸

²⁵⁷ CENTRO CÍVICO. *O Olho*. Florianópolis, 13 de mai. de 1916. Ano I, Nº 6. p. 10.

²⁵⁸ A FESTA DO CENTRO CÍVICO-LITERÁRIO. *O Dia*. Florianópolis, 16 de mai. de 1916. Ano XVI, Nº 8280. p. 1.

Permite-se observar, durante essa sessão cívica, o resgate dos temas e narrativas que povoavam as páginas da imprensa, escritos por esses mesmos oradores, o que ressalta tanto o caráter elitista da reunião quanto uma vontade de legitimar os discursos autorizados. Prova disso é que na reportagem da sessão pela imprensa, as palavras de todos os principais oradores foram sumarizadas, menos do último – Ildefonso Juvenal. Ainda trabalhando para ter o seu valor intelectual reconhecido naquele ambiente, sobre seu discurso somente se afirma que "soube sensibilizar o grande auditório".²⁵⁹

O final da década de 1910 ainda veria outros tipos de comemorações, principalmente aquelas encampadas pelas instituições de ensino da capital, nas quais o civismo e a disciplina dos alunos era valorizada. Também uma festa marcante, embora pouco descrita, teve lugar em 1918. Naquele ano, além das notícias de praxe a respeito do hasteamento da bandeira nos edifícios públicos e das alvoradas musicais executadas pelas bandas militares, o jornal *O Dia* ainda anunciou uma festa cívica em homenagem ao 13 de Maio que teria lugar "no pitoresco arrabalde de S. Antônio de Lisboa". Com a presença dos clubes náuticos Riachuelo e Martinelli e animada pela banda de música *Amor à Arte*, seria realizada uma solenidade na qual as principais ruas daquela antiga freguesia receberiam novos nomes, distribuídos ao que parece no intuito de contemplar tanto o passado monárquico (Cônego Serpa e Padre Lourenço) quanto o regime republicano (15 de Novembro e Senador Mafra).²⁶⁰

No início da década seguinte, o dia 13 de Maio passaria a ser anualmente comemorado entre 1920 e 1922 por uma nova associação, o Centro Cultural José Boiteux, fundado em 1920 como um elemento aglutinador da comunidade de origem africana da cidade, sob a liderança dos já conhecidos literatos negros Trajano Margarida e Ildefonso Juvenal. Entre os objetivos do centro, firmados em seu estatuto, estavam a comemoração das datas nacionais, a promoção da alfabetização, da cultura e das aptidões artísticas da comunidade e a realização de bailes a festas, além do empenho no sentido de "erguer um monumento a Cruz e Souza" na cidade.²⁶¹

Embora tenha tido uma vida curta, com suas atividades cessando poucos anos depois de sua fundação, muitos dos objetivos propostos pelo Centro foram postos em prática, mesmo com as dificuldades que naturalmente eram enfrentadas em se tratando de uma iniciativa que

²⁵⁹ A FESTA DO CENTRO CÍVICO-LITERÁRIO. **O Dia**. Florianópolis, 16 de mai. de 1916. Ano XVI, N° 8280. p. 1.

²⁶⁰ EM S. ANTÔNIO – FESTA CÍVICA. **O Dia**. Florianópolis, 12 de mai. de 1918. Ano XVIII, N° 8884. p. 1.

²⁶¹ GARCIA, Fábio. **Intelectuais negros no pós abolição**: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925). São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História -ANPUH, jul. 2011.

visava promover a população negra. Uma escola noturna de alfabetização, chamada *Cruz e Souza*, fundada em maio de 1920 e tendo como professores Trajano Margarida e Ildefonso Juvenal contava com 35 alunos matriculados em 1921. A sala de leitura *Celso Bayma* foi aberta no prédio do Centro, à qual livros foram doados por personalidades políticas da capital. E diversas atividades e apresentações culturais foram promovidas por uma comissão encarregada de arrecadar fundos com o objetivo de erguer uma estátua de Cruz e Sousa.²⁶²

Por trás do nome escolhido para o Centro sem dúvida estava um desejo de reconhecimento por parte do *establishment* literário catarinense. Durante a década de 1920, José Arthur Boiteux era um dos intelectuais mais respeitados do estado, idealizador tanto do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina quanto da Academia Catarinense de Letras. Havia sido na sua juventude um republicano ardoroso, editor do jornal *Republica* durante a década de 1890, e no período de sua formação superior havia residido junto ao abolicionista Esteves Junior no Rio de Janeiro, tendo acompanhado a campanha abolicionista brasileira a partir de seu epicentro.²⁶³

Por ser uma instituição voltada para à população negra de Florianópolis, as comemorações do feriado de 13 de Maio propostas pelo CCJB eram extensas e bem organizadas. Em 1920, foi realizada às 7 horas da noite na sede instituição – um sobrado localizado na Praça 17 de Novembro, alugado pelo farmacêutico Henrique Bruggemann – uma "festa cívica", cujo programa foi divulgado pelo jornal *Republica*:

- I. Abertura da sessão.
- II. Alocução oficial sobre a data e o insigne poeta Cruz e Souza, pelo orador oficial.
- III. Inauguração do retrato de Cruz e Souza.
- IV. Alocução sobre a data por diversos oradores.
- V. Distribuição de diplomas aos associados.
- VI. Encerramento da sessão.²⁶⁴

A imprensa da capital deu grande importância ao acontecimento, tendo os jornais não somente publicado este programa mas também descrições sobre a impressão causada pelo evento. O governador em exercício, Raulino Horn, compareceu à sessão como presidente de honra, bem como o patrono do centro, José Boiteux, que recebeu daquele "um diploma especial, impresso em custoso papel cartão". Foi grande a concorrência de pessoas e famílias à festa, cuja trilha musical coube à banda de música da Força Pública.

²⁶² GARCIA, 2011. pp. 8-9.

²⁶³ CORREA, 1997. pp. 74-75

²⁶⁴ NO CENTRO CÍVICO José Boiteux. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1920. Ano XV, Nº 478. p. 2.

Não há transcrição de nenhum dos discursos feitos na sessão, prática que por vezes era adotada pela imprensa. Mas na reportagem feita pelo *Estado*, é possível atentar para o fato de que os discursadores procuraram através de suas palavras invocar o passado e positivar a experiência de Cruz e Sousa, como exemplo da capacidade intelectual dos afrodescendentes brasileiros:

Ildefonso Juvenal, orador oficial do Centro [...], pronunciou bela alocução sobre a data, e sobre a personalidade do grande gênio que foi Cruz e Sousa; João de Bittencourt Machado [...], discorreu com muita felicidade sobre a Escravidão; Trajado Margarida [...], não foi menos feliz na sua patriótica alocução sobre o mesmo assunto.²⁶⁵

A festa do ano seguinte teve teor parecido, com *O Estado* mais uma vez anunciando uma sessão solene a ser realizada às 20 horas na sede social do clube, contando com discursos de Júlio Nogueira e Anfilóquio de Carvalho.²⁶⁶ Assim como no ano anterior, houve uma profusão de autoridades, com José Boiteux ocupando a presidência de honra da sessão e o governador Hercílio Luz comparecendo em companhia de membros do governo e de corporações militares. No salão lotado e ornamentado do Centro, houve um momento emblemático da cerimônia, que foi descrito pelo *Republica*:

Tendo o sr. dr. José Boiteux, em ligeiras palavras explicado o motivo daquela comemoração, concedeu em seguida a palavra ao sr. Ildefonso Juvenal, presidente da Diretoria do Centro.

Neste momento deu entrada no salão o sr. coronel Germano Wendhausen, valoroso chefe do movimento abolicionista em nossa terra, que foi recebido por prolongada salva de palmas e ao som de vibrante marcha executada pela banda de música da Força Pública

O sr. Ildefonso Juvenal pronunciou um eloquente discurso, que ao terminar foi muito aplaudido.²⁶⁷

Era novamente o grande abolicionista desterrense, aproximando-se do seus 70 anos de idade, reclamando a sua participação na memória do abolicionismo de Santa Catarina e como que autorizando as falas que se seguiram, a primeira delas de Ildefonso Juvenal. No seu discurso, publicado alguns dias depois, Juvenal demonstrou grande perspicácia, pois suas palavras carregavam tanto o tom de exaltação à memória da abolição constituída em Santa Catarina (e presente naquele evento) quanto de denúncia social. Afirmava ser uma ilusão considerar extinta a escravidão num país em que parte tão grande da população vivia e se enxergava em condição de inferioridade, fruto não da cor da sua pele, mas da falta de

²⁶⁵ CENTRO CÍVICO e recreativo José Boiteux. A comemoração cívica de ontem. **O Estado**. Florianópolis: 14 de mai. de 1920. Ano VI, Nº 1508. p. 1.

²⁶⁶ CENTRO CÍVICO José Boiteux. **O Estado**. Florianópolis, 13 de mai. de 1921. Ano VII, Nº 2063. p. 4.

²⁶⁷ CENTRO CÍVICO e Recreativo José Boiteux. A comemoração de 13 de Maio. **Republica**. Florianópolis, 13 de mai. de 1921. Ano XVI, Nº 775. p. 2.

instrução que lhes permitia o exercício pleno da cidadania. De sua experiência pessoal, Ildefonso retirava uma lição:

Esse mal abominável e absurdo: o preconceito de raça, eu o tenho encontrado sempre da parte dos homens incultos, ignorantes, nos meios de pouca luz, onde a necessidade me tem feito mourejar para aquisição do pão cotidiano. Entre os homens cultos, tal não acontece.²⁶⁸

E também se entusiasmava ao mencionar uma autoridade que o autor certamente respeitava, atestando as contribuições da raça negra para o desenvolvimento nacional

O erudito Professor Manoel Querino [...], em sua brilhante Memória apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de Geografia, sobre o Colono preto como fator da Civilização Brasileira comprova à luz dos fatos irrefutáveis ter sido o braço preto o propulsor do desenvolvimento manifestado no estado social do país, na cultura intelectual e nas grandes obras materiais [...].²⁶⁹

Mais importante, no entanto, é a possibilidade de identificar um discurso consoante com as transformações políticas e sociais que o Brasil começava a experimentar, um momento em que a herança africana começava a deixar de ser um fardo para se tornar motivo de orgulho, ainda que no caso de Ildefonso essa visão aparecesse atrelada a certos preconceitos históricos

O Brasil deve, pois mais ao negro do que ao Português a formação da sua nacionalidade porque ele foi o primeiro desbravador dos nossos sertões; o solo bravio da pátria foi regado primeiramente com o suor do seu rosto e com o seu pranto amargurado. Como sabemos, Portugal nos mandou em geral gente ínfima, imprestável e gananciosa, amiga da ociosidade e de todos os outros vícios. Somente do cruzamento do africano com o português e desta como o índio, é que conseguimos apurar o bom elemento nativista, organizando a sólida base de nossa nacionalidade.²⁷⁰

O centro cívico e suas lideranças ainda realizariam outra sessão no ano seguinte, que cumpriu um programa parecido com as anteriores, embora tenha sido caracterizada como uma sessão "cívico-literária", com a leitura de poesias além dos discursos programados.²⁷¹ Mesmo sem contar com a presença em peso de autoridades do governo como nos dois anos anteriores, dela tomaram parte "os principais homens de letras do estado", e novamente o Coronel Germano Wendhausen desempenhou seu papel, presidindo a sessão e introduzindo os oradores. Naquele ano, Ildefonso Juvenal não participou como orador, mas outras

²⁶⁸ CENTRO CÍVICO José Boiteux. **Republica**. Florianópolis, 18 de mai. de 1921. Ano XVI, Nº 777. p. 3.

²⁶⁹ CENTRO CÍVICO José Boiteux. **Republica**. Florianópolis, 18 de mai. de 1921. Ano XVI, Nº 777. p. 3.

²⁷⁰ CENTRO CÍVICO José Boiteux. **Republica**. Florianópolis, 18 de mai. de 1921. Ano XVI, Nº 777. p. 3.

²⁷¹ 13 DE MAIO. **O Estado**. Florianópolis, 10 de mai. de 1922. Ano VII, Nº 2364. p. 2.

personalidades da política e da literatura da capital, como Anfilóquio Gonçalves, Júlio Nogueira e Trajano Margarida foram "muito aplaudidos pelo seletto auditório".²⁷²

Com desaparecimento do Centro Cívico José Boiteux em meados da década de 1920, o modelo de comemoração do dia 13 de Maio baseado em discursos feitos pelos "homens de letras" em sessões solenes e cívicas deixa de aparecer nos reportes da imprensa. Grupos escolares, instituições de ensino superior, bandas militares e repartições públicas continuavam a guardar o feriado da abolição através de breves cerimônias cívicas de hasteamento da bandeira e execução do hino nacional, mas as grandes sessões como aquelas organizadas durante as décadas de 1890 e 1920 deixam de fazer parte do cotidiano do feriado.

Os jornais da capital do estado passam a publicar somente pequenas notas relativas à data, exceção feita por um texto de 1924 do jornal *Republica*, que anuncia a atitude do coronel Germano Wendhausen de mandar rezar uma missa em sufrágio dos seus "dedicados companheiros de propaganda abolicionista". "É", nas palavras do jornal, "uma tocante homenagem",

[...] que à memória dos batalhadores de tão bela e humanitária causa presta o venerando contrerrâneo, cujo nome está indissolúvelmente ligado à grande campanha da Abolição, como chefe destemeroso, que, pondo de parte interesses quaisquer, concorreu poderosamente para que a sua terra natal, ao ser sancionada a Lei Áurea, já tivesse trechos do seu território completamente expurgados da mancha negra que a conspurcava.²⁷³

Já o últimos grandes eventos organizados no dia 13 de Maio na cidade aconteceram em 1929. Como de praxe, o jornal *Republica* anunciou que as repartições públicas federais, estaduais e municipais estariam fechadas e com o pavilhão nacional içado à frente das suas fachadas. Os quartéis do 14º B.C. e da Força Pública tocaram alvorada. Nos grupos escolares Lauro Müller, Silveira de Souza e Colégio Sagrado Coração de Jesus houve solene hasteamento da bandeira, com os alunos perfilando-se e cantando hinos patrióticos. A banda de música do 14 B.C. realizou no jardim Oliveira Bello uma retreta, sendo grande a concorrência de famílias ao local.²⁷⁴

Mas foi no Teatro Álvaro de Carvalho às 20h30 da noite que tomou forma o maior evento, organizado pelo Centro Popular, descrito como "nobilíssima instituição que visa o culto das datas nacionais e o desenvolvimento artístico do nosso meio". Não obstante, o programa divulgado pela imprensa revela que a principal preocupação do centro parecia residir no segundo objetivo ao invés do primeiro, pois com exceção do hino nacional e de uma

²⁷² CENTRO CÍVICO "José Boiteux". **Republica**. Florianópolis, 17 de mai de 1922. Ano XVII, Nº 1958. p. 1.

²⁷³ TOCANTE HOMENAGEM. **Republica**. Florianópolis, 16 de mai. de 1924. Ano XIX, Nº 1650. p. 1.

²⁷⁴ 13 DE MAIO. **Republica**. Florianópolis, 15 de mai. de 1929. Ano III, Nº 783. p. 2.

"oração cívica" proferida pelo Professor Odilon Fernandes, o restante da sessão nada mais era do que uma grande *soirée* musical intercalado por declamações poéticas:

1ª PARTE

1.º Hino Nacional Brasileiro – Banda de música da Força Pública.

2.º Oração cívica – Professor Odilon Fernandes.

3.º Verdi – Rigoletto (Pout-pourri) Banda da Força Pública

2ª PARTE.

1.º Ato: La Gondola, Serenata Veneziana (Bandolin). Senhorinha Carmen Cuneo.

2.º Joubert de Carvalho – Casinha do meu bem (canto), Senhorinha Irene Ramos da Silva

3.º A Napoleão: Romance (piano). Senhorinha Atilia Tolentino de Souza.

4.º Feliz de Otero: A flor e a Fonte (canto). Senhorinha Clotilde Perrene

5.º Verdi – Grande Fantasia da Ainda (Piano). Dr. Oscar de Oliveira Ramos [...]²⁷⁵

Descrita como "uma festa encantadora pelo seu lado patriótico e estético", este que é um dos últimos capítulos das comemorações da abolição em Santa Catarina durante a Primeira República revela um 13 de Maio com muito do seu sentido esquecido, usado tão somente como uma oportunidade para expressar o bom gosto e a cultura de uma parte da sociedade florianopolitana.

²⁷⁵ CENTRO POPULAR; Hora lítero-musical. **Republica**. Florianópolis, 12 de mai. de 19129. Ano III, Nº 782. p.3.

Epílogo

Assim como haviam feito os republicanos de 1889, o governo provisório sob a liderança de Getúlio Vargas tratou a reorganização dos feriados nacionais como prioridade em 1930. De fato, o decreto nº 19.488, de 15 de Dezembro de 1930 só foi precedido em importância pela criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde Pública, duas organizações que desempenharam papéis de imenso destaque durante o longo período em que Vargas esteve à frente da política nacional.

Por trás da decisão de reorganizar as datas nacionais parece ter pesado pouco a necessidade que regimes políticos instalados de maneira "revolucionária" geralmente expressam de reconstruir uma identidade que se considera ultrapassada através de atos refundadores. A legislação de 1930 não mencionava de maneira desabonadora os feriados de 1890, somente atentava para o fato de que a redução do seu número traria "manifesta vantagem" ao trabalho nacional, devendo-se manter somente as datas de maior significação "humana e nacional". Dessa forma, a Revolução de 1930 corta o número de feriados de 9 para 6: caem Tiradentes, a descoberta do Brasil, a descoberta das Américas e o 14 de Julho de inspiração positivista. Acrescenta-se o Natal cristão e, é permitido especular, pode ter ocorrido uma troca simbólica: o 13 de Maio, "consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros" deu lugar ao 1º de Maio, "consagrado à confraternidade universal das classes operárias".²⁷⁶

O impacto da Revolução se fez sentir por toda a sociedade brasileira, e não menos pelos cidadãos de origem africana que nos últimos quarenta anos vinham batalhando para terem reconhecidos seus direitos, apesar dos estigmas da escravidão e dos impedimentos que a política oligárquica lhes impunha. Em depoimentos colhidos entre o final da década de 1980 e meados da década de 1990, é possível medir a extensão da influência do movimento de 1930 senão nas condições de vida, ao menos no imaginário de netos e bisnetos de escravos do vale do Rio Paraíba.²⁷⁷ Nesses relatos observa-se que se até a década de 1930 o cotidiano dessa população era marcado por uma extrema mobilidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, bem como a convivência com a arbitrariedade e a violência das elites agrárias, após a Revolução de 1930 ocorre uma inflexão no tom dos relatos, que passam a

²⁷⁶ SENADO FEDERAL. Decreto nº 19.488, de 15 de Dezembro de 1930. Declara os dias de festa nacional. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-republicacao-85201-pe.html>. Acesso em jul/2012.

²⁷⁷ MATTOS, Hebe Maria. RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

exaltar as enormes benesses proporcionadas pelo governo Vargas às suas famílias.²⁷⁸ Sem dúvida, o motivo de ter sido estabelecida uma memória afetiva tão forte em relação à figura de Getúlio está ligado não somente às políticas públicas que foram adotadas em benefício da classe trabalhadora a partir de 1930, mas principalmente da eficiência com que operou a máquina de propaganda construída pelo Estado Novo. No entanto, antes da guinada autoritária de 1937, viveu-se um período de intensa movimentação política e intelectual, na qual a população de origem africana se fazia cada vez mais presente no cenário político brasileiro.

Vivia-se o ponto alto de um longo processo de organização da vida associativa das populações negras de todo o país. Em São Paulo, cidade onde o crescimento industrial experimentado desde o início do regime republicano trouxe um grande afluxo de trabalhadores nacionais e estrangeiros, provocando tensões e disputas pelo trabalho e por espaços de sociabilidade, observa-se o estabelecimento de uma classe de homens de cor organizada e empenhada em se fazer ouvir na arena política.²⁷⁹ Essa classe já vinha ganhando forma desde o 13 de Maio, com a fundação de diversos jornais que buscavam retratar o cotidiano e os problemas da população negra, denunciar o preconceito e, como não poderia deixar de ser, celebrar a data da abolição.²⁸⁰

Ainda que se tratasse de uma elite negra, representando a diminuta fração da população de origem africana que logrou romper as barreiras da exclusão e alcançar algum tipo de instrução superior, essa imprensa foi de capital importância no sentido de dar visibilidade à uma população que, no passado, somente havia sido foco da preocupação sistemática das autoridades governamentais a partir da perspectiva higienista, das políticas de repressão à classe trabalhadora ou pelo viés do racismo científico.

É no mesmo estado de São Paulo que exatamente no início da década de 1930 esse protagonismo negro atinge um novo patamar. Através da união de intelectuais e jornalistas que vinham militando tanto em periódicos da década de 1920 como o *Progresso* e o *Clarim d'Alvorada* quanto em instituições voltadas para o "avanço" e o "melhoramento" da raça negra no Brasil como o Centro Cívico Palmares e o Congresso dos Homens de Cor, é fundada em 1931 a Frente Negra Brasileira.

Os objetivos da Frente, conforme seus estatutos, era realizar “a união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da

²⁷⁸ MATTOS; RIOS, 2005. pp. 127-130.

²⁷⁹ GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. pp. 35-36.

²⁸⁰ DOMINGUES, Petrônio. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 53,

sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na comunhão brasileira” ao mesmo tempo que almejava a “elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física, assim como assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”.²⁸¹ Para isso, contribuíam diversos departamentos (de instrução, cultura, musical, médico), bem como um jornal a partir de 1933 – *A voz da raça*.

Pela abrangência de sua proposta, o percurso trilhado pela Frente Negra Brasileira foi naturalmente acidentado. Suas lideranças pugnaram contra o preconceito racial e se envolveram nas principais questões políticas do Brasil. Conquistaram vitórias, como o fim do impedimento à entrada de negros na Guarda Civil de São Paulo em 1932.²⁸² Mas a partir do ano seguinte, a organização se dividiu em virtude das divergências entre uma ala ultraconservadora, católica e de inclinações fascistas e outra mais em sintonia com as lutas sociais da época. Em 1937, quando a FNB caminhava no sentido de tornar-se um partido político veio o duro golpe desferido pela ditadura do Estado Novo, que proibindo o funcionamento de inúmeras associações políticas, encerrou pelo menos temporariamente um projeto político de grande importância.²⁸³

Embora sua base fosse o estado de São Paulo, consta que foram abertas filiais da FNB na Bahia, no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. É possível que Santa Catarina também tenha sido, ao menos em caráter de projeto, incluída nessa rede de associações que de uma forma ou de outra estiveram ligadas à Frente na primeira metade da década de 1930 pois, no dia 14 de maio de 1933, aparecia em Florianópolis o primeiro número do jornal *Vanguarda*, cujo objetivo vinha estampado logo na primeira página:

Vimos aos meios etiópico, com essa folha a fim de com, as colaborações diversa de humorismo e crítica leve, distrair e mostrar que já podemos no nosso meio, ter um jornalzinho, e com a divisa de “tudo pela raça negra brasileira”, a fim de termos a prova palpável, de que neste querido torrão, os há inteligentes e de espírito humorístico. Como batalhadores, seremos os braços fortes da UNC em prol da nova família para provar que somos na terceira geração [honras aos que] humanamente libertaram nossos antepassados.²⁸⁴

O *Vanguarda* é um jornal peculiar. Seu nome não está incluído numa conhecida publicação de 1990 que lista os periódicos disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de

²⁸¹ GOMES, 2005, p. 52.

²⁸² ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998. pp. 230-234.

²⁸³ GOMES, 2005, p. 66.

²⁸⁴ VANGUARDA. **Vanguarda**. Florianópolis, 14 de mai. de 1933. Ano I, Nº 1. p. 1.

Santa Catarina, dando a entender que o jornal foi microfilmado antes desta data e enviado à Biblioteca Nacional, onde se encontra alocado no setor de obras raras. Não consta que seja parte de uma série, o que significa que foi um projeto, certamente muito fugaz, de associação de negros na capital do estado. É isso que o próprio jornal dá ao entender quando afirma que

Está sendo feito por um grupo de negros “civilistas” a campanha de propagação, para a criação da sociedade “União Negra Catarinense”.

Esta tem sido cotada em todos meios, e a coluna enche-se visto o programa da sociedade ser exclusivamente para a civilização e instrução da raça negra brasileira. Este grupo denodado que de encontro à barreira da ignorância, dos beneméritos e produtivos fins da União acham-se não só dispostos mas como verdadeiramente entusiasmados visto que as folhas de seus registros enchem-se de inscrições dia-a-dia.

Somos de opinião a que todos os que não se envergonham de pertencer ou ter sangue da raça negra deve inscrever-se a qualquer [ilegível] franco apoio. [sic]²⁸⁵

Há uma abundância de erros tipográficos e gramaticais em todas as páginas do *Vanguarda*, o que não significa necessariamente um baixo nível de instrução de seus autores: há que se considerar a possibilidade de ter havido pressa em colocar a publicação em circulação ou ainda a falta de recursos financeiros para fazer com que os textos passassem por um processo detido de revisão antes de irem ao prelo. Não existem indicações no cabeçalho a respeito da tipografia onde teria sido impressa ou quais seriam seus editores, e na maioria dos textos mais extensos consta somente a assinatura d'*A Redação*. À falta de anúncios publicitários, os espaços entre as páginas foram preenchidos com pequenos remoques dirigidos à comunidade:

[...] O J... ouve dizer que não és lá muito querido lá pela M... Melhor duas colheres de desprezo. [...]

[...] Está de cama a Dona I. porque o O. não quis continuar. [...]²⁸⁶

Mas também por exortações para que se contribuísse com a edificação da UNC:

[...] Não vacilem, inscrevam-se na UNC. [...]

[...] Bem da família negra acompanha a UNC. [...]

[...] Não espere e coajdure nos esforços dos iniciadores da UNC. [...]²⁸⁷

Uma possível ligação entre a União Negra Catarinense e a Frente Negra Brasileira pode ser inferida pela leitura de outro texto, também assinado pela redação do jornal:

Repercutem em todo o Brasil o esforço dos paladinos da terceira geração negra contribuindo para a realização do sonho de Patrocínio de depois de libertar a raça negra brasileira; mostrá-la instruída para contribuir em tudo pela grandeza desta jovem e briosa pátria!

²⁸⁵ UNC. *Vanguarda*. Florianópolis, 14 de mai. de 1933. Ano I, Nº 1. p. 1.

²⁸⁶ *Vanguarda*. Florianópolis, 14 de mai. de 1933. Ano I, Nº 1. p. 1.

²⁸⁷ *Vanguarda*. Florianópolis, 14 de mai. de 1933. Ano I, Nº 1. p. 2.

Para isto desde há muito viemos, lutando em São Paulo e no Rio de Janeiro. Bahia e Rio Grande do Sul, embora lentamente, mas progressivamente em conseguir, palpáveis provas de inteligência e de predisposições para o trabalho mental; pouco a pouco vamos conseguindo adesões enérgicas, eivadas de brio, e coragem; para um luta dolorosa a áspera contra a ignorância primitiva, e para guia mental, de que nossa raça procede; mães, irmãos negros e oriundas desta, unamo-nos para que juntos seja mais leve a campanha de civilização lançada pelos paladinos! [sic]²⁸⁸

O tom adotado pelo *Vanguarda* é típico do associativismo negro nos inícios do século XX, que visava positivar as contribuições da raça negra para a formação da nacionalidade. A luta proposta pela UNC era de inclusão, de avanço e de reconhecimento da capacidade dos negros de contribuírem para o desenvolvimento do Brasil. Daí a ênfase em termos que remetem ao trabalho, à disposição e ao aperfeiçoamento da classe dos homens de cor: "civilização e instrução", luta "contra a ignorância primitiva", "mostrá-la instruída" para contribuir com a grandeza da pátria.

A existência da UNC pode ter sido efêmera, mas de forma alguma foi uma experiência isolada. Os ensaios praticados nas décadas anteriores, como a Associação dos Homens de Cor e Centro Cívico José Boiteux serviram como base para um florescimento de associações em todo o estado de Santa Catarina, conforme aponta a historiografia recente.²⁸⁹ No caso específico da capital, data também de inícios da década de 1930 a fundação de importantes clubes recreativos voltados para negros. A partir do triunfo das reformas urbanas, que embranqueceram os espaços centrais da cidade e empurraram a população negra e pobre do centro para as regiões elevadas que formam o Maciço do Morro da Cruz, coube à essa população construir novos espaços de sociabilidade como o *Clube Brinca Quem Pode* e a *União Recreativa 25 de Dezembro*, ambos fundados na primeira metade da década de 1930.²⁹⁰

No que diz respeito a textos, poesias, editoriais ou referências à data da abolição publicadas na imprensa de Santa Catarina a partir da década de 1930, o seu aparecimento não cessa, mas sofre um acentuado declínio a partir do momento em que a data deixa de ser um feriado nacional. Embora a imprensa negra em nível nacional utilizasse anualmente o 13 de Maio como plataforma para expor as dificuldades da população afrodescendente e protestar por maior participação na vida política e intelectual do Brasil, a imprensa catarinense vai perdendo gradualmente o interesse em mencionar a data. Nas páginas dos jornais parece não

²⁸⁸ A CIVILIZAÇÃO NEGRA. *Vanguarda*. Florianópolis, 14 de mai. de 1933. Ano I, Nº 1. p. 1.

²⁸⁹ DOMINGUES, Petrônio. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011. pp. 118-139.

²⁹⁰ MARIA, Maria das Graças. Clubes e associações de afrodescendentes na Florianópolis das décadas de 1930 e 1940. In: MAMIGONIAN; VIDAL, 2013.

haver lugar para ponderações a respeito de um feriado extinto num momento em que o país enfrentava sucessivas agitações políticas: os comícios constitucionalistas em maio de 1932, a apuração das eleições da constituinte em maio de 1933, os trabalhos finais da mesma constituinte em maio de 1934.

Ainda assim houveram exceções. O *Republica* de 13 de maio de 1931 publicou um imenso artigo escrito por Ildefonso Juvenal – *A raça negra e sua incontestável capacidade cultural*. Nele, Juvenal afirma que as teorias da inferioridade racial dos negros, concebidas a partir dos escritos de Haeckel e Darwin

[...] foram de uma concepção deveras desastrosa, infelicíssima, lamentavelmente errônea inferindo que a capacidade do negro, por mais refinada que fosse não atingiria jamais ao limite do desenvolvimento da capacidade do branco.

Em contraposição formal àquela absurda concepção, os séculos que os sucederam nos tem demonstrado com uma clareza iniludível que tal teoria não passava de “um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente aplicado à exploração dos fracos contra os fortes”.

O negro civilizado há de caminhar sempre *pari passu* ao lado do homem branco, como o vem fazendo dignamente, e manifestar-se, como ele, capaz das mais altas e belas expressões do saber humano.²⁹¹

No texto, nota-se que Juvenal foi profundamente influenciado pelas décadas anteriores, quando nomes como Manuel Bomfim, Alberto Torres e Gilberto Amado deixaram de utilizar o argumento da degenerescência racial para explicar os problemas do Brasil, abrindo caminho para uma avaliação positiva da herança africana e da mestiçagem.²⁹² Somando-se a isso o novo tipo de associativismo negro que ganhava força num momento em que se formulavam grandes expectativas de mudança no Brasil, tem-se um autor confiante nos seus argumentos de que as ideias e preconceitos que até então dominavam o pensamento brasileiro não passavam de uma "absurda concepção".

Novamente demonstrando um conhecimento invulgar a respeito do tema, o autor realiza uma crítica contundente dirigida às teorias pseudocientíficas que no início do século despertavam tanta admiração da intelectualidade republicana, citando filósofos, pesquisas e autores estrangeiros que dão aval à capacidade intelectual e moral dos descendentes africanos:

As estatísticas, que não são como as expressões de certos cientistas que explanam, muitas vezes, teorias fundamentais instavelmente no terreno movediço da hipóteses, nos vem demonstrando o notabilíssimo progresso da instrução dos negros em muitos países, e, de quando em vez, somos agradavelmente surpreendidos com a revelação do talento e da cultura dos

²⁹¹ JUVENAL, Ildefonso. **A raça negra e sua incontestável capacidade cultural**. Florianópolis: Republica, 13 de mai. de 1931. Ano I, Nº 165. p. 4.

²⁹² SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. pp.183-212.

filhos de Cã, nas competições mais elevadas das artes e das ciências no mundo. [...]

[...]Não há de que se envergonhar e sim de se orgulhar um povo cujo elemento, étnico, cooperador de sua organização, só tem dado demonstrações cabais de que é um elemento superior, e que, do seu cruzamento com o branco, não se encontra o menor vestígio dessa suposta inferioridade atribuída aos seus ancestrais. [...]²⁹³

Nessas e em outras passagens, Ildefonso menciona os nomes de personalidades negras da política, do jornalismo, da literatura e das artes, do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa. Seu objetivo é que os leitores do jornal saibam que as supostas diferenças que a ciência estabelecia entre as raças não passam de preconceitos simplórios, e que o Brasil deve dar uma chance para que negros e mestiços contribuam para a sociedade brasileira. Na leitura das palavras do autor, é palpável um sentimento de esperança, de expectativa na possibilidade da construção de um Brasil diferente, onde aqueles que até então viviam à margem da sociedade pudessem à ela ser integrados.

Em outros anos da década de 1930, nas poucas oportunidades em que a data da abolição foi mencionada, os sentimentos de fraternidade e gratidão que transpiravam nos textos das décadas anteriores perdem algo da sua intensidade. As palavras de ordem ao se recordar do 13 de Maio passam a ser patriotismo e progresso, as lutas pela liberdade que marcaram o passado servindo de inspiração para a ação no presente. *A Notícia* de Joinville marca a data em 1932 como

[...] um dia de recordações cantantes que, ainda hoje, pela sua inspiração dulcificante, fazem vibrar a alma nacional em arroubos de satisfação por esse grande passo, que veio firmar a cultura de um povo, a quem estavam e estão reservados faustosos destinos, pelo patriotismo acendrado da sua gente, como nenhuma outra boa, como nenhuma outra generosa.²⁹⁴

Em 1934, tem-se a última das ocasiões em que, ao longo daquela década, o 13 de Maio figura com destaque em alguma publicação catarinense. É novamente o jornal *O Estado*, que dividindo a data da abolição com a efeméride da sua refundação em 1915, faz publicar em sua capa do dia treze o difundido clichê do gabinete João Alfredo, acima de breves palavras que também remetem a sentimentos de orgulho patriótico, além de retomar a noção de que a Lei Áurea foi passo decisivo para que o passado de atraso do Brasil fosse esquecido:

O episódio da Abolição encerra, sem dúvida, uma das mais fulgurantes páginas da nossa história política, dele partindo novos rumos orientadores, destinos novos a cumprir.

²⁹³ JUVENAL, Ildefonso. **A raça negra e sua incontestável capacidade cultural**. Florianópolis: Republica, 13 de mai. de 1931. Ano I, Nº 165. p. 4.

²⁹⁴ 13 DE MAIO. *A Notícia*. Joinville, 13 de mai. de 1932. Ano XI, Nº 1127. p. 1.

Coube a Isabel o golpe de decisiva transformação, fixada no dia de hoje, como índice cultural dos mais elevados.

O “clichê” acima reproduz a princesa rodeada do ministério, a 13 de Maio de 1888, quando se extinguiu a nódoa que para a gente brasileira representava a escravatura, estendida em todos os ângulos da nacionalidade, como uma revivescência Bárbara que haveria de diluir-se, aos anseios dum povo jovem e dum pátria unida, soberana e nobre.²⁹⁵

Na mesma edição, um texto do falecido líder republicano Lauro Severiano Müller foi reproduzido, sem dúvida por estar eivado de um espírito de orgulho e afirmação da capacidade de ação política no Brasil:

Aos que negam ao povo brasileiro a capacidade de formar uma opinião coletiva e a energia para fazê-la prevalecer, bastaria essa página da nossa história para desmentido. A liberdade civil veio no Brasil do referendo popular para o voto da legislatura, onde o escravagismo supunha contar reduto insuperável, e subiu até o trono, acolhida pelas alegrias de um coração feminino, cristão e brasileiro.²⁹⁶

A partir destes meados da década de 1930, as menções ao dia 13 de Maio praticamente desaparecem. É novamente de se conjecturar que os anos turbulentos que precederam a instalação do Estado Novo em 1937 deixavam pouco espaço para que se lembrasse a data da abolição. Menções ao dia, quando as há, são breves e repisam os clichês da redenção, do progresso e da dádiva. Sinal disso, em 1936 o jornal *Republica* se furta de mencionar o dia 13 de Maio, mas publica uma propaganda que alcança o surpreendente feito de utilizar a data da abolição para propagandear um remédio que combate o amarelão.

Figura 5: Mensagem aos escravos da opilação.



Fonte: O Estado, 14 de mai. de 1936

²⁹⁵ A ÁUREA data da redenção dos escravos. *O Estado*. 13 de mai. de 1934. Ano XX, Nº 6188. p. 1.

²⁹⁶ MÜLLER, Lauro. *A abolição*. O Estado: Florianópolis, 13 de mai. de 1934. Ano XX, Nº 6188. p. 3.

Se as menções à abolição deixam de ser frequentes na década de 1930, os relatos de comemorações praticamente desaparecem. É razoável pensar que certamente houveram celebrações cívicas, posto da criação de clubes e associações de afrodescendentes em Florianópolis e no interior do estado durante a época, mas a grande imprensa catarinense dedicou pouquíssimo interesse à publicidade às mesmas. Na documentação, se sobressaem-se duas comemorações: em 1932, o jornal *O Libertador* dá conta do desinteresse das repartições públicas em içar o pavilhão nacional no dia treze, afirmando que somente o prédio da Prefeitura esteve embandeirado. Mas afirma que a data não passou em branco:

No campo do Marcílio Dias encontraram-se os primeiros quadros do Cruz e Souza Football Clube e Humaytá Football Clube, que terminou por empate. Ainda em homenagem à data realizou-se no Teatro Guarany um esplêndido espetáculo organizado pelos amadores do Grupo Dramático Itajaí. O programa constou da representação do emocionante drama *O degenerado*, da lavra de Fredolino Lehmkuhle, da comédia *Nhô Manduca* cujo desempenho agradou imensamente a concorrida plateia. Na sede do Humaytá realizou-se animado baile que se prolongou até madrugada.²⁹⁷

No ano seguinte, o *Republica* notifica a realização de um "festival de arte em homenagem à gloriosa data da libertação dos Escravos no Brasil" organizada pelo grupo teatral da União Beneficente e Recreativa Operária.²⁹⁸ Do mesmo espetáculo dava conta o já mencionado *Vanguarda*, alertando para o programa do espetáculo, que contaria com duas das principais personalidades da intelectualidade negra de Florianópolis

A primeira parte do espetáculo constará de pequenos discursos, feitos pelo poeta tenente Ildefonso Juvenal e pela professora Antonieta de Barros. Na segunda parte, será levada à cena a hilariante comédia em três atos "CALA A BOCA ETELVINA!".

Este festival deve ser assistido pelas excelentíssimas famílias.

Pelo mesmo grupo estão sendo ensaiadas as peças "O OUTRO ANDRÉ", a fina comédia em três atos, é a revista "APUROS DE UM CORONEL..." que serão levadas a cena, brevemente.²⁹⁹

Afora estes dois exemplos, não existem mais menções claras à comemorações relativas à data da abolição em Santa Catarina. A partir de 1934/1935, o dia 13 de Maio vai lentamente caindo no esquecimento, sufocado pela efervescência do panorama social brasileiro que marcou o prelúdio do Estado Novo. Ainda assim, o 13 de Maio experimenta uma breve ressurreição em 1938, ano do seu cinquentenário, quando as extensas

²⁹⁷ 13 DE MAIO. *O Libertador*. Itajaí, 17 de mai. de 1932. Ano I, Nº 1. p. 1.

²⁹⁸ UNIÃO OPERÁRIA. *Republica*. Florianópolis, 13 de mai. de 1933. Ano II, Nº 772. p. 2.

²⁹⁹ UNIÃO BENEFICIENTE Recreativa Operária – Festival de Arte. *Vanguarda*. Florianópolis, 14 de mai. de 1933. Ano I, Nº 1. p. 1.

comemorações planejadas foram ofuscadas pela tentativa frustrada do golpe integralista ocorrido na véspera.

O passar do tempo certamente contribuiu para que a data da abolição deixasse de despertar a atenção dos brasileiros, mas não diminuiu a importância da Abolição como fato histórico. Ainda que o interesse despertado pela efeméride houvesse minguado na década de 1930, em 1936 Sérgio Buarque de Holanda definia 13 de Maio em seu grandioso ensaio sociológico como um processo histórico de significado, "singular e incomparável".³⁰⁰ A própria produção cultural patrocinada pelo Estado Novo, influenciada pelos novos intérpretes do Brasil, dos quais se destacavam Holanda e Gilberto Freyre, seria marcada por um esforço em prol da valorização das características culturais herdadas do passado escravista, esforço que também compreendia um novo olhar sobre o 13 de Maio.³⁰¹ Sem dúvida, essa reavaliação do passado como fonte de inspiração e orgulho e não mais como uma mancha que desmerecia a nacionalidade contribuiu para que a partir da década de 1950 surgisse no Brasil uma historiografia mais crítica a respeito da escravidão e da abolição, finalmente preocupada como legado perverso que a instituição escravista imprimiu na sociedade contemporânea.

Mas ao se tomar como ponto de chegada o ano de 1930, que representa o fim da série documental mais detidamente analisada neste trabalho, é forçoso concluir que a posteridade não foi justa com o 13 de Maio, tanto do ponto de vista historiográfico quanto do ponto de vista da memória. É duvidoso que os jornalistas, escritores e historiadores diletantes que expressaram suas interpretações a respeito da abolição nas páginas da imprensa pudessem retratar toda a complexidade daquele fato histórico, bem como as contradições de seus principais protagonistas. Como se pretendeu demonstrar, no contexto social e político da Primeira República, marcado por julgamentos racialistas que eram reproduzidos à larga tanto no discurso político quanto na produção historiográfica, havia pouco espaço para que os escravos aparecessem como nada mais do que submissos e oprimidos, os senhores como malignos representantes das forças retrógradas à civilização, a monarquia como decrépita (e depois como abençoada/redentora) e a abolição como um duplo presente, que aos escravos deu a liberdade e aos senhores um pretexto para que o passado hediondo pudesse ser apagado de maneira milagrosa.

³⁰⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 73

³⁰¹ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a "raça" e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999. pp. 259-260.

O silêncio que de fato se faz sentir é que em quase cinquenta anos de produção discursiva, retomada anualmente em diversos contextos históricos desde o final do século XIX até o início da década de 1930, praticamente não existiram reflexões sobre as dificuldades que estavam sendo enfrentadas na construção de uma nova sociedade, finalmente livre da escravidão. A quase ausência de discussões a respeito da inserção de uma parte imensa da população brasileira na nova ordem política e social ou mesmo a menção às imensas desigualdades sociais enfrentadas pela população de origem africana no Brasil de inícios do século XX é o dado mais impressionante ao se tomar a cultura histórica da imprensa catarinense nesse período como um todo.

É certo que na "Europa dentro do Brasil", com sua população afrodescendente pequena em comparação com outras partes do território nacional, seria improvável que qualquer representante da intelectualidade atuante na imprensa fosse capaz de fazer uma associação entre a violência, a arbitrariedade e a desigualdade características do passado escravista com a condição de marginalidade em relação à participação política, acesso à terra, à moradia e ao trabalho experimentada por negros e mestiços na sociedade republicana. Mas que essa marginalidade e essas desigualdades sequer tenham sido mencionadas é um testemunho da força simbólica atribuída ao 13 de Maio: na cultura histórica da imprensa de Santa Catarina, a abolição não teve somente o poder de apagar um passado de vergonha, mas também de fazer desaparecer as suas próprias vítimas.

Nos discursos analisados esse fato pôde ser observado de maneira muito clara. O tom laudatório destinado às elites intelectuais e políticas que conduziram o abolicionismo das tribunas, o poder transformador atribuído à liberdade e ao liberalismo que nasceram em 1888 e 1889, a condução serena da questão servil por parte dos grandes estadistas do Império, a abnegação da monarquia que sacrificou o trono em prol da justa causa, são todas ideias que contribuíram para consolidar a imagem da abolição como uma benção que, caída dos céus, deveria ser colhida e preservada, pois era um símbolo de um passado bárbaro agora esquecido. E embora a falta da voz das ruas nos relatos das comemorações deixe aberta a possibilidade da existência de dissonâncias, dentro da cultura letrada de Santa Catarina do início do século XX, essa ideia era unânime.

Enfim, talvez seja possível responder com segurança à questão anteriormente proposta, de qual teria sido a função da memória histórica elaborada a respeito da abolição pela imprensa de Santa Catarina durante o período em questão. A formação de uma concepção do 13 de Maio como dádiva que simultaneamente prendia o ex-escravo numa

obrigação de perpétuo agradecimento e abria caminho para o futuro através da obliteração do passado, criada pela elite letrada do estado, influenciada pela historiografia nacional, teve arrisca-se dizer, ao menos três funções.

A primeira, de jogar no esquecimento o fato de a escravidão, longe de ter sido somente um crime moral como os discursos piedosos alardeavam, foi também um crime muito real, palpável, de fácil identificação na legislação do jovem Brasil. Um crime do qual o governo que mais tarde se apontaria como cioso de seu dever de patrocinar o lento desmanche da escravidão foi cúmplice, juntamente com a classe social que lhe servia de amparo, devendo ambos não somente explicações, mas também reparações.

A segunda função diz respeito à utilidade que esta mesma memória teve de desviar o foco de importantes questões sociais, sendo a principal delas, a inserção do liberto na sociedade do pós-abolição. Ano após ano, o 13 de Maio fazia com que os "homens de letras" se remetessem ao passado do Brasil, um passado que bem sabiam havia deixado cicatrizes profundas na nação, mas que era ostensivamente esquecido em prol de celebrações vápidas de fraternidade, igualdade e patriotismo.

Como última função, o fabrico desta memória da abolição representou uma tentativa de preservar os laços de desigualdade que formavam a base das relações sociais durante o regime escravista. Havia que se prender os ex-cativos aos seus antigos senhores, ainda que fosse através de um vínculo simbólico, pois a ideia de toda uma classe social subitamente alcançando a condição de igualdade representaria um abalo ainda mais significativo do que a liberdade conquistada. E nessa tentativa de salvar as bases do edifício destruído em 13 de Maio de 1888, o que mais causa assombro não é debilidade de seus argumentos, mas a triste constatação de que ela foi bem-sucedida.

Referências

1. Fontes primárias

1.1 Obras impressas

DUQUE-ESTRADA, Osório. **A abolição**: esboço histórico. Brasília: Senado Federal, 2005.

CARVALHO, Alberto Marques de. **Império e República ditatorial**. Rio de Janeiro: Imprensa Mont'Alverne, 1891.

CELSO, Afonso. **Por que me ufano de meu país**. Rio de Janeiro: Garnier, 1901.

CELSO, Afonso. **Oito anos de parlamento**. Brasília: Senado Federal, 1998.

FONTES, Henrique da Silva. **Segundo livro de leitura**. Florianópolis: Tipografia Livraria Central, 1945.

IHGB. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LII, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia, Litographia e Encadernação a vapor de Laemmert & C., 1889.

LORETO, Barão de. A abolição no Brasil. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXIII, Parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

NETTO, Henrique Coelho; BILAC, Olavo. **A Pátria Brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940. (27ª edição).

OTTONI, Cristiano Benedito. **O Advento da República no Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **Discurso proferido na sessão do jubileu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 21 de Outubro de 1888**. Rio de Janeiro: Typ. de LEUZINGER & FILHOS, 1888.

1.2 Periódicos

Nome	Local	Anos
A Notícia	Joinville	1926, 1932
A Comarca	Palhoça	1916
Blondinista	Laguna	1901
Correio do Norte	Joinville	1918
Commercio de Joinville	Joinville	1907, 1909, 1910, 1911, 1913
Conservador	Desterro	1889
Gazeta Brusquense	Brusque	1926
Gazeta do Commercio	Joinville	1914
Gazeta de Joinville	Joinville	1891, 1892, 1908, 1909, 1910
Jornal do Commercio	Desterro	1889, 1891, 1892, 1893
O Dia	Florianópolis	1902, 1903, 1916, 1918
O Estado	Desterro/Florianópolis	1893, 1896, 1899, 1902, 1915, 1917, 1920, 1921, 1922, 1934
O Libertador	Itajaí	1932
O Olho	Florianópolis	1916
Pharol	Laguna	1892
Regeneração	Desterro	1889
Republica	Desterro/Florianópolis	1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1896, 1897, 1900, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1927, 1929, 1931, 1933
Sul-Americano	Florianópolis	1900, 1901
Vanguarda	Florianópolis	1933

1.3 Outros

IBGE. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série nacional, volume II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950. p. 1.

IBGE. **Recenseamento geral do Brasil** [1º de Setembro de 1940], Série regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952, p.1.

SENADO FEDERAL. Decreto nº 155 B – de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional.

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=48423&norma=64198>.

Acesso em jul/2012.

SENADO FEDERAL. Decreto nº 19.488, de 15 de Dezembro de 1930. Declara os dias de festa nacional. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-republicacao-85201-pe.html>. Acesso em jul/2012.

2. Referências bibliográficas

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. É chegada “a ocasião da negrada bumar”: comemorações da Abolição, música e política na Primeira República. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.97-120, jan/jun 2011.

ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: Programa de Pós Graduação em História, 2011.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMARAL, Tamelusa Ceccato do. **As camélia de Desterro**: a campanha abolicionista e a política de alforriar cativos (1870-1888). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina 1800-2000**. São Carlos: EdUFScar, 2007.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

BARBOSA, Renato de Medeiros. **Geração abolicionista**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1940.

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Vol. XVI, 1889. Tomo II: Queda do Império, Diário de Notícias. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Amada pátria idolatrada: um estudo da obra Por que me ufano do meu país, de Affonso Celso (1900). **Educar**, Curitiba, n. 20, p. 245-260. 2002. Editora UFPR.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Catálogo de jornais catarinenses: 1850-1989**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1990.

BLUM, Heitor. **A campanha abolicionista na antiga Desterro**. Florianópolis: IHGSC/IOESC, 1939.

BRANCHER, Ana (Org.). **História de Santa Catarina: Estudos Contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro: memória II**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: Insular, 2000.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: No tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAIBERT JUNIOR, Robert. **Isabel, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DOMINGUES, Petrônio. “A redenção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, 2011. pp. 19-48.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 3, 2002. pp. 563-599.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011. pp. 118-139.

ESPÍNDOLA, Elizabete Maria. **Cruz e Sousa: modernidade e mobilidade social nas duas últimas décadas do século XIX**. Dissertação (Mestrado) PUC/SP, 2006.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 27, Nov. 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. **Saeculum** – Revista de História, ano 13, n.º. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós Graduação em História/UFPB, jan./ jun. 2007, p. 83-102.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005.

FREITAS, Patrícia de. **Margem da palavra, silêncio do número**: o negro na historiografia de Santa Catarina. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARCIA, Fábio. **Intelectuais negros no pós abolição**: associativismo negro em Florianópolis (1915-1925). São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, jul. 2011.

GARCIA, Fábio. **Negras pretensões**: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX. São José: Editora Ilha Mágica, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Flávio do Santos. No meio das águas turvas. Racismo e cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na Corte – 1888-1889. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro: n. 21, p. 75-96, 1991.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Org.) **Experiências da emancipação**: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOMES, Manoel. **Memória Barriga-Verde**. Florianópolis: Lunardelli, 1990.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. **Revista Estudos Históricos**. Nº.1, 1988, pp. 3-27.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KACHUN, Mitch. **Festivals of freedom**: memory and meaning in african american emancipation celebrations, 1808-1915. Amherst: University of Massachusetts Press, 2003.

KERR-RITCHIE, J.R. **Rites of August First**: Emancipation Day in the Black Atlantic World. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007.

KRAAY, Hendrik. A invenção do sete de setembro, 1822-1831. In: **Almanack Braziliense**. São Paulo, nº 11, pp. 52-61, mai. 2010.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA FILHO, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005. pp. 289-326.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina, quatro séculos de história**. Florianópolis: Insular, 2000.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmerman (org.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 1999.

MARQUES, João Pedro. Uma cosmética demorada: as Cortes perante o problema da escravidão (1836-1875). *Análise Social*, vol. XXVI (158-159), 2001. pp. 209-247.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MAUAD, Ana Maria. Emblemas do tempo: imagens sobre a passagem do século XIX para o XX na imprensa carioca. **História ciências saúde – Manguinhos**. V. 4, nº 3. Rio de Janeiro, 1997. pp. 533-554.

McDANIEL, Caleb W. The Fourth and the First: abolitionist holidays, respectability, and radical interracial reform. **American Quarterly**, 57 (March 2005). pp. 129-151.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes de. **Evaristo de Moraes, tribuno da República**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 5, nº 8, pp. 170-198. Rio de Janeiro, 2004.

MEIRINHO, Jali. **A República em Santa Catarina de 1889 a 1900**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1982.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias**: subsídios para a história catarinense 1889-1930. Florianópolis: Insular, 1997.

MORAES, Renata Figueiredo de. **Os maios de 1888**: história e memória da abolição na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal Fluminense, 2007

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920).

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEDRO, Joana Maria et al. **Negro em terra de branco**: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro, 1831-1889. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PENNA, Clemente Gentil.. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no livro didático de história**: três autores exemplares (1890-1930). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. pp. 3-15.

REGO, Edgar de Sousa. **Entre diabos e arcanjos**: cultura política e sociedades carnavalescas em Desterro (1879-1891). Trabalho de Conclusão de Curso, UDESC, 2008.

SANTOS, André Luiz. Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SANTOS, Maurício Aurélio dos (Org.). **Ensaio sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes**: Lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, 1997.

SARDÁ, Juliana. **Na contramão da lei**: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em negro e branco**: jornais escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SENADO FEDERAL. **A abolição no parlamento**: 65 anos de luta (1823-1888). Brasília: SEEP, 2012.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, nº 20, pp. 63-79. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

SILVA, Adolfo Nicolich da. **Ruas de Florianópolis**: resenha histórica. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1999.

SILVA, Denize Aparecida da. **Plantadores de raiz**: Escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 2004.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura**: uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel et al. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VENANCIO, G. M.; et. alli. Da história da cultura impressa à história cultural do impresso. **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**. São Paulo – Intercom, 2005 (Entrevista com Roger Chartier).

WOLFF, Cristina Scheibe. **Historiografia catarinense**: uma introdução ao debate. In: Revista Catarinense de História, nº 2, pp. 5-15. Florianópolis, 1994.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 15, nº 127, jul. 2008. pp. 161-187.